

JULIANA CARNEIRO GUIMARÃES

AS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DOS CAMPONESES DO
ASSENTAMENTO RIO CLARO EM JATAÍ-GO

JATAÍ, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS JATAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

AS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DOS CAMPONESES DO
ASSENTAMENTO RIO CLARO EM JATAI-GO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do espaço nos domínios do cerrado brasileiro.

Orientadora: Prof^a Dr^a Dinalva Donizete Ribeiro.

JATAÍ, 2011

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
BSCAJ/UFG**

G943a Guimarães, Juliana Carneiro.

As trajetórias socioespaciais dos camponeses do assentamento Rio Claro em Jataí / Juliana Carneiro Guimarães. - 2011.

129 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dinalva Donizete Ribeiro
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Campus Jataí, 2011.

Bibliografia.

1. Reforma Agrária 2. Assentamentos Humanos I.
Título.

CDU: 332.2..021.8

JULIANA CARNEIRO GUIMARÃES

AS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DOS CAMPONESES DO PROJETO
DE ASSENTAMENTO RIO CLARO EM JATAI-GO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do espaço nos domínios do cerrado brasileiro.

Orientadora: Prof^a Dr^a Dinalva Donizete Ribeiro.

Data de aprovação: 10/05/2011

Prof^a Dr^a Dinalva Donizete Ribeiro
Orientadora

Prof^a Dr^a Cátia Regina Assis Almeida Leal
Membro Externo

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
Membro Interno

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

- 1 1. Identificação do material bibliográfico:** **Dissertação** **Tese**
1 2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autora:	Juliana Carneiro Guimarães		
E-mail:	Juguimaraes2004@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Vínculo empregatício do autor	Universidade Federal de Goiás - CAJ		
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Sigla: CAPES	
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ:
Título:	As trajetórias socioespaciais dos camponeses do Assentamento Rio Claro em Jataí-Go		
Palavras-chave:	Reforma Agrária; Assentamentos rurais; Camponeses.		
Título em outra língua:	The sociospatial paths of peasants of Settlement Rio Claro in Jataí-Go		
Palavras-chave em outra língua:	Agrarian Reform; Rural settlements; Peasants.		
Área de concentração:	Organização do espaço nos domínios do cerrado brasileiro		
Data defesa:	10/05/2011		
Programa de Pós-Graduação:	Em Geografia - UFG/CAJ		
Orientador (a):	Dinalva Donizete Ribeiro		
E-mail:	dinalvadr@gmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ total parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: _____

Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

Dedico a todos e todas que dentro
de si são camponeses e
camponesas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, de diferentes formas, estiveram ao meu lado nesta longa caminhada e em especial:

À minha orientadora, Professora Doutora Dinalva Donizete Ribeiro, que com muita paciência e firmeza conduziu este processo de orientação e construção do conhecimento;

A Professora Cátia, por ter me apresentado o mundo rural, possibilitado várias reflexões e acompanhado toda minha trajetória desde a graduação, sempre com muito zelo e cuidado;

Ao Professor Eguimar, por ter aceitado de prontidão nossos convites para acompanhar a construção deste trabalho;

Ao Professor Dimas, pelas longas conversas e debates que tivemos neste período;

A Karla, secretária do mestrado, pela disposição e presteza de sempre;

A toda equipe do NEAF, pelo auxílio na pesquisa de campo e o aprendizado possibilitado pelo grupo, assim como ao grupo do GEPEFE, em especial ao Éder, pela colaboração;

A CAPES, que me concedeu a bolsa de mestrado;

A todos os Professores e colegas do mestrado;

As famílias do Projeto de Assentamento Rio Claro, em especial ao casal Rosane e Nilson que me acolheu em sua casa durante a pesquisa de campo;

A toda minha família, em especial à minha mãe, a quem nunca faltou palavras de conforto e amizade nos momentos bons e difíceis;

A Mitra e ao Jardel, por terem me acompanhado em boa parte desta jornada, sempre com muito carinho e compreensão.

RESUMO

O trabalho ora apresentado emergiu de anseios profissionais e pessoais, a partir da atuação em um projeto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar – NEAF/ UFG, no Projeto de Assentamento (P.A.) Rio Claro em Jataí-Go e tem como finalidade, analisar a trajetória socioespacial das famílias deste assentamento, além de verificar a influência destas trajetórias na fase atual de suas vidas, enquanto assentadas. Desse modo foram traçados alguns objetivos específicos, tais quais analisar a trajetória socioespacial das famílias do P.A. Rio Claro nas fases anteriores ao período de constituição deste assentamento: a fase anterior à luta pela terra e a fase de luta pela terra; compreender como se deu a constituição do P.A. e averiguar quais as influências das trajetórias socioespaciais das famílias no processo de organização socioproductiva do assentamento. Estas trajetórias foram divididas em três fases, a fase anterior à entrada na luta pela terra, que dá base para o primeiro capítulo do trabalho; a fase de luta pela terra, que embasa o segundo capítulo; e, por fim, a fase atual de suas trajetórias socioespaciais, enquanto assentados, constituindo o terceiro capítulo. De acordo com estes objetivos, lançamos mão dos seguintes instrumentos metodológicos que possibilitaram o desenvolvimento deste estudo: pesquisa bibliográfica e documental, por meio de dados fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí e do banco de dados DATALUTA, que possibilitou a coleta de dados secundários; pesquisa de campo, com utilização, como instrumentos de coleta de dados, de um questionário com perguntas fechadas e abertas e uma entrevista semi-estruturada, que propiciou a coleta de dados primários. No questionário obteve-se a participação das 17 famílias que compõem o assentamento Rio Claro, contando com o total de 19 pessoas. Da entrevista participaram 10 famílias, somando 13 pessoas pesquisadas. Após realizar este estudo, pode-se concluir que, pesquisar as trajetórias socioespaciais dos camponeses do P.A. Rio Claro foi fundamental para compreender as relações sociais e produtivas estabelecidas no assentamento e entre o grupo pesquisado, podendo identificar as origens das famílias, porque foram expropriados da terra, como entraram no movimento de luta pela terra e como deram origem ao assentamento que hoje lhes garante a reprodução de seus modos de vida, por meio do trabalho no “pedaço de chão” conquistado.

ABSTRACT

This work now presented emerged from the professional and personal anxieties, from the actuation in a project developed by the Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar – NEAF/UFG, in the Rio Claro (P.A.) Projeto de Assentamento in Jataí, State of Goiás. And has as the objective, to analyze the social and spatial trajectory of the families from this setting, besides to verify the influence of these trajectories in the present time of their lives, as seat people. So some specific objectives were established, just as to analyze the social and spatial trajectory of the families from the Rio Claro P.A. in the previous phases to the constitution of this setting: the previous phase to the land battle; to understand how the constitution of the P.A. was realized, and to verify which were the influences of the social and spatial trajectories of the families in the social and productive organization of the setting. These trajectories were divided in three phases, the previous phase to the entering into the land battle, which gives the basis for the first part of the work; the phase of the battle for land, which gives basis the second part; and finally the present phase of their social and spatial trajectories, as seat people, constituting the third part. According to these objectives, we took bold of the following methodological instruments which permitted the development of this study: bibliographic and documental research through the data supplied by the Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí (Jataí Rural Labor Union) and the DATALUTA data bank, which permitted the secondary data collection; field research, with the use , as instruments of data collection, of a form with closed and open questions and a semi organized interview, which propitiated the collection of the primary data. In the form we obtained the participation of 17 families who compose the Rio Claro setting, in a total of 19 people. 10 families participated in the interview, totalizing 13 researched people. After realizing this study it was possible to conclude that, to research the social and spatial trajectories from the components of the P.A. Rio Claro was fundamental to understand the social and productive relationships established in the setting and among people of the researched group, being possible to indentify the origins of the families, the cause they were expropriated from the land, and how they entered into the movement of the land battle and how they created the setting which nowadays guarantees them the production of their ways of life, through the work in the conquered “peace of land”.

LISTAS

SIGLAS

CAJ (Campus Jataí)

CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)

CPT (Comissão Pastoral da Terra)

CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil)

DAP (Declaração de Aptidão do PRONAF)

DATALUTA (Banco de Dados de Luta Pela Terra)

FETAEG (Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de Goiás)

GEPEFE (Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física e Esportes)

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização)

MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra)

MDS (Ministério do Desenvolvimento Social)

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade)

MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra)

MTRST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Município de Jataí – GO)

NAP (Núcleo de Apoio Pedagógico)

NEAF (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar)

PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)

P.A (Projeto de Assentamento)

POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados)

PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados)

PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)

SSR (Serviço Social Rural)

SINE (Sistema Nacional de Empregos)

STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais)

SUPRA (Superintendência de Política Agrária)

UFG (Universidade Federal de Goiás)

ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil)

QUADROS

QUADRO 1 – Ocupações de terra no Estado de Goiás	43
QUADRO 2 – Ocupações de terra na Microrregião Sudoeste de Goiás	44
QUADRO 3 – Data de filiação – P. A. Rio Claro	54
QUADRO 4 – Número de projetos de assentamentos na Microrregião Sudoeste de Goiás	75
QUADRO 5 – Faixa etária dos camponeses entrevistados	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O CAMPESINATO PESQUISADO E O INÍCIO DE SUAS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS	13
1.1 O debate sobre o campesinato	13
1.2 O início das trajetórias socioespaciais dos camponeses do Projeto de Assentamento Rio Claro em Jataí-GO	17
2 AS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS E A LUTA PELA TERRA	33
2.1 A questão agrária no Brasil e a luta pela terra	33
2.1.1 A luta pela terra na Microrregião Sudoeste de Goiás	41
2.1.2 O papel do STR de Jataí na organização dos trabalhadores sem-terra	51
3 A LUTA NA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO RIO CLARO	66
3.1 A constituição do Projeto de Assentamento Rio Claro e a política de assentamentos	66
3.1.1 A etapa de implementação do Projeto de Assentamento Rio Claro e o estabelecimento das famílias na terra	76
3.1.2 A etapa de consolidação do P.A. Rio Claro: a apropriação camponesa e do território	84
3.2 O processo de trabalho e a renda camponesa no P.A. Rio Claro	98
3.3 Os meios de sociabilização entre os camponeses do P.A Rio Claro	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	128

INTRODUÇÃO

O contato com a realidade em que estamos inseridos nos instiga constantemente, fazendo com que várias dúvidas e inquietações se tornem passíveis de investigação. Foi a partir dessa premissa que emergiu a ideia de desenvolver este estudo sobre as trajetórias socioespaciais das famílias que constituem o Projeto de Assentamento Rio Claro (P.A. Rio Claro) no município de Jataí – Goiás.

O que conduziu ao estudo de tal temática foi o envolvimento com o mundo rural, que teve início durante o curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí (UFG/CAJ), quando fui convidada a participar de um projeto de pesquisa no GEPEFE – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física e Esportes, em que pesquisamos todas as escolas rurais do município de Jataí, com a finalidade de averiguar questões pertinentes à educação rural.

Isto fez com que me aproximasse das discussões que envolvem a educação rural do referido município, propiciando, posteriormente, minha atuação no NEAF – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar em dois projetos que envolveram pesquisa e extensão em vários assentamentos do município de Jataí e da Microrregião Sudoeste de Goiás.

Desta forma, tive a oportunidade de trabalhar no projeto “Orientação e Instrumentalização de jovens rurais para atuarem como agentes multiplicadores na organização socioprodutiva de seus Assentamentos” (Projeto Jovens Rurais) e também no projeto “Reaplicação, reprodução e disseminação de sementes de milho crioulo e implantação de um banco de sementes: estratégia para autonomia de agricultores familiares em Jataí (GO)” (Projeto Sementes Crioulas) desenvolvido no P.A. Rio Claro.

Minha atuação se deu no âmbito do Núcleo de Apoio Pedagógico do Projeto Sementes Crioulas, que envolvia o NEAF e as famílias assentadas, na intenção de construirmos um modelo de extensão que se diferenciasse dos modelos tradicionais, na condução de ações voltadas para a extensão popular em consonância com metodologias participativas.

Durante o andamento do Projeto Sementes Crioulas, nossa equipe enfrentou muitas dificuldades em desenvolver tais propostas e metodologias, de um lado, pelas limitações da própria equipe, devido à formação acadêmica de técnicos e bolsistas e, de outro, devido às

características do grupo que constitui o assentamento, por suas dificuldades de comporem as reuniões, em desenvolver atividades e ações coletivas, comprometendo-as dessa maneira.

Em relação às dificuldades detectadas na formação dos técnicos, foram desenvolvidas, pelo NEAF, algumas estratégias de formação complementar, mas, em relação às dificuldades enfrentadas junto às famílias assentadas, ficaram algumas lacunas.

Estas dizem respeito, principalmente, aos motivos pelos quais as famílias nem sempre participavam dos trabalhos e ações que pressupunham a participação coletiva, tais como mutirões, momentos de aprendizagem, reuniões, dentre outras atividades.

Isto conduzia nossa equipe a repensar as estratégias propostas e a questionar os motivos da não participação das famílias nestas atividades e ações, já que, todos os esforços estavam envidados para o envolvimento daquelas e isto não se dava de maneira satisfatória, dificultando o desenvolvimento de algumas etapas do projeto e a atuação do NEAF no Assentamento.

Estes fatos nos suscitaram algumas indagações que nortearam este trabalho: como se deu a constituição do P.A Rio Claro? O processo de constituição deste assentamento influencia na maneira como estão (ou não) articulados? Influencia no modo como estabelecem as diferentes relações entre si enquanto grupo? Orienta o comportamento das famílias em relação à ação de parceiros ou mediadores externos?

Tendo em vista estas questões, entendemos que seria necessário investigar mais alguns elementos que remetiam a situações anteriores à fase de assentamento, por exemplo: quais as relações existentes entre os sujeitos pesquisados antes de se tornarem assentados? Como se deu a luta pela terra em Jataí, que culminou na constituição/criação do assentamento pesquisado? Quais as trajetórias socioespaciais das famílias do P.A. Rio Claro, de onde vieram? Porque deixaram suas famílias e entraram no movimento de luta pela terra? Possuem origem geográfica em comum?

Desse modo, tais questões se constituíram em objetivos deste trabalho, que, de modo geral, impõe analisar as trajetórias socioespaciais das famílias do Projeto de Assentamento Rio Claro e verificar a influência destas em sua organização socioprodutiva.

O desdobramento deste objetivo geral se configurou em três outros específicos: analisar a trajetória socioespacial das famílias do P.A. Rio Claro nas fases anteriores ao período de constituição deste assentamento: a fase anterior à luta pela terra e a fase na luta pela terra; compreender como se deu a constituição do P.A. Rio Claro; e averiguar quais as influências das trajetórias socioespaciais destas famílias no processo de organização socioprodutiva do assentamento.

Configurados estes objetivos, lançamos mão de um instrumento metodológico fundamental para o desenvolvimento do estudo: a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, isto, para averiguar os trabalhos sobre o campesinato e assentamentos rurais, especialmente em Jataí e na Microrregião Sudoeste de Goiás.

Ao desenvolvê-la, nos deparamos com uma vasta bibliografia que versa sobre o agronegócio, o processo de modernização agrícola nesta microrregião e o lugar que esta ocupa em meio ao cenário nacional e internacional na produção de *comodities* e uma pequena produção bibliográfica sobre os camponeses e a luta pela terra (nesta microrregião). No entanto, passada esta fase exploratória, a pesquisa bibliográfica seguiu nos dando suporte durante todo processo de elaboração deste trabalho, ao utilizar referências que tratam da temática abordada em âmbito geral.

Realizamos ainda uma pesquisa de campo, por meio de outros instrumentos/técnicas, como um questionário, em um primeiro momento; e uma entrevista semi-estruturada, num segundo momento.

No momento da coleta de dados primários por meio do questionário, obtivemos a participação de pelo menos um membro de cada uma das dezessete famílias do assentamento, de modo que, ao todo, foram respondidos dezenove, pois sempre que o casal estava presente, o faziam em conjunto. Com isto elaborou-se um perfil dos camponeses, que corresponde aos três momentos pesquisados: a fase anterior à entrada na luta pela terra, a fase da luta pela terra (acampamento) e a fase de luta na terra (assentamento).

A partir deste perfil, foram elencadas dez famílias que responderam à entrevista semi-estruturada. Neste momento, entre homens e mulheres, houve a participação de treze pessoas que relataram suas trajetórias socioespaciais de maneira aprofundada, (re)contando-as desde quando nasceram, em que situação moravam na terra com seus pais, os motivos pelos quais deixaram suas famílias, os municípios em que moraram, como entraram na luta e como estão reestruturando suas vidas novamente na terra.

O desenvolvimento da entrevista possibilitou o conhecimento das trajetórias socioespaciais das famílias pesquisadas, que nos remete diretamente às suas histórias de vida, propiciou ainda um longo período de aprendizagem, pois no momento de coleta dos dados, permaneci quatro dias no assentamento, hospedada por uma das famílias pesquisadas e acompanhando suas rotinas, o que foi de fundamental importância neste processo.

Ao pesquisar as trajetórias socioespaciais destes camponeses e dividi-las em três fases, optamos por estruturar a dissertação segundo o movimento e a dinâmica das mesmas, que correspondem aos três capítulos elaborados.

No primeiro capítulo, analisa-se o início das trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados, para apreender aspectos relevantes ao desenvolvimento do trabalho, tais como: onde nasceram (origem geográfica), onde e como moravam, qual a relação com a terra, como estruturavam suas famílias, os motivos pelos quais deixaram seus lares e por onde passaram até chegarem ao município de Jataí.

No segundo capítulo, aborda-se o período em que entraram no movimento de luta pela terra e a fase em que estiveram acampados, na condição de sem-terra. É contemplada, neste momento, a análise da luta pela terra na Microrregião Sudoeste de Goiás e no município de Jataí, buscando uma contextualização dialética desta realidade com a questão agrária e agrícola no Brasil.

No terceiro e último capítulo, analisa-se como é a vida destas famílias após serem assentadas, demonstrando como foi efetivado o P.A. Rio Claro e como se dá a relação destas com a terra conquistada. Para isto, evidencia-se como vão se estabelecendo as relações sociopolíticas entre as famílias camponesas, como vão imprimindo seus modos de vida na terra, passando pela análise de como constituem suas famílias e a relação desta com a terra e o trabalho nos sítios² pesquisados.

Temos a expectativa de que este trabalho contribua com as reflexões sobre o campesinato e a luta pela terra na microrregião estudada, dando subsídios para o entendimento da organização socioprodutiva das famílias camponesas ao se (re)estabelecerem na terra, contribuindo também para (re)pensarmos a realidade da criação de assentamentos rurais enquanto local de singularidades e similitudes e enquanto reflexo do movimento dinâmico e contraditório da sociedade capitalista.

Espera-se ainda que esta pesquisa seja alvo de discussões e possíveis inquietações, que possam gerar outras dúvidas e debates e, assim, prosseguirmos na construção coletiva do conhecimento, com todos os erros e acertos advindos deste processo, mas que nunca tenhamos medo de encarar os desafios de uma nova possibilidade e enfrentar nossos limites.

² Neste trabalho, a utilização das palavras lote e parcela vão se dar, quando se fizer referência do assentamento enquanto política estatal, enquanto palavras criadas pelo do Estado para se referir ao assentamento. Em contraposição, a palavra sítio irá ser utilizada para designar o assentamento enquanto território camponês, fazendo alusão ao trabalho de Bombardi (2004), quando menciona o seguinte: “chamo o sítio de unidade territorial, entendendo que, à medida que os camponeses adquirem sua terra e a autonomia sobre ela, passam a forjar uma fração territorial diferente do território capitalista, já que as relações que se dão no interior do sítio não são relações capitalistas, embora também estejam inseridas no modo capitalista de produção [...]” (p. 148).

1 O CAMPESINATO PESQUISADO E O INÍCIO DE SUAS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS

O primeiro capítulo está dedicado à análise da primeira fase das trajetórias socioespaciais dos camponeses do Projeto de Assentamento Rio Claro, que compreende o período desde a infância até o momento em que deixaram suas famílias e chegaram ao município de Jataí. No entanto, antes de iniciar a análise das trajetórias socioespaciais é necessário evidenciar a posição do campesinato nas sociedades capitalistas e o próprio conceito de trajetórias socioespaciais.

1.1 O debate sobre o campesinato

Antes de analisar a primeira fase da vida dos camponeses pesquisados e seus nexos constitutivos, é imprescindível entender o debate teórico sobre a previsão da permanência camponesa no capitalismo, pois tal debate continua ecoando na atualidade, principalmente, ao discutir a questão agrária e a resistência camponesa em “tempos modernos”, como evidencia Paulino e Almeida (2010).

Emergindo de um embate político entre intelectuais marxistas nos séculos XVIII e XIX, ante a definição eurocêntrica de uma teoria social agrária, a discussão sobre o campesinato teve como centralidade a continuidade de sua existência nas sociedades capitalistas. Paulino e Almeida (2010) relatam que

a história do marxismo revelou que a social-democracia desde a II Internacional (1889), em especial a partir dos escritos de Kautsky e Lênin, operou um reducionismo econômico do pensamento marxista em relação à compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo. Isso significa dizer que prosperou entre os marxistas a tese da homogeneização/unilateralidade das relações capitalistas e, portanto, das formas sociais materializadas na tendência inexorável à concentração da propriedade (p. 21).

As obras de Kautsky e Lênin³ analisavam a passagem da agricultura feudal para a capitalista na Rússia e na Alemanha e foram lançadas para preencher um suposto vazio do livro “O Capital”, vazio este devido à leitura contraditória de teóricos sobre os escritos de Marx, quando este ilustrou que a agricultura deveria ser um ramo da indústria.

Os marxistas que defendiam as idéias destes dois autores (Kautsky e Lênin) consolidaram uma vertente teórica denominada de marxismo ortodoxo e declaravam que o avançar do capitalismo no campo, promoveria a concentração da propriedade expulsando os camponeses e tornando-os assalariados.

Nesta perspectiva, a sociedade se tornaria homogênea e composta apenas por duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. Para estes autores, “[...] o campesinato não seria mais do que um resíduo anacrônico que haveria de ser sacrificado nos altares do progresso” (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 53).

Toda esta discussão aliada às obras de Kautsky e Lênin corroborou para um abafamento de qualquer outra forma de análise do meio agrário no século XIX, que só foi retomada no século XX com Kroeber e Robert Redfield e, posteriormente, por Eric Wolf, que passou a incorporar elementos da obra de Chayanov, no entanto,

[...] o grande impulsionador dos novos estilos camponeses é Teodor Shanin, que em seus trabalhos sobre Chayanov, Lenin e Kautsky, rompe com a perspectiva unilinear do marxismo ortodoxo agrário [...] e gera – o que temos aqui denominado – o marco teórico do narodnismo marxista, recuperando assim, o valioso legado de sua ‘multilinearidade’ para o desenvolvimento dos países periféricos (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 57-58).

O narodnismo, ao qual Guzmán e Molina (2005) se referem, ficou mais conhecido como narodnismo russo e aglomerava vários estudiosos marxistas, ganhando destaque por ser a primeira corrente a elaborar orientações teóricas para o campesinato, refutando veementemente a ideia de que esta classe se extinguiria.

Este debate teve e ainda tem influência no meio acadêmico brasileiro. Isto fica evidente em estudos desenvolvidos por Oliveira (2004; 2007), quando elabora um panorama destas correntes marxistas, bem como quem são seus estudiosos e suas obras mais conhecidas.

³ Os dois clássicos de Kautsky e Lênin foram lançados respectivamente em 1899, “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” e “A questão agrária”.

No final do século XX discutia-se, prioritariamente, o problema do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que refletia o dilema da extinção da agricultura camponesa baseada na estrutura familiar via mercantilização ou se havia mecanismos de resistência para manter sua estrutura.

No entender de Guzmán e Molina (2005, p. 79), este debate emerge da constatação de que o campesinato não havia desaparecido “[...] apesar das teorias proféticas dos clássicos do pensamento social agrário e inclusive dos setores acadêmicos mais liberais. Era necessário definir uma categoria que desse conta dessa permanência e, ao mesmo tempo, das mudanças”.

Shanin (2005, p. 8-9) tece algumas considerações sobre tal questão e menciona que “é indubitável a capacidade dos centros capitalistas de explorar todos e tudo a sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de maximização de lucros) de transformar tudo ao seu redor à sua semelhança não o é”. Para este autor os camponeses são exemplo disto e cita o caso brasileiro que, segundo ele, é um país capitalista em que o número absoluto de camponeses tem aumentado, significando uma real re-camponesação.

Um exemplo disto é a forma como o campesinato se recria dentro do capitalismo, quando se integra ao mercado via complexos agro-industriais, em que a renda obtida é revertida para o processo de (re)criação camponesa, como demonstra Paulino (2006), em ampla pesquisa realizada no norte do Paraná.

Shanin (2005, p. 9) destaca que “[...] os camponeses dão trabalho e problemas para os estudiosos [...] que quebram a cabeça em torno da questão do seu não desaparecimento” e relata que

parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente a economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente estudadas por kautsky. (p. 9).

Moura (1988), ao expressar sua visão, menciona que os camponeses desempenham papel contraditório, pois de um lado demonstram resistência em desaparecer e, de outro, é resultado do próprio avanço do capitalismo que não consegue extinguí-los, acrescentando que

“este não só extrai sobretrabalho dos operários, como também o capta onde é possível. Entre essas possibilidades encontra-se o trabalho camponês (p. 19)”.

Constatado então, que os camponeses não desapareceram e que são algo intrínseco ao modo capitalista de produção, bem como, que o seu papel ante a sociedade capitalista não é a de um trabalhador assalariado, ou seja, que estes não se extinguíram para se tornarem assalariados, a discussão teórica brasileira no início do século XXI recai, principalmente, sobre a dualidade de definições e tentativas de inserir os camponeses em conceitualizações.

Isto polariza a discussão no sentido de questionar se os camponeses são pequenos, agricultores, agricultores familiares ou camponeses, sendo que, para cada um destes conceitos há um coletivo de autores que defendem a sua utilização, de acordo com suas posturas políticas e ideológicas.

No entanto, esta nem sempre parece ser uma discussão salutar e profícua, visto que pouco contribui para avançar na compreensão da realidade social, deixando claro sua intenção político-ideológica de apagar da memória coletiva o sentido e significado do conceito de camponês, substituindo-o pelo termo “agricultura familiar”, pois já que não acabaram com os camponeses, tentam fazê-lo com o conceito⁴.

Nesse sentido, entende-se que é mais interessante, analisar quais as estratégias da classe camponesa⁵ para continuar a existir dentro do capitalismo em contextos múltiplos, como estes sujeitos se (re)criam e se (re)fazem cotidianamente, quais suas características e especificidades, tendo como base os sujeitos⁶ escolhidos para o desenvolvimento desta pesquisa, como será demonstrado por meio de suas trajetórias socioespaciais.

⁴ Sobre este debate ver Fernandes (2001; 2002).

⁵ Trata-se os camponeses enquanto classe social a partir do entendimento teórico embasado em autores que se dedicam ao estudo do campesinato na sociedade capitalista, como Oliveira (2007), Shanin (2005), Paulino (2006), Paulino e Almeida (2010) e Almeida (2006). Isto ainda será evidenciado no decorrer de todo trabalho.

⁶ No decorrer do trabalho, optou-se, por uma questão de preservação da identidade dos camponeses e camponesas pesquisadas, nos referirmos a eles e a elas enquanto entrevistados e entrevistadas, assim denominaremos de Entrevistada 1, Entrevistado 2 e, assim, sucessivamente.

1.2 O início das trajetórias socioespaciais das famílias do Projeto de Assentamento Rio Claro em Jataí-GO

Considera-se neste trabalho que para compreender as relações estabelecidas entre os sujeitos pesquisados atualmente e o posicionamento de cada um no mundo, é imprescindível lançar luz sob suas trajetórias. Contudo, Cirqueira (2010) menciona que devemos estar atentos a isto, pois cada pessoa é *lócus* de uma pluralidade de relações em constantes interações.

Neste trabalho, o conceito de trajetória será utilizado com a finalidade de expressar um percurso que as pessoas fazem durante suas vidas, levando em consideração a relação dialética entre estes e a sociedade, empregando-o no mesmo sentido que Cirqueira (2010) propôs em seu trabalho, ao apontar que as trajetórias representam variadas posições ocupadas sucessivamente por uma mesma pessoa ou grupo e passíveis de transformações incessantes.

As trajetórias construídas e percorridas pelos sujeitos pesquisados remetem às histórias de suas vidas, aos caminhos trilhados e às opções realizadas, sempre dotadas “[...] de sentido que comporta etapas tendo um começo um meio e um fim numa sucessão de acontecimentos que não possuem significados unilineares ou unidirecionais” (CIRQUEIRA, 2010, p. 42).

As pessoas são parte ativa no processo de construção de suas trajetórias, ao definirem os rumos e caminhos a seguir e ao mesmo tempo são, também, influenciadas pela sociedade e suas forças constituintes. É nesse contexto que o espaço adota configuração importante, pois se compreende que este é a forma materializada, concreta da realidade e, sob este prisma, as trajetórias também possuem uma dimensão socioespacial.

À luz deste entendimento é que se dará a análise das trajetórias socioespaciais dos sujeitos pesquisados, demonstrando onde elas têm início, onde estes camponeses viveram, como viveram, qual a relação destes com a terra, a família e o trabalho, tríade esta que representa o conjunto de elementos fundamentais do “modo de vida camponês”⁷ e que é indissociável do processo de estruturação interna da família camponesa, no que diz respeito à economia e à divisão do trabalho na família.

⁷ Esta expressão foi elaborada por Fei Hsiao-Tung e utilizada por Shanin (2005, p. 2), quando menciona que ela representa “[...] um sentimento amplamente difundido entre a maioria daqueles que estudam o camponês de modo sistemático e comparativo”.

As trajetórias socioespaciais dos camponeses do Assentamento Rio Claro têm início no seio da família conforme apontam os dados coletados nos questionários. Todos moravam com seus pais desde o nascimento e a partir de seus relatos constata-se que quinze, dos dezenove pesquisados, nasceram na Zona Rural e apenas quatro na cidade⁸; no entanto, apenas um deles não passou o início de sua vida na “roça”⁹, os demais, mesmo ao nascerem na cidade, foram morar no campo e por lá passaram toda sua infância.

As suas famílias eram sempre numerosas e compostas por mais de cinco pessoas, entre pai, mãe e irmãos, em alguns casos relataram mais de seis irmãos, como pode ser percebido na fala do Entrevistado 7: “com o pai, a mãe e os irmãos, nós éramos nove. Nove só filhos dos velhos”.

No local em que moravam com suas famílias, todos os sujeitos tinham contato direto com a terra, sendo donos, posseiros ou agregados.

Cabe fazer uma ressalva em relação à utilização da palavra “dono” da terra, como mencionado. Utiliza-se esta expressão para ser mais fiel ao vocabulário empregado pelos camponeses em relação à posse da terra, pois se percebe que a terra para eles é mais que a propriedade privada, não a tendo como mercadoria passível de especulação, é tida como terra de trabalho e de vida.

Um exemplo que reafirma isto é relatado por Woortmann:

perguntei a um sitiante se seu pai era proprietário da terra de seu sítio. A resposta foi não, o que me deixou um tanto confusa, pois eu sabia que existiam documentos que atestavam a propriedade. E o sitiante me disse: ‘a senhora quer saber se ele era dono, não é?’ Proprietário é uma categoria aplicada aos grandes fazendeiros que auferem lucros com o trabalho dos outros. Seu pai era dono ‘porque trabalhou a terra e deixou para seus filhos’. Há vários significados envolvidos nessa afirmação. Nos termos dos valores camponeses se é *dono* por efeito do *trabalho* (WOORTMANN, 2004, p. 136-137, grifos da autora).

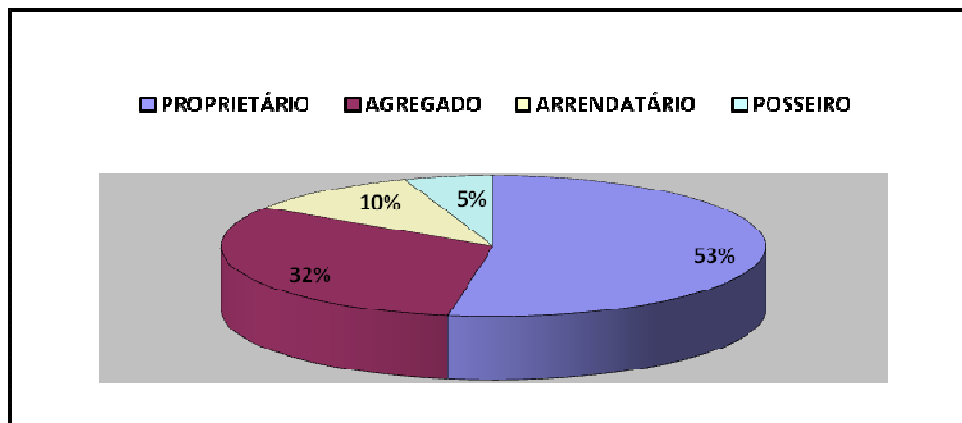
Nesse sentido, ao contarem suas trajetórias socioespaciais e rememorar suas histórias de vida, dez sujeitos destacaram que seus pais eram donos das terras que moravam e, dos nove demais, seis relataram que viveram em terras alheias, sob a condição de

⁸ É importante destacar que no decorrer do trabalho são utilizados dados coletados em duas fases distintas da pesquisa de campo. A primeira fase representa dados coletados por meio de questionários e abrangeu 19 sujeitos (um ou mais membros das 17 famílias do assentamento). A segunda fase se refere ao momento da coleta de dados por meio de uma entrevista, que se deu com 13 sujeitos.

⁹ Utiliza-se esta expressão para identificar os termos como são utilizados pelos camponeses.

agregados/meeiros; dois relataram que seus pais eram arrendatários e um que sua família vivia sob a condição de posseiros no Mato Grosso do Sul, conforme pode ser observado abaixo:

Gráfico 1 – Situação de moradia e de trabalho em relação à posse da terra



Fonte: dados organizados pela autora, pesquisa de campo, 2010.

Para além da situação dos pais em relação à posse da terra, percebe-se no gráfico 1 a estreita ligação entre terra, trabalho e família, tendo em vista que o local em que moravam com toda sua família é o mesmo em que trabalhavam e isto marca todas as trajetórias socioespaciais pesquisadas.

No entanto, as duas situações merecem ser aprofundadas, tanto em relação àqueles que eram donos das terras, quanto àqueles em situação oposta. Em relação aos primeiros, o que deve ser ressaltado é a forma como a terra foi adquirida, vejamos:

Ele [o pai], já tinha dos pais dele, andou sobrando, aí o velhinho era muito inteligente, aí foi comprando aqueles pedacinhos [dos irmãos], era tudo pequeno mesmo. Lá [se refere à cidade que morava na Bahia] na verdade, é quase tipo aqui, assentamento, tudo pequenininho os pedaços de terras do pessoal lá (Entrevistado 7).

Este relato fornece elementos para entender diferentes situações do modo de (re)criação camponesa, como a herança e a ampliação da propriedade. A herança é um dos mecanismos mais utilizados para manter a posse da terra com a família. Dos treze entrevistados, seis relataram que seus pais não eram donos das terras e, os outros sete, que seus pais eram donos das terras, sendo que dentre estes, cinco a receberam por herança.

A ampliação das terras é outro mecanismo que se desdobra do anterior, tendo em vista que seus pais compravam a “parte” de seus irmãos, que ao decidirem mudar e vender suas terras o fazia para os seus parentes e não para “os de fora”, como modo de manter a terra com a família e como estratégia de sobrevivência.

Moura (1988), ao retratar este tema, ressalta que os mecanismos adotados pelos camponeses “[...] para definir a herança da terra devem ser entendidos como resistência à expropriação, como momento privilegiado para observar as tensões sociais inerentes à reprodução física e social do campesinato” (p. 29).

A autora continua tecendo sua análise ao dizer que “as regras de herança da terra são também um terreno privilegiado para compreender a família camponesa”, pelo fato de que a terra ocupa lugar central na vida desta, tornando-se o meio principal para que exista a relação entre moradia/trabalho e produção/consumo.

Antes de analisar a situação dos sujeitos cujos pais não eram donos das terras, cabe aprofundar na relação entre moradia/trabalho e produção/consumo destacada por Moura (1988), devido à sua relevância e ao seu papel estratégico na existência e reprodução social do campesinato de forma geral.

Paulino e Almeida (2010, p. 33), baseando-se em Chayanov (1974), chamam esta relação de balanço trabalho-consumo¹⁰, sendo que, “seu argumento básico era que a produção camponesa se ampliava ou contraía, segundo o número de bocas da unidade de produção” e explica que a família camponesa irá desenvolver suas atividades em menor ou maior grau dependendo sempre do número de consumidores e nunca pelo número de trabalhadores.

Nesse sentido, a produção camponesa tem um limite, estabelecido no momento em que o equilíbrio interno da família entre consumidores e trabalhadores é atingido, suspendendo qualquer esforço para além disto. Este equilíbrio é fundamental para a existência camponesa e sua reprodução social em meio às sociedades contemporâneas.

No caso estudado, em se tratando daqueles sujeitos cujos pais eram donos da terra, a influência deste balanço trabalho-consumo se torna perceptível quando expressam, em suas

¹⁰ Esta teoria de Chayanov (1973) será utilizada ao longo de todo trabalho para se entender vários aspectos do modo de vida dos camponeses pesquisados, tanto no período da primeira fase de suas vidas (quando moravam com seus pais), quanto no período em que pesquisa-se a fase em que estão assentados com suas próprias famílias, no terceiro capítulo.

falas, como eram estas propriedades e a dinâmica familiar adotada pelos pais. O Entrevistado 4 explica o seguinte:

Com quatorze anos eu já tinha meu pedaço de roça. Era o velho não brincava não. Conforme ia ficando mais velho ia dando um pedacinho para você trabalhar. Era um alqueire e pouco para cada um. [...] O velho dava um alqueire, um alqueire e pouquinho.

Esta fala representa, dentre outras coisas, como se dava a inserção dos filhos no trabalho à medida que estes cresciam e tinham condição de plantar um “pedaço de terra”, agregando a mão-de-obra de mais um consumidor na família em busca do referido equilíbrio entre trabalho-consumo. Por meio deste depoimento, percebe-se que isto é uma prática recorrente na família e, no decorrer das análises, que esta situação é comum aos demais camponeses pesquisados.

Paulino e Almeida (2010) afirmam que a força de trabalho da família é estabelecida sempre em relação à quantidade de terra, de capital e de consumidores e que isto também determinará o nível de intensidade da autoexploração em relação ao grau de satisfação de suas necessidades, como fica claro na fala a seguir:

era do meu pai e da minha mãe né [a terra]. Um **pedacinho pequenininho**. Na verdade mesmo, **não dava!** A **família era grande**, mas desse tamanhinho [a terra]! Mas aí como o trem não ia dando, na época foi esperneando para poder viver. [risos]. Eu mesmo vim para cá [Jataí] a primeira vez eu tinha 18 anos (ENTREVISTADO 8).

Neste caso, a relação entre a pequena quantidade de terra e o grande número de consumidores no interior da família demonstra a dificuldade enfrentada para a reprodução social da família deste interlocutor, o que se tornou um fator decisivo para que ele saísse da sua cidade no Estado da Bahia, deixasse seus pais e seu lar e viesse para o Estado de Goiás e, posteriormente, entrasse na luta pela terra.

Por meio das narrativas dos entrevistados, cujos pais eram donos das terras, percebe-se que existem vários elementos em comum, tais como: a terra adquirida por meio de herança e não pela compra direta, o tamanho pequeno das propriedades e a família numerosa, relação esta desfavorável à permanência dos jovens camponeses na terra com os pais.

A relação destes fatores, terra pequena sem condições de ampliação e família numerosa, é responsável pela negação do direito à terra para a (re)criação camponesa, pois os filhos não conseguem ficar na terra com seus pais. No caso pesquisado, esta combinação ocasionou um desequilíbrio interno na família, que foi decisivo para que os sujeitos deixassem seus lares e saíssem em busca de vida e de trabalho em regiões distintas e longínquas das quais nasceram.

Paulino e Almeida (2010, p. 34) explicam que “quando existe um desequilíbrio desses elementos, por exemplo, terra insuficiente, esse fator passa a ter função limitante no volume da atividade agrícola”. Isto também se aplica, de forma geral, aos camponeses pesquisados, como será demonstrado ao analisar a situação dos sujeitos cujos pais não eram donos das terras, nas quais viviam e trabalhavam.

A condição de sem-terra imposta socialmente aos mesmos, fez com que a alternativa viável fosse a procura de trabalho em terras alheias e, neste caso, quando encontravam, se mudavam com toda a família. O depoimento de uma das camponesas pesquisadas exemplifica esta situação.

Ao indagar sobre a sua infância e como morava, ela responde que sua família vivia em uma fazenda no município de Itarumã, perto do Rio Verdinho (Estado de Goiás) há aproximadamente 25 anos e, ao perguntar se a terra era deles, a resposta foi a seguinte: “não, fazenda dos outros. Meu pai trabalhava assim, de ‘a meio’, essas coisas assim, era agregado. [...] só morava lá, a casa era do patrão, meu pai construiu, de pau a pique né” (ENTREVISTADA 13).

Ela continua seu relato dizendo:

meu pai trabalhava mais assim, com roça, né? Era assim, tudo que ele fazia era a meia com o dono da fazenda. E minha mãe trabalhava, trabalhava, mas não ganhava, né? Às vezes o povo dava, às vezes tava ajudando a fazer um requeijão e dava um, um queijo, dava uma ajuda o pessoal assim, não só o pessoal da fazenda onde a gente morava, mas os vizinhos lá assim (ENTREVISTADA 13).

Quando as suas famílias se mudavam para uma determinada fazenda, era comum que residissem ali durante muito tempo, pois isto era uma cultura típica que prevalecia no meio rural brasileiro no período anterior a década de 1940 (período que a maioria dos camponeses pesquisados era criança) e remete à relação subalterna estabelecida entre camponeses e

grandes proprietários, que lhes apadrinhavam e cediam lugar para trabalho, moradia e um pedaço de terra para cultivarem.

De acordo com Marques (2000, p. 44), “a fazenda era um território de reciprocidade, um território dominado por relações pessoais como o compadrio, sistema de trocas, dependência, que incluía o espaço de vida camponês” e menciona que “a formação do campesinato brasileiro está relacionada com uma existência dependente como agregado no interior das grandes fazendas e como posseiro ou sitiante, ocupando pequenas áreas em terras marginais, tanto do ponto de vista econômico como espacial” (p.12).

Esta situação foi comum às famílias dos camponeses entrevistados, pois, das histórias relatadas nesta pesquisa, oito sujeitos viveram sob esta condição com seus pais, sendo seis como trabalhadores agregados e dois que arrendavam terras de fazendeiros que as possuíam em grande quantidade.

Os relatos demonstram que tudo que plantavam era dividido “na meia” ou “na terça” e, além disso, deveriam prestar serviços diversos nestas propriedades. O Entrevistado 5 relata como era a dinâmica de vida e trabalho nestas condições:

Era agregado. Morava na fazenda dos outros, trabalhava na fazenda dos outros. Plantava. Na época eu era pequeno, tinha sete anos [...]. Depois quando nós viemos para cá, para Goiás, nós viemos em 1959, parece. Depois que eu cheguei aqui que eu aprendi a plantar de matraca, mexia com outras coisas diferentes. Lá no nordeste não mexia com isso, né? Plantava mais só na enxada mesmo. Meu pai plantava feijão, milho, essas coisas. Só na enxada. Covando e plantando. Ele ia covando nós íamos plantando. A gurizada. Uns, nessa época lá nós éramos uns quatro. Mais velhos. Tinha mais, dois mais novos, eles não iam nem para roça, tinham uns dois, né? Eles eram pequenos. Mais velho éramos só quatro. Começamos a trabalhar assim de sete anos, oito anos. Trabalhávamos muito, nossa senhora!

De maneira geral, evidencia-se que a terra, o trabalho e a família foram o alicerce da vida destes camponeses e que a terra é o elemento fundamental para a organização e a estruturação dos mesmos. No entanto, este e outros relatos já citados, chamam a atenção para a dimensão educativa que o trabalho assume no interior da família.

Desde a infância, o trabalho estreitou os laços dos sujeitos pesquisados com a terra, pois, desde cedo, todas as pessoas da família se envolviam na lida diária. As meninas ajudavam as mães no trabalho doméstico, na horta, no trato dos animais e os meninos seguiam seus pais nas atividades mais diversificadas, que iam desde o plantio à construção de cercas e paióis.

A fala anterior do Entrevistado 5 demonstra, ainda, a divisão social do trabalho no interior da família camponesa que expressa o acompanhamento dos filhos com os pais na lida diária, remetendo ao processo de ensino-aprendizagem, repassado de geração em geração pelos camponeses.

É também por meio deste processo de ressignificação do conhecimento, mediado pelos adultos, que o trabalho em si toma uma dimensão expressiva no processo educativo dos filhos, que apreendem valores essenciais para suas vidas e para a recriação de um modo de vida camponês.

Nesta perspectiva, Lopes (1991, p. 46) menciona que

para a sobrevivência desta organização familiar, as crianças e jovens precisam aprender os valores camponeses presentes nas relações sociais cotidianas que se estabelecem entre eles e entre eles e a natureza, bem como aprender a usar os instrumentos de trabalho e mesmo a fabricá-los, num processo ativo e criativo.

Bombardi (2004) explica que este processo de ressignificação do conhecimento é desenvolvido ao longo de toda uma vida, pois “[...] desde criança o menino vai aprendendo as técnicas necessárias para o cultivo, as maneiras de lidar com o meio natural e o saber sobre a natureza no próprio processo de trabalho” (p. 158).

A importância da apreensão destes saberes ligados ao trabalho diz respeito, principalmente, ao processo de inserção dos filhos no trabalho familiar e, geralmente, marca a transição direta da fase infantil para a fase adulta, passagem esta que se dá por volta dos doze ou treze anos, quando o jovem passa a se comportar como os mais velhos e é incorporado diretamente nas atividades produtivas, o que é essencial na busca pelo equilíbrio entre consumidores e trabalhadores na família camponesa, tida como um trabalhador coletivo¹¹.

A fala do Entrevistado 6 revela este processo, ao contar como era a dinâmica de incorporação no trabalho familiar: “nós vivíamos por conta do velho. Ele que mantinha nós, até nós termos idade para trabalhar”.

¹¹ Este conceito “trabalhador coletivo” é utilizado por José Vicente Tavares dos Santos (1978, p. 31), quando se refere à sua utilização deste no sentido proposto por Karl Marx, em *O Capital – Crítica da economia política*, livro I, Parte IV, Cap. I: “Diferenças de sexo e idade e as condições naturais do trabalho, variáveis com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo que deve durar o trabalho de cada um de seus membros. As forças individuais de trabalho operam, naturalmente, como órgãos da força comum de trabalho da família e, por isso, o dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pelo tempo de sua duração, manifesta-se, aqui, simplesmente, em trabalhos socialmente determinados.”

Esta incorporação no trabalho junto à família e esta passagem para a fase adulta representam, para os camponeses, um momento importante, pois a partir daí os sujeitos são considerados aptos a saírem de casa e também a se casarem. A saída de casa, como demonstrado anteriormente, ocorria em função do desequilíbrio entre o número elevado de consumidores e a pequena quantidade de terra ou a ausência dela, o que é válido, também, para a situação do casamento.

O casamento, quando a terra é pequena, deixa os camponeses em situações difíceis para permanecerem junto à família, pois representa o aumento do número de pessoas que passam a depender de um pedaço de terra pequeno para sobreviver, o que ocasiona, na maioria das vezes, a saída de casa. Este momento de saída é denominado por Moura (1988) como sucessão e, de acordo com a autora, é estratégico para o entendimento da reprodução do camponês que vive dentro das terras da fazenda de outrem, ou seja, aqueles despojados da terra.

Ocorre que a cultura de apadrinhamento e agregação era prática comum em tempos antigos, anterior à década de 1940, presente na geração dos pais dos sujeitos pesquisados, pois, apenas um entrevistado nasceu antes desta década.

No entanto, esta prática foi se desfigurando na medida em que a agricultura capitalista foi avançando no Brasil e acabou por comprometer a permanência desta nova geração (incluindo os sujeitos pesquisados) no campo, pois estes não poderiam continuar nas terras das fazendas onde seus pais moravam e trabalhavam, o que foi decisivo para que saíssem de casa.

Marques (2000) menciona que, com o avanço de políticas capitalistas na agricultura, a reprodução camponesa é ameaçada e as estratégias adotadas são as migrações para novas áreas. No entender desta autora, o avanço destas políticas também fez com que os pecuaristas ampliassem suas áreas de pastagens e reduzissem “[...] suas lavouras e as roças cedidas em meia. Isso também ocasionou a diminuição de moradores agregados nas fazendas e de lavradores sem terra trabalhando em terras alheias, além de conflitos com antigos posseiros” (MARQUES, 2000, p. 43).

Moura (1988, p. 29-30) retrata que estes camponeses que viviam com seus pais como agregados, na maioria das vezes eram

[...] despejados pelo fazendeiro, em função do número já excessivo de lavradores ou da supressão das relações de produção calcadas no colonato ou na agregação, ou ainda, em função das pressões de uma legislação trabalhista que criava ou aumentava o ônus financeiro do proprietário para com seus subordinados.

O relato dos Entrevistados 5 e 6 expressam esta situação ao mencionar que se casaram e tiveram que mudar das terras onde viviam: “[...] aí eu mudei para outra fazenda, de um tio dela. Era só atravessar o córrego lá. Já tinha mulher para zelar, né? Aí tinha que separar barraco”. Quando se casou, o Entrevistado 5 tinha 21 anos e morava com seus pais como agregado e sua esposa tinha 16 anos e morava em terras próprias, dos pais.

Estas situações recontadas pelos camponeses vão demonstrando como ocorria a saída de casa e das terras onde viviam e, ao relatarem suas trajetórias socioespaciais, verifica-se que os sujeitos pesquisados saíram de casa em idades diferentes e de lugares diversos do país.

Dos dezenove que responderam ao questionário, cinco nasceram na Bahia, dois no Rio Grande do Sul, um no Rio Grande do Norte, um em São Paulo e um no Mato Grosso do Sul, somando o total de dez pessoas que iniciaram suas trajetórias socioespaciais em outros Estados, os demais nasceram todos no Estado de Goiás.

Estes sujeitos possuem em comum a origem camponesa, mas, por outro lado, demonstram a heterogeneidade em relação às cidades e estados em que nasceram. As trajetórias socioespaciais destes camponeses também demonstram que o problema da alta concentração de terras não é um fato isolado, mas sim, existente em todo país e é enfrentado por camponeses que possuem suas origens em diferentes estados do Brasil.

O Entrevistado 5 nasceu em Macaus, no Rio Grande do Norte e narra sua trajetória, contando que veio, quando criança, com toda sua família para Goiás, morar em uma fazenda no município de Quirinópolis:

nós moramos lá, mas era na fazenda. A primeira vez que nós viemos, ficamos ali na fazenda do doutor... [inaudível], quando nós viemos, nós viemos direto para esta fazenda. Veio de pau de arara, naquela época era pau de arara, nem ônibus não tinha, era só estrada de chão nesse mundão aí. E já gastou foi seis dias de pau de arara. E foi para essa fazenda lá, aí meu pai foi plantar roça, bater inverno, fazer de tudo lá nessa fazenda.

Conta ainda que mudaram-se várias vezes. Só no município de Quirinópolis passaram por quatro fazendas diferentes e, por fim, se estabeleceram em uma, onde morou até

conhecer sua esposa e mudarem para as terras de um tio dela. No entanto, seus parentes venderam a terra e eles reiniciaram a migração, passando por fazendas nas cidades de Cachoeira Dourada e Itumbiara. O interlocutor segue na narrativa sobre sua trajetória de migrações:

aí eu vim para Quirinópolis de novo, aí eu toquei roça lá uns tempos, num deu certo, perdeu tudo, sol e... Aí eu vim embora pra Jataí. Aí eu fiquei no Jataí muito tempo, mexendo com roça pra aqui pra lá com uns fazendeiros. Trabalhei muito tempo, trabalhei um punhado de anos vendendo pipoca, trabalhava na cidade e ficava na roça, todo ano. Vendia pipoca em Jataí muitos anos. Mas eu tocava roça, todo ano eu tocava minha roça.

A trajetória do Entrevistado 11 também é repleta de lugares pelos quais passou, e diz: “de dez anos em diante eu já saí no mundo, sozinho”. Ele nasceu no Estado de São Paulo, na cidade de Fernandópolis, se mudou para Aparecida do Taboado no Mato Grosso do Sul, foi para Paranaíba, Cassilândia, Chapadão do Sul e depois migrou para Jataí.

As trajetórias dos demais pesquisados não se diferem das anteriores, todas são marcadas por inúmeras migrações, várias cidades e estados, até chegarem ao município de Jataí. Marques (2000, p. 14) diz que isto ocorre pelo fato de que,

o campesinato brasileiro não é um enraizado, ele é um migrante e seu deslocamento tem sido determinado em grande parte pelo avanço da propriedade capitalista sobre a terra. Ao serem expulsos ou perderem sua propriedade, eles geralmente retornam à terra, mesmo que em outro lugar.

Ao chegarem ao município de Jataí, onde até hoje residem, estas trajetórias de migrações não cessaram, passando por diversos lugares, como retrata a fala do Entrevistado 7: “eu cheguei aqui dia 17 de fevereiro de 1971. Eu vim para Jataí, fui para rio verdinho.”

Este sujeito diz que ficou quase um ano morando em uma fazenda, trabalhando e pegando empreitas em fazendas vizinhas, mas diz que logo se mudou para cidade: “aí ó, a vida inteira eu fui mexer com a horta, na beira da cidade, à meia, com os hortaliçeiros”. Ele diz que morava na cidade em um quarto alugado e depois também trabalhou como assalariado em uma cerealista.

Como este sujeito, mais quatro vieram do Estado da Bahia, chegaram a Jataí e foram trabalhar em fazendas, depois vieram para cidade, passaram pela condição de assalariados e

começaram a lidar com horta na periferia da cidade, por vezes faziam isto juntos, como relata o Entrevistado 8:

eu saí da firma, você veja como que é as coisas, eu de cada coisa eu faço um pouquinho, aí o patrão, o filho do velho lá, me levou numa chacarazinha lá, dele lá, para poder fazer um banheiro para ele. Chegando lá achei uma área de terra muito boa, com aguado, eu era invocado a mexer com horta e tinha um colega meu [Entrevistado 2, também da Bahia] aqui ó, ele pegou e falou, [...] vê se você consegue a terra lá, se você conseguir, nós trabalhamos juntos aqui. Aí eu fui.

A parceria deu certo e eles plantaram juntos por muito tempo. Por meio das falas dos pesquisados, fica claro que todas as migrações e mudanças são em busca de sobrevivência, por isso sempre saem de seus lugares de origem em busca da terra de trabalho. Conforme Carvalho (1999, p. 9), poderia se afirmar “[...] que o trabalhador rural sem terra é nômade geográfico e social. E este nomadismo social não está relacionado necessariamente à mobilidade social vertical, mas às suas estratégias de sobrevivência”.

Os outros nove sujeitos pesquisados, que não são de outros estados, nasceram em diferentes municípios do Estado de Goiás, cinco nasceram em Jataí, um em Caiapônia, um em Serranópolis, um em Cassilândia e um em Anicuns. Apenas uma destas pessoas não era das cidades do entorno do município de Jataí, sendo de Anicuns.

Desse modo, das dezenove pessoas pesquisadas, quatorze não são de Jataí e onze chegaram neste município entre o final da década 1960 e início de 1980. É importante fazer esta contextualização temporal, pelo fato de que este período foi significativo na implementação de mudanças no cenário agrícola brasileiro, que vinha se reestruturando desde a década de 1950, atingindo significativamente a região estudada, nas décadas de 1970 em diante.

No entanto, foi no contexto do regime militar (1964), que tiveram início as mudanças mais significativas no campo brasileiro, a partir de uma ideologia desenvolvimentista que se consolidou por meio de pólos regionais (UDERMAN, 2007), implementando políticas que promovessem a “ocupação” das áreas de Cerrado, como se o mesmo já não fosse “ocupado” por inúmeros camponeses e indígenas que viviam nestas áreas (MENDONÇA, 2004).

Os principais mecanismos utilizados pelo Estado para induzir este processo de modernização agrícola e disseminá-lo, foram as políticas de fomento à agricultura dos cerrados, que passaram a integrá-los num processo de abertura e expansão da fronteira

agrícola, promovendo a sua “ocupação” e incorporação ao processo produtivo em larga escala.

Localizado em uma região estratégica, haja vista que a faixa litorânea encontrava-se totalmente ocupada, e a Amazônia era ainda bastante isolada do resto do País, o cerrado aparece como uma possível solução para se promover um crescimento da agricultura brasileira. Ao mesmo tempo em que se pretende elevar a produção e produtividade da agricultura, consegue-se **conciliar diversos interesses** como os dos ramos industriais, e de um **grupo restrito de produtores, que serão beneficiados pelas políticas implantadas** (FERREIRA, 2001, p. 74, grifo meu).

A região Centro-Oeste, que tem quase todo seu território em áreas de Cerrado, foi tida como uma área “nova” para o avanço capitalista que necessitava, para sua expansão, incorporar mais áreas além das que já vinham sendo exploradas e se tornou, então, o principal alvo das políticas de modernização da agricultura¹².

Estas terras eram propícias ao uso de maquinários, tanto pelo fato de ser uma região mais plana, quanto por ter uma das mais altas taxas de concentração de terras do país. Considerada uma espécie de paraíso dos latifúndios, esta região se adequou perfeitamente à produção em larga escala, rendendo altos lucros à produção capitalista.

É neste contexto que o Estado de Goiás e sua Microrregião Sudoeste¹³ se inseriram no rol da modernização agrícola, aliada ao discurso do tão propalado “desenvolvimento”. Ribeiro (2005, p. 86) menciona que,

no Sudoeste de Goiás os municípios que receberam as maiores somas de incentivos e investimentos, de forma a tecnificar a agricultura, foram Rio Verde e Jataí, ambos foram amplamente beneficiados com recursos do POLOCENTRO. Os resultados dos incentivos creditícios foram a completa mudança nos seus cenários agrícolas, tendo na inserção de novos cultivares na pauta de produtos a mudança de maior visibilidade. Sabe-se que a condição *sine qua non* para que isto ocorresse foram os investimentos realizados, sobretudo na/da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), para a elaboração de novas variedades de sementes e construção dos solos, de forma a preparar os chapadões para a exploração agrícola em grande escala.

Jataí se inseriu de forma definitiva neste processo e ganhou destaque pela alta produtividade de *comodities*, principalmente soja e milho, de modo que este passou a ser o

¹² Sobre a modernização da agricultura, os principais programas de “ocupação” dos Cerrados e como estes adentraram a Microrregião Sudoeste de Goiás, ver Ferreira (2001) e Ribeiro (2005).

¹³ Ver anexo 1, localização da Microrregião Sudoeste de Goiás, de Jataí e do P.A. Rio Claro.

investimento favorito dos proprietários de terras nesta microrregião. Tudo isto, facilitado, principalmente pela instalação de programas como POLOCENTRO¹⁴ e PRODECER¹⁵.

A implantação destes programas é produto de uma articulação geopolítica internacional que influenciou diretamente as trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados, pois este processo de modernização agrícola não atingiu somente a região Centro-Oeste, abarcando vários Estados brasileiros que possuem áreas de Cerrado, como a Bahia, por exemplo, de onde veio uma quantidade significativa de entrevistados que constituem atualmente o P.A. Rio Claro.

A trajetória socioespacial dos sujeitos que vieram do Estado da Bahia é muito parecida, pois seus pais possuíam pequena quantidade de terra para prover o sustento da família, que geralmente era numerosa, o que fez com que estes sujeitos não continuassem vivendo com seus pais, pois não tinham condições financeiras para aumentar o tamanho do sítio, o que levou os filhos a migrarem.

O período que migraram e deixaram suas famílias coincide com a modernização agrícola brasileira, o que dificultou ainda mais a compra de terras pelos camponeses nestas áreas de Cerrado, devido à especulação com a terra, tida como mercadoria, elevando o valor da mesma.

O diálogo a seguir demonstra parte da trajetória socioespacial de um dos camponeses que veio do Estado da Bahia:

Pesquisadora: o senhor morava com seus pais?

Entrevistado 7: com o pai a mãe e os irmãos, nós éramos nove. Nove só filhos dos velhos. [...] Numa casa só. Até ficar emancipado e começar a esparramar! [...] Eu vim direto para Jataí.

Pesquisadora: por que para Jataí?

Entrevistado 7: na época lá [Bahia/Barreiras] tinha a tradição, Goiás é bom, Goiás é bom, e tal.

Pesquisadora: e o povo falava por que aqui era bom?

Entrevistado 7: diz que girava mais capital, tinha mais dinheiro. No caso nosso, por exemplo, nós precisávamos ganhar um dinheiro meio rápido, diz que o Goiás girava mais. Na realidade girava mais mesmo. Aí chegava aqui quem não tivesse uma profissão, então ia pra roça, pegar pasto de empreita, para roçar, pegar bananal para plantar, para formar, então era um dinheiro rápido. [...] Eu vim primeiro.

¹⁴ Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.

¹⁵ Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados.

Quando o interlocutor acima menciona que “eu vim primeiro”, ele se refere ao fato de que veio primeiro que seus quatro conterrâneos que vivem atualmente no assentamento pesquisado, que têm suas trajetórias socioespaciais semelhantes à sua, saindo de suas cidades natais para o município de Jataí, talvez vislumbrando a projeção do referido município no cenário nacional e mundial pela rápida expansão do agronegócio e produção de *comodities*.

O Entrevistado 8, também baiano, relata o seguinte: “primeiro eu comecei a trabalhar para uns gaúchos, selecionando semente de soja. Aí eu trabalhei numa firma, arroz Daniela.”

O relato deste interlocutor demonstra que o período no qual chegou a Jataí [1981] coincide com o momento da consolidação da agricultura moderna na região, principalmente pelo plantio de soja, uma das *comodities* que projetou a Microrregião Sudoeste de Goiás no cenário internacional de exportação agrícola.

O relato acima (Entrevistado 8) representa, também, a condição de assalariado temporário em secadoras e beneficiadoras de grãos, que foram instaladas no município de Jataí devido à produção em larga escala preconizada pelo novo modelo de “desenvolvimento”. O relato de mais quatro sujeitos pesquisados evidencia que se submeteram a esta mesma situação, de assalariados em secadoras de grãos.

Um dos interlocutores (Entrevistado 4), relata que migrou do Rio Grande do Sul¹⁶ em 1972, para o Estado do Mato Grosso e que depois se mudou para Jataí, em 1979, para trabalhar com o plantio de soja. De acordo com ele, morava em um alojamento na fazenda e colhia 50 mil sacos de soja por safra, o que nos dá a dimensão de como a monocultura se instalava na região, e explica: “lá nós ganhávamos era uma porcentagem, mais o salário” (ENTREVISTADO 4).

De maneira geral, os camponeses pesquisados ao narrarem suas histórias de vida, vão desvelando suas trajetórias socioespaciais, demonstrando como estas foram influenciadas por um contexto macro-social e, ao mesmo tempo, como foram sujeitos ativos no processo de construção das mesmas.

A análise desenvolvida até aqui se referiu à primeira fase das trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados e procurou demonstrar como era a dinâmica de suas vidas, como se dava a relação entre terra/trabalho/família e como saíram de seus lares. Evidenciou-se, ainda em linhas gerais, quais os caminhos percorridos e como se deu a

¹⁶ Sobre a chegada do grande fluxo migratório de gaúchos no município de Jataí ver Leal (2006).

chegada dos entrevistados no município de Jataí, em meio ao contexto de implantação e consolidação do processo de modernização agrícola na microrregião estudada.

Feito isto, no próximo capítulo será demonstrado como estes camponeses entraram no movimento de luta pela terra e como foram suas trajetórias no período em que estiveram acampados, o que corresponde à segunda fase de suas trajetórias socioespaciais.

2 AS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS E A LUTA PELA TERRA

Analisada a primeira fase das trajetórias socioespaciais dos camponeses do P.A. Rio Claro, neste capítulo discutiremos a segunda fase destas, que se refere ao período em que entraram no movimento de luta pela terra e estiveram acampados. No entanto, antes disso, é necessário entender a estreita ligação entre a questão agrária e o movimento de luta pela terra no Brasil e, assim, situar a luta pela terra na Microrregião Sudoeste de Goiás e no município de Jataí.

2.1 A questão agrária no Brasil e a luta pela terra

A luta pela terra e a origem do problema da questão agrária em um país que está no rol daqueles com maiores desigualdades sociais do mundo têm início há exatamente 517 anos, como retrata Gancho; Lopes e Toledo (1994, p. 8): “antes mesmo que o Brasil fosse efetivamente colonizado, isto é, antes da implantação do cultivo da cana-de-açúcar por particulares no litoral, o rei de Portugal, que representava o Estado, já era dono da terra de acordo com o Tratado de Tordesilhas de 1494”.

Naquele momento os conflitos pela terra foram deflagrados, mais precisamente quando os então “proprietários da terra” pisaram neste solo, dando início à configuração concentrada da estrutura fundiária brasileira, que impulsionou diversos conflitos pela terra em diferentes momentos históricos no país.

Com a chegada do colonizador português as lutas contra o cativo da terra, da vida, da exploração e a expulsão da terra tiveram início, desterrando milhares de indígenas durante o período dos séculos XVI e XVII. Fernandes (1999, p. 2) menciona que “de norte a sul, Potiguares, Tamoios e Guaranis lutaram contra a invasão de seus territórios e contra a escravidão”, escravidão esta que aos poucos foi sendo substituída pelo tráfico de pessoas

trazidas da África, que no final do século XVI totalizavam 15 mil negros africanos escravizados no Brasil.

Esta escravidão, tanto dos índios quanto dos africanos, se deu pelo fato de que a coroa portuguesa queria colonizar suas terras para que não fossem invadidas por outros países e como esta era uma grande empreitada, carecia de recursos que Portugal não dispunha no momento, o que culminou na distribuição de terras para particulares portugueses que para tal, necessitou da mão-de-obra escrava.

É deste processo que surge o sistema de distribuição de terras sob a forma de capitânicas hereditárias (como fora distribuída na região litorânea) e desta o sistema sesmarial. Para se ter uma idéia da extensão de uma capitania e das sesmarias, Gancho; Lopes e Toledo (1994, p. 18) afirmam que: “Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul integravam a capitania de São Paulo”.

Daí surge o latifúndio no Brasil e, nestes moldes, a ocupação desconsiderava todo povo que habitava estas terras há séculos, iniciando conflitos e processos de resistência, não só dos índios expurgados, mas também dos escravos que faziam parte deste processo. Surgem, então, os quilombos, que se espalharam por todo país e serviam de abrigo para os refugiados. Por isto, os quilombos eram tidos como lugares de pessoas livres, de resistência e neles viviam negros, índios e alguns trabalhadores marginalizados.

Mesquita (2008, p. 133) menciona que “os indígenas estão há quinhentos anos lutando, fugindo, morrendo e resistindo numa luta contra o capital, representado por jesuítas, por senhores de engenho [...]”, demonstrando que o processo de exclusão do direito à terra, que pertencia aos índios por legitimidade, deu início aos conflitos no campo brasileiro e à luta pela terra que mais tarde agregaria a luta pela reforma agrária.¹⁷

Os escravos, para além da exploração pela qual passaram neste processo de colonização, também se tornaram desprovidos de terra no país. Mesquita (2008, p. 133) explica que estes, entraram na história do Brasil como excluídos, “[...] e saem da mesma em 1888 com a Lei Áurea, mas não chegam a se tornar cidadãos, pois o que lhes garantiria tal possibilidade seria o acesso a terra”, que lhes foi negado pelo fato de que “a apropriação das

¹⁷ É importante destacar que estas duas lutas são diferentes “[...] porque a primeira acontece independentemente da segunda. Todavia as duas são interativas”, a luta pela reforma agrária é uma luta ampla que envolve vários setores da sociedade, e que a luta pela terra é promovida pelos sujeitos interessados, fazendo com que a luta pela reforma agrária contenha a luta pela terra e que a luta pela terra promova a reforma agrária (FERNANDES, 1999, p. 1).

terras já estava garantida aos senhores brancos e católicos, desde o tempo das capitanias hereditárias, sesmarias e legitimadas pela Lei de Terras de 1850”.

A este respeito Fernandes (1999) esclarece que,

na segunda metade do século XIX, para fazer avançar o sistema capitalista, no Brasil foi criada a propriedade da terra e em seguida os escravos tornaram-se trabalhadores livres. Quando escravos, os trabalhadores eram vendidos como mercadorias e como produtores de mercadorias. Como trabalhadores livres, vendiam sua força de trabalho ao ex-escravocrata, então fazendeiro - capitalista. Permanecera a separação entre os trabalhadores e os meios de produção. Com a constituição da propriedade da terra mais de trinta anos antes do fim do sistema escravocrata, a terra tornara-se cativa. De modo que os escravos tornaram-se livres e sem-terra (p. 3).

O autor em questão menciona que este período coincidiu ainda com a chegada de imigrantes europeus no Brasil, formando um contingente de pessoas que dispunham de mão-de-obra livre para servir aos ex-escravocratas e agora fazendeiros, que esperavam os camponeses derrubarem as matas, plantarem nas áreas e por meio da violência expropriavam os mesmos, por vezes causando genocídios, massacres e tomando suas terras, emergindo deste contexto os camponeses-posseiros, que possuíam a terra, mas não seu domínio.

Muitos índios, negros que foram escravos e imigrantes, formaram um contingente de trabalhadores que deram início a uma categoria, conhecida como sem-terra, gestando um longo processo de peregrinação Brasil a dentro, lutando contra o latifúndio, o coronelismo e os senhores absolutos que dominavam a posse, mesmo que grilada, da terra, grilagens que foram fortemente difundidas pelos ex-escravocratas.

Destas peregrinações eclodiram resistências messiânicas, como o final de uma longa jornada de camponeses sem-terra que se findou na Bahia, constituindo o Arraial de Canudos, dando início a guerra mais violenta e trágica do Brasil. Esta guerra envolveu mais de dez mil camponeses e, para combatê-los foram recrutadas tropas militares de todo país. Esta guerra foi um dos movimentos de luta que fechou o século XIX (FERNANDES, 1999).

Para abrir o novo século, outra guerra contra os camponeses se iniciou no sul do país. A guerra do Contestado, que durou de 1913 a 1916, que perdurou 26 meses e envolveu mais de 40 mil pessoas em uma região que abrangeu municípios da divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a expropriação de milhares de camponeses devido à construção da ferrovia que ia de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

No nordeste emergiram os cangaceiros, representados por camponeses expulsos de suas terras, estes agiam com ataques a fazendas e vilas matando uma ou mais pessoas da família do fazendeiro que os expulsaram. Conforme explica Fernandes (1999, p. 3),

a forma de organização desde os movimentos messiânicos até os grupos de cangaceiros demarcavam os espaços políticos de revolta camponesa. Eram conseqüências do cerco à terra e à vida. Embora fossem lutas localizadas, aconteciam em quase todo território brasileiro e representaram uma importante força política que desafiava e contestava incessantemente a ordem instituída. São partes da marcha camponesa que percorre o espaço da história do Brasil.

No entanto, estes conflitos que envolveram camponeses em luta pela posse da terra, não se findaram com estas guerras, pois quanto mais os preceitos do capitalismo se firmavam no Brasil, mais as expulsões e grilagens provocavam resistências camponesas em diversos estados como o Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e no Tocantins, na região mais conflituosa do Brasil, conhecida como Bico do Papagaio.

Houve ainda, uma grande luta pela terra na região de Trombas e Formoso no norte de Goiás, onde os camponeses, para resistir às grilagens, montaram uma guerrilha e conseguiram, depois de sete anos de conflito armado (1950-1957), a posse das terras onde habitavam a mais de 30 anos.

Oliveira (1988, p. 15) diz que os “conflitos sociais no campo, não são uma exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país”.

Estas lutas não se findaram com os acontecimentos mencionados, pelo contrário, elas foram as primeiras de muitas que viriam a ocorrer no curso da história, pois ao mesmo tempo em que o capitalismo solidifica sua expansão à custa das relações de trabalho baseadas na exploração, vai, contraditoriamente, provendo a organização e a aglutinação dos povos oprimidos por este sistema, delineando, no seio do seu desenvolvimento, a luta de classes.

Nesse sentido, uma grande organização camponesa ganhou visibilidade nacional com diferentes movimentos de luta no campo, sendo os mais expressivos as Ligas Camponesas, a ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra, que agitou as décadas de 1950 e 1960.

As Ligas Camponesas nasceram no nordeste brasileiro, em decorrência dos sindicatos rurais serem considerados inconstitucionais. No entanto, não devem ser entendidas

enquanto um movimento local, “mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país” (OLIVEIRA, 1988, p. 27).

Em 1954, sob a orientação do Partido Comunista, foi criada a ULTAB, para coordenar as associações camponesas, que, a cada dia, se proliferavam pelo país, devido ao aumento da concentração do latifúndio, principalmente pelo fato de que a expansão da monocultura canavieira no nordeste expurgou centenas de trabalhadores para outras regiões do país, gerando insatisfações e revoltas camponesas, acompanhadas de muita violência e repressão.

Este contexto fez somar em 1959, a consolidação de 122 organizações independentes, que aglomeravam 35 mil trabalhadores rurais e aproximadamente 50 sindicatos (OLIVEIRA, 1988).

Toda esta conjuntura de organização dos camponeses foi sinalizando para um período favorável às grandes lutas e a uma ebulição de conflitos, demandando uma ação governamental para mediá-los, o que geralmente era feito por meio da violência e da repressão policial. Nesse sentido, foi criado, sob jurisdição do Ministério da Agricultura em maio de 1954, o INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Tal órgão visava cuidar das questões inerentes às migrações dos trabalhadores entre diferentes regiões, no que tange à seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes e ainda deveria traçar e executar programas de colonização.

Logo após a criação do INIC, foi também criado o SSR - Serviço Social Rural, em Setembro de 1955, igualmente ligado ao Ministério da Agricultura, tendo em vista a prestação de serviços sociais a comunidades rurais, visando à melhoria das condições de vida no que tange à alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, assistência sanitária e ainda a questões relacionadas às condições de trabalho e pagamento aos trabalhadores rurais.

A criação do SSR se deu, pelo fato de que, os movimentos dos trabalhadores camponeses foram delineando um quadro de greves e manifestações pelas péssimas condições de trabalho, típicas da exploração capitalista, pois, como havia muita mão-de-obra disponível, os salários eram irrisórios em vista das extensas jornadas de trabalho e colheitas, que por vezes, nem mesmo eram pagos, o que, conseqüentemente, contribuía para a luta por melhores condições de vida e de trabalho no campo, como menciona Oliveira (1988).

O MASTER surgiu no distrito de faxinal, no Rio Grande do Sul, na década de 1960. Neste distrito habitavam cerca de 300 famílias, que fundaram associações de agricultores sem-terra em municípios gaúchos e foram responsáveis pela instalação, no ano de 1962, de diversos acampamentos sem-terra para obtenção de desapropriações e assentamentos, contando com o incisivo apoio do então governador Leonel de Moura Brizola.

No ano de 1962, com o aumento das pressões e da luta pela terra, foi criada, em outubro, a SUPRA – Superintendência de Política Agrária, que absorvia as atribuições do INIC e do SSR, exceto as questões relacionadas aos imigrantes e imigrações, que ficariam a cargo do Ministério de Relações Exteriores.

A SUPRA foi criada em meio a uma conjuntura estrutural de lutas e mobilizações dos trabalhadores rurais, da organização de congressos e estabelecimento das bandeiras de lutas camponesas, que visavam organizar nacionalmente a classe trabalhadora, o que resultou em 1963 na 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais em Natal – RN, deflagrando uma greve no setor canavieiro, que envolveu a Federação dos Lavradores, as Ligas Camponesas e os Sindicatos autônomos.

Com isto e a articulação posta, em 22 de dezembro de 1963, os trabalhadores rurais de 18 estados decidiram criar a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, reconhecida em 31 de Janeiro de 1964 pelo Decreto Presidencial 53.517, tornando a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional reconhecida legalmente.

De todas estas lutas e mobilizações forjou-se a pressão pela melhoria das condições dos trabalhadores do campo, que culminou na aprovação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais no ano de 1963, agitando ainda mais o debate sobre os rumos da questão agrícola e da reforma agrária no país.

Quando os militares assumiram o poder no ano de 1964, tiveram, enquanto principal objetivo de governo, conter a pressão pela reforma agrária iminente, visando desmobilizar e fragilizar os camponeses. Em relação a este período Oliveira (1988, p. 31) menciona que,

uma das bandeiras do movimento militar de [19]64, foi a extirpação do movimento das Ligas Camponesas e a liquidação do processo de reforma agrária deflagrada no início do ano de 1964 pelo então presidente João Goulart. O movimento militar promoveu verdadeira ‘caçada’ às lideranças das Ligas Camponesas e não tardou que as estatísticas passassem a registrar a morte ou o ‘desaparecimento’ dessas lideranças.

Uma das iniciativas lançadas pelo General Castelo Branco, para frear a luta pela terra foi a aprovação do Estatuto da Terra. Este estatuto poderia ser um instrumento legal para promover a reforma agrária no Brasil, no entanto, os projetos nunca saíram do papel. O que houve foi a implementação de políticas e programas que visavam intensificar a modernização agrícola¹⁸.

Com a aprovação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais e do Estatuto da Terra e a afirmação da opção estatal em intensificar a modernização agrícola, as possibilidades dos camponeses permanecerem no campo e obter acesso à terra foram diminuindo, com isto, houve neste período o maior êxodo rural da história do país.

Ao analisar os dados sobre o êxodo rural no período, a partir da intensificação de programas estatais que visavam modernizar o campo brasileiro e da vigência dos referidos estatutos, nota-se que no Estado de Goiás, especificamente, o índice de evasão das pessoas do campo para a cidade foi tão alto que rapidamente provocou a inversão numérica da população rural para urbana.

Ribeiro (2005) aponta que no ano de 1970 o Estado de Goiás apresentava uma população de 2.997.570 habitantes, sendo que desta 42,34% residiam na cidade e 57,66% no campo; já no ano de 2000 a população era de 4.994.897 habitantes, sendo que 87,88% residiam na área urbana e apenas 12,12% no campo.

A autora prossegue a análise descrevendo que no município de Jataí, no ano de 1970, a população era de 41.374 pessoas, sendo que 65% residiam na cidade e 35% no campo; no ano de 2000 a população era de 75.451 pessoas, sendo que 92% residiam na cidade e 8% na zona rural (RIBEIRO, 2005).

O êxodo rural é apenas um dos reflexos socioeconômicos gerados por esta conjuntura, mas várias outros podem ser relatados, a exemplo dos problemas socioambientais demonstrados por Mazzeto-Silva (2009), como desmatamento das áreas de Cerrado, a ameaça à função hidrológica das chapadas, à desvalorização de saberes tradicionais e à biodiversidade, também retratada por Shiva (2003).

Outros exemplos, que retratam estes reflexos, podem ser encontrados em Mendonça (2004), quando este demonstra a modificação das relações de trabalho no campo e a perda dos

¹⁸ Sobre o processo de modernização agrícola consultar Ferreira (2001) que tratou com propriedade em seu trabalho dos programas como PRODECER e POLOCENTRO.

postos de trabalho pelos camponeses devido ao alto nível de tecnificação utilizado no processo produtivo, o que contribuiu para o aumento do êxodo rural.

Já no trabalho de Ribeiro (2005) encontramos dados que revelam o desemprego nas cidades, a partir do êxodo rural, o que, por sua vez, provoca outros impactos socioambientais em municípios da Microrregião Sudoeste de Goiás.

De acordo com a autora, a cidade não consegue absorver a mão-de-obra campesina, exilada do campo, tida como desqualificada para ocupar postos de trabalho urbanos, que acabam por ser preenchidos por pessoas de outras regiões, estados e países, contribuindo para aumentar os índices de desemprego e problemas sociais nas cidades (RIBEIRO, 2005).

Dados do SINE de Rio Verde e de Jataí demonstram a defasagem entre oferta e procura de emprego. O SINE – Sistema Nacional de Emprego - de Rio Verde no período de 01/2001 a 31/08/2005 recebeu a procura por emprego de 151.872 pessoas, sendo que a oferta foi de 17.231 vagas, e a procura por emprego 881 vezes maior do que a oferta e, destes, apenas 11% obtiveram vaga no mercado de trabalho (RIBEIRO, 2005).

No SINE de Jataí, entre 09/11/2004 a 14/11/2005, do total de atendimentos efetuados (17.107), apenas 2002 pessoas, 12%, foram encaminhadas ao mercado de trabalho por meio de 1.685 vagas, sendo a procura 11 vezes maior do que a oferta (RIBEIRO, 2005). Ocorre que o contingente de pessoas desempregadas nas cidades ocasiona outros problemas. Ribeiro (2005, p. 177) menciona que,

segundo o Relatório de Gestão/2004, da Secretaria de Promoção Social de Rio Verde (p.34), os problemas sociais neste município devem-se, em grande parte ao desemprego. [...] esta realidade indica que somados aos recordes de produção de milho e de soja os municípios do Sudoeste de Goiás apresentam outros números elevados, só que estes atestando a concentração de renda e o nível de pobreza de grande parte da população.

A análise desenvolvida por Ribeiro (2005) engloba os dados do comando da Polícia Militar de Jataí, que demonstram ter aumentado substancialmente os crimes contra pessoas e patrimônio no município em meio a este “auge” do processo de modernização agrícola, sendo que em 2003 havia 679 ocorrências contra pessoas e até agosto do ano de 2005 (08 meses) já havia 510 registros. Isto demonstra que houve um aumento abrupto dos homicídios se comparado o ano de 2005 com 2003.

Em Rio Verde, no mês de setembro de 2005, o número de homicídios já se igualava ao total do ano de 2003: 14 casos registrados (RIBEIRO, 2005).

Em relação ao processo de modernização agrícola, expoente na região estudada, evidencia-se que os números alcançados pela expansão global do agronegócio, sob a égide do “desenvolvimento” das regiões cerradeiras, não vêm acompanhados do desenvolvimento social, da melhoria das condições de vida da população e não oferecem igualdade de oportunidades a todos.

Toda esta conjuntura contribuiu para que aumentasse, ainda mais, a concentração de terras, principalmente nas regiões onde a modernização agrícola se instalou, reproduzindo um modelo que acentua a dificuldade de permanência de famílias camponesas na terra e o acesso à mesma, gerando novas demandas, reconfigurando novas lutas, pois estes camponeses que agora se vêem sem-terra, com as possibilidades de se reproduzirem ameaçadas, irão lutar pelo retorno à terra.

É neste contexto que as trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados se encontraram na microrregião Sudoeste de Goiás e passaram a constituir um ponto em comum: a luta pela terra.

2.1.1 A luta pela terra na Microrregião Sudoeste de Goiás

A luta pela terra na Microrregião Sudoeste de Goiás emergiu concomitantemente à conjuntura de implantação da modernização agrícola no país, principalmente após a década de 1970, processo este que se concretizou sem ferir a estrutura agrária do país, conservando e ampliando a alta concentração fundiária já existente.

O impacto deste processo se deu de formas diferentes no país, contudo, na Microrregião Sudoeste de Goiás, pode ser percebido pelo movimento de expansão da fronteira agrícola, que “[...] se deu sem que houvesse uma alteração da concentração da propriedade da terra, deixando claro que ocorreu uma ocupação agrícola da terra, voltada para os interesses dos capitalistas e não da população trabalhadora” (KATZER, 2005, p. 50).

A inserção de Jataí neste cenário fez com que os proprietários de terras passassem a investir capitais para aumentar a produção agrícola, o que provocou o aumento da

concorrência entre estes proprietários e refletiu diretamente no aumento da renda da terra¹⁹. Este fato, por sua vez, reforçou a situação do impedimento dos trabalhadores despossuídos de terra de terem acesso à mesma.

Nesse sentido, Katzer (2005, p. 45) relata que,

na medida em que produtores capitalizados passaram a procurar terras para arrendar, as oportunidades de pequenos produtores arrendatários continuarem na terra começaram a se fechar. Este produtor arrendatário, não podendo competir com as propostas de arrendamento de produtores capitalizados, se viu expulso do campo e optou por ingressar na ocupação como uma forma de conquistar o seu pedaço de chão e, assim, garantir a sobrevivência da família.

Em meio a este contexto, com o fim da ditadura militar no ano de 1984 e com a redemocratização no país, na Nova República, a articulação dos camponeses em prol do retorno à terra se tornou algo viável e fez eclodir ocupações de terras, aumentando significativamente o número de conflitos no campo.

Os dados obtidos por meio do DATALUTA – Banco de Dados de Luta Pela Terra²⁰, do ano de 2008, demonstram que na região Centro-Oeste foram registradas 1.103 ocupações de terra no período de 1988 a 2007.

Nesta região, o Estado que possui maior número de ocorrências é Mato Grosso do Sul, somando 551 ocupações de terras, que tiveram seu ápice entre os anos de 1997 e 2001, sendo 38 em 1997, 85 em 1998, 116 em 1999 e 39 em 2001.

O Estado de Mato Grosso somou 138 ocupações, sendo que a maior quantidade destas ocorreu nos anos de 1996, com 18 e 1999 com 16, tendo seu ápice no ano de 2003 com 26 ocupações.

O Distrito Federal possui números menos expressivos, apresentando somente 39 ocupações, não tendo no banco de dados DATALUTA (2008) nenhum registro antes do ano de 1994. De todos os anos, o de 2005 foi o que mostrou índices mais elevados, somando 11 ocupações.

¹⁹ Neste caso, a renda da terra que sofreu maior alteração foi a renda da terra diferencial II. Sobre tal assunto ver Oliveira (2007).

²⁰ O banco de dados DATALUTA reúne informações de fontes diversificadas, como CPT - Comissão Pastoral da Terra, MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, OAN – Ouvidoria Agrária Nacional, NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, LAGEA – Laboratório de Geografia da UFU e GEOLUTAS – Geografia de Lutas no Campo e na Cidade. Para maiores esclarecimentos, ver http://www4.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataaluta_08_2008.pdf.

No Estado de Goiás, estes números também foram expressivos, apresentando 375 ocupações assim distribuídas:

QUADRO 1 - OCUPAÇÕES DE TERRA NO ESTADO DE GOIÁS

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1988	04	1998	19
1989	02	1999	32
1990	-	2000	16
1991	01	2001	13
1992	09	2002	09
1993	07	2003	33
1994	04	2004	48
1995	10	2005	29
1996	25	2006	25
1997	64	2007	25

Fonte: dados organizados pela autora com base no banco de dados DATALUTA (2008).

As ocupações de terra realizadas no Estado de Goiás foram promovidas por diferentes instituições, entidades e movimentos sociais, sendo que os mais atuantes são a CPT – Comissão Pastoral da Terra, órgão constituído por religiosos da Igreja Católica ligados à CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil e o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Das 375 ocupações mostradas no Quadro 1, 68 foram registradas na microrregião Sudoeste de Goiás, que abrange 18 municípios situados na mesorregião Sul Goiano. No entanto, destes 18 municípios, no banco de dados utilizado só havia registros de 09 deles, a saber: Caiapônia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Montividiu, Perolândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Serranópolis.

Os outros 09, dos quais não há informações no banco de dados são: Aparecida do Rio Doce; Aporé; Castelândia; Maurilândia; Mineiros; Palestina de Goiás; Portelândia; Santa Rita do Araguaia e Santo Antônio da Barra. Estes não estão contemplados neste trabalho.

QUADRO 2 – OCUPAÇÕES DE TERRA NA MICRORREGIÃO SUDOESTE DE GOIÁS

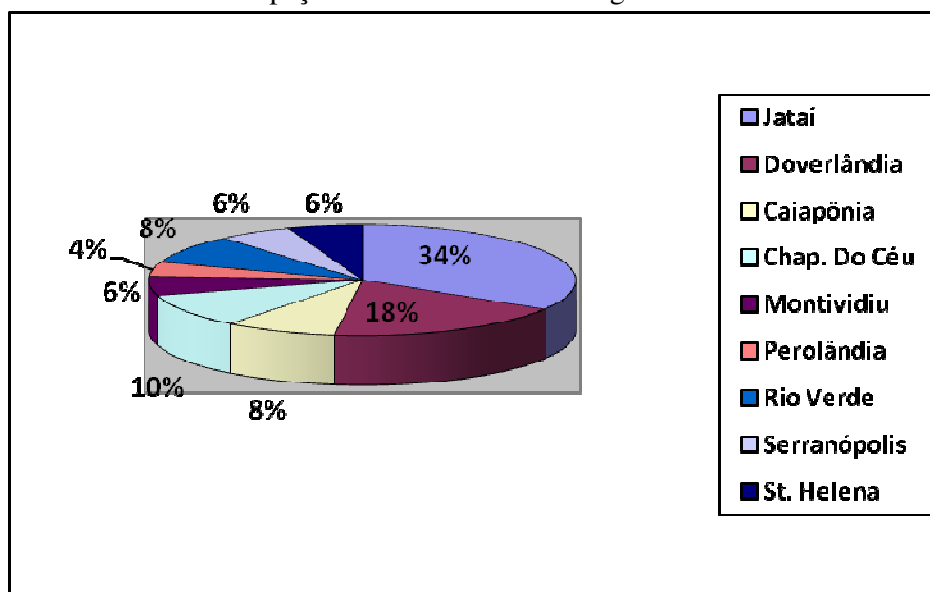
MUN. ANO	Caiapônia	Chapadão do Céu	Doverlândia	Jataí	Montividiu	Perolândia	Rio Verde	Serranópolis	Santa Helena	TOTAL
1993				02						02
1994			01							01
1995			02							02
1996			02	01	03					06
1997			05	06			04		01	16
1998				02		01				03
1999	03	02	01	01						07
2000			02			01				03
2001		01						01		02
2002	02				01					03
2003				01		01			03	05
2004	01	02		03						06
2005		02		01						03
2006				03			01			04
2007				04			01			05
TOTAL	06	07	13	24	04	03	06	01	04	68

Fonte: dados organizados pela autora com base no banco de dados DATALUTA (2008).

É importante ressaltar que os dados da tabela acima não contêm informações do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pois, durante a pesquisa foram feitos vários contatos com a secretaria deste órgão no Estado de Goiás, mas não obtivemos acesso aos dados solicitados, o que certamente contribuiria para a elevação do número de 68 ocupações, principalmente pelo fato de que a rede DATALUTA (2008) não apresenta dados sobre os nove municípios já citados, nem dados anteriores ao ano de 1993, como pode ser observado acima.

Os dados do quadro 2 demonstram que, entre os municípios analisados, Jataí aparece em primeiro lugar com maior número de ocupações de terras, totalizando 24, o que representa 35% do total; em segundo lugar está o município de Doverlândia com 13 ocupações, representando 19%. Juntos, estes dois municípios representam 54% das ocupações de terras no período demonstrado.

Gráfico 2 - N. de Ocupações de Terra na Microrregião Sudoeste de Goiás



Fonte: Dados organizados pela autora com base no banco de dados DATALUTA (2008).

É importante destacar que o município de Jataí é marcado por uma ocupação territorial diversificada entre pequenas e grandes propriedades rurais, no entanto, é um município que apresenta alto índice de concentração de terras, o que guarda estreita relação com os dados apresentados, quando se demonstra que Jataí apresenta um grande número de ocupações.

Dias (2008) demonstra em seu trabalho que, a área total deste município é de 825.938,6 hectares de terra e que, sua estrutura fundiária, é dividida entre 2.735 imóveis rurais. Destes imóveis os minifúndios somam 673 imóveis e ocupam menos de 2% da área total. A autora prossegue sua análise mencionando que

o total de pequenos estabelecimentos representa 9% da área dos imóveis cadastrados com 813 imóveis. Os médios estabelecimentos representam estão divididos em 890 imóveis, ocupando 34% da área total e os grandes estabelecimentos representam 59% do total da área cadastrada [no INCRA], o que compreende 359 imóveis (DIAS, 2008, p. 24).

Isto quer dizer que, os minifúndios ocupam 15.894,1 ha da área cadastrada (junto ao INCRA) do município, o que representa, de acordo com Dias (2008) menos que 2% da área total. Já os pequenos estabelecimentos ocupam 9% da área total, o que soma 72.129,5 ha. Os médios estabelecimentos ocupam 34% da área total, somando 281.810,4 ha. Os grandes estabelecimentos ocupam 438.104,6 ha.

Se somados os minifúndios e pequenos estabelecimentos, estes constituem 55% dos imóveis rurais do município e ocupam o total de apenas 10% de toda área territorial cadastrada (no INCRA), em contraposição às grandes propriedades, que representam 13% do número de imóveis rurais e ocupam 57% da área total.

Esta contradição evidencia e desmistifica a ideia de que no município de Jataí só existem grandes produtores, pois como pode ser observado, estes dados revelam que a estrutura fundiária é constituída por um mosaico de pequenos e grandes produtores, no entanto, as ocupações de terras representam a desigualdade na distribuição das mesmas e a incapacidade de seus proprietários em explorá-las por completo e fazer com que cumpram sua função social.

Esta desigualdade na distribuição de terras no município de Jataí remonta a ocupação do interior goiano, quando a porção sul e sudoeste do Estado de Goiás foi povoada por migrantes oriundos de Minas Gerais e São Paulo. Estes pioneiros eram pessoas que possuíam experiência em criação e cultivo, vindo para Jataí a procura de boas terras (MELO, 2003).

A terra encontrada no sudoeste goiano era de características naturais que facilitavam seu aproveitamento agrícola e para a criação de gado. Campos, matas fechadas e muitos cursos de água, espaço natural que animou os homens que carregavam como lema a frase: “quem planta e cria, colhe alegria” [...]; mais do que isso, homens que buscavam grandes extensões de terras para estabelecer propriedade e poder (MELO, 2003, p. 26).

A estrutura fundiária do município de Jataí foi se delineando pela ocupação destas terras por duas famílias “chegantes”, uma de Minas Gerais, a família Vilela e outra de São Paulo, a família Basto, conforme analisa Melo (2003, p. 26):

em 1836, foi deixado pelos Vilelas o marco da posse das terras, com as suas primeiras roças plantadas no meio do cerrado goiano, com sementes trazidas de Minas Gerais. A intervenção mais efetiva no sentido de ocupar e organizar esse espaço ocorreu pós 1837, com o encontro do pioneiro mineiro José Manuel Vilela com um outro pioneiro vindo de Franca, da província paulista, chamado José de Carvalho Basto. Posteriormente ao encontro, instalaram-se definitivamente nas terras com suas famílias (inicialmente, somente as esposas), escravos e algum peão branco. Começaram o roçado e a criação de gado com os poucos instrumentos e animais que haviam transportado das Gerais para Goiás.

Desta maneira, estas duas famílias aqui se estabeleceram e se tornaram grandes proprietárias de terras e enriqueceram. Os casamentos entre estas foram delineando o espaço

rural jataiense, pois “[...] além de significar fortalecimento da união entre as famílias, representavam mecanismos para dinamizar o povoamento e o apossamento das terras, pelas duas famílias pioneiras” (MELO, 2003, p. 29).

Com este breve histórico percebe-se como a estrutura fundiária do município foi se constituindo e dando origem aos latifúndios aqui existentes e a desigualdade na distribuição de terras que ainda perdura atualmente, que se acentuou após a modernização agrícola, o que favoreceu a situação do êxodo rural e o anseio destes camponeses em voltar a terra, engendrando assim o elevado número de ocupações mostrado anteriormente.

No entanto, as ocupações de terras no município de Jataí possuem outra especificidade, pois, diferentemente de outros municípios do Estado Goiás, como por exemplo, Cidade de Goiás, Itapuranga e Itaberaí, estas ocupações não foram organizadas com apoio da CPT²¹ e do MST.

A não atuação da CPT na luta pela terra neste município foi investigada com base em Leal (2006). A autora relata que a Diocese de Jataí foi criada no dia 21 de junho de 1929, com o nome de Prelazia do Divino Espírito Santo e que foi fundada por meio de doações de vastas extensões de terras de famílias que habitavam esta região, em expressão à fé e à devoção católica. Leal (2006) destaca que, devido à valorização das terras, em virtude do promissor desenvolvimento da região, sérios problemas foram sendo criados entre padres, cidadãos e autoridades civis, em relação ao patrimônio da mitra.

Um dos administradores apostólicos, Dom Benedito Cósia, preparou toda a Diocese no início da década de 1970, para recepcionar a modernização agrícola, pois, segundo ele, a Microrregião Sudoeste iria passar por um progresso jamais imaginado e para isso erigiu várias obras visando dar apoio ao crescimento que viria. É neste período que o antigo sistema de sustentar a igreja com o patrimônio foi sendo substituído para o sistema de dízimo. LEAL (2006) analisa que,

até os fins de 1973, os resultados do dízimo, em três paróquias piloto, foram fracos, mas todas as paróquias continuavam seus esforços. Nesse período, o que amparou os agentes pastorais, os templos e as obras de catequese e de caridade, além das ordens e congregações radicadas na Diocese, foram “[...] as festas populares nas paróquias na ocasião da festividade do padroeiro do lugar. Leilões de gado, víveres, prendas, bem como ofertas em dinheiro, contribuem para a manutenção e, ainda muitas vezes, para a iniciação de novas obras’ (p. 85).

²¹ A CPT – Comissão Pastoral da Terra – é uma entidade ligada a um setor de padres progressistas da Igreja Católica e tem forte influência na luta pela terra em todo país.

No entanto, logo a situação financeira da Diocese se regularizou e Leal (2006, p. 86) relata que, “ao observar as informações dos balanços financeiro nesse período, percebe-se que sua maior receita é de donativos. Eles são oriundos das mais diversas camadas das comunidades, mas especialmente dos grandes produtores rurais pertencentes a religião católica”, o que foi consolidando uma relação estreita entre o agronegócio e a igreja católica na região.

De acordo com a autora acima, a Igreja não só percebeu a mudança estrutural pela qual a região passaria, como também se beneficiou dela,

[...] com a expansão de suas instalações físicas, coleta de doações para suas ações sociais e, principalmente, com a implantação dos chamados instrumentos de formação e conscientização do povo. Também passou a recriá-lo/abençoá-lo por meio da tradicional festa das ‘Bênçãos das Sementes’.

Estes dados analisados por Leal (2006), demonstram a estreita ligação da Igreja e de seus membros, no município de Jataí, com os latifundiários e grande produtores da região, desde a fundação desta, que se deu em função das doações de vastas terras à prelazia. Desse modo entendemos que foi se estabelecendo uma relação de dependência entre a igreja e os grandes proprietários de terra da região, que doavam altos dízimos, contribuindo em grande medida, para solidificar esta Igreja.

Leal (2006) destaca que, à medida que a Diocese de Jataí se firmava, a questão do patrimônio era algo que sempre estava em pauta, de modo que as propriedades desta eram alvos constante de invasões e litígios e, por isto, uma das ações de frente da Diocese eram os conflitos pela terra.

“Além das áreas rurais invadidas, lotes urbanos também foram invadidos, ‘[...] em Jataí continuam a ser invadidos mais de duzentos lotes da diocese. Em 1962 eram quinhentos!’” (LEAL, 2006, p. 160). No entanto, a autora esclarece que foram feitas várias negociações para solucionar as invasões e litígios e, com o que a Igreja recebia destas negociações, aplicava-se na construção de novas igrejas, capelas, salões paroquiais, de modo que “[...] a Igreja não ficou com o prejuízo dessas terras e terrenos invadidos em função das negociações e acordos realizados” (LEAL, 2006, p. 160).

Com isto, percebe-se que uma das maiores dificuldades desta Igreja em Jataí era a resolução destes problemas ligados ao patrimônio, gerando conflitos diversos, identificando

ainda a posição da Diocese em relação a ala mais progressista da igreja católica em que estão os membros da CPT, por exemplo.

Isto leva à compreensão do fato desta instituição não ter atuado junto aos trabalhadores sem terra na microrregião, principalmente quando se observa a tradicional Benção das Sementes, que se traduz em uma longa carreata/passeata pelas ruas da cidade de Jataí e os padres abençoando as máquinas e as sementes.

É necessário destacar que, a benção de sementes no município de Jataí, segue uma lógica que serve de apoio ao agronegócio e à estruturação da modernização agrícola, abençoando-se a perpetuação da lógica capitalista no campo e afirmando este modelo de exploração e segregação social, o que contraria os preceitos da justiça social e preservação do ambiente.

Outro fator que pode estar relacionado à falta de apoio da Igreja Católica ao movimento de luta pela terra é o fato de que, no dia 20 de agosto de 2006, a Fazenda Seminário Nossa Senhora de Guadalupe, pertencente à Diocese de Jataí, foi ocupada por 50 famílias de trabalhadores sem terra. Esta fazenda possui cerca de 1.300 hectares e estava arrendada a particulares que cultivavam soja (DATALUTA, 2008).

No entanto, desde que estas terras foram doadas à Prelazia de Jataí, se tornaram alvo constante de ocupações, chamadas pela Igreja de “invasões”²², o que é explicado pelo fato de que estas terras eram pouco utilizadas e não cumpriam sua função social, Leal (2006, p. 161) ressalta que, “embora a Igreja condene a forma de utilização das terras dessa fazenda pelos invasores, admite que somente no final de 1971 foi possível começar a dar atenção a este patrimônio objetivando a algum investimento para a Diocese”.

A autora cita que “Nos anos anteriores, não só se conseguiu a posse efetiva da terra, mas também o trabalho se processou de adquirir gado leiteiro e construir a casa da fazenda, o curral, etc., para o funcionamento mínimo, sem muita atenção ao verdadeiro desenvolvimento desta fazenda” (LEAL, 2006, p. 161).

Após a ocupação desta fazenda no ano de 2006, o INCRA vistoriou a mesma e a considerou improdutiva, o que gerou autorização para desapropriação desta propriedade no ano de 2005. No entanto, a Igreja recorreu em várias instâncias e não conseguiu anular a decisão de desapropriação. No dia 16 de abril de 2007 foi realizada uma nova ocupação com

²² A utilização do termo invasão, ao invés de ocupação, conota o sentido de algo particular que foi invadido, demonstrando a insatisfação da Igreja em relação a estes acontecimentos.

mais de 200 famílias e, neste mesmo ano, foi autorizada a imissão de posse e a igreja perde esta propriedade²³.

Isto demonstra que a igreja católica, neste município, não atua em prol da reforma agrária, ao contrário, cria mecanismos para impedir este processo e se junta aos grandes produtores/latifundiários, ganhando terras destes, arrendando terras para o plantio de soja e “abençoando” o avanço do capitalismo no campo, que gera desigualdade social e econômica, excluindo mais famílias do direito à terra e à dignidade.

Quanto à atuação do MST na Microrregião Sudoeste de Goiás, os dados do DATALUTA (2008) demonstram que, a primeira ocupação realizada pelo MST nos nove municípios dos quais se obtêm informações, foi no ano de 2001 no município de Serranópolis, sendo uma atuação bem recente. Das 68 ocupações registradas (ver quadro 2) na Microrregião Sudoeste de Goiás, 10 foram realizadas pelo MST.

A atuação do MST está mais centrada nas cidades próximas à capital do Estado e ao Sul de Goiás, principalmente aquelas cortadas pelas estradas de ferro (KATZER, 2005), sendo que, na microrregião estudada, no período em que houve maior número de ocupações de terras, esta entidade não esteve presente e as pessoas pesquisadas têm a dimensão disto, como relata um interlocutor:

nesse tempo [acampamento, 1996] o MST era fora. Esse trem era só nós mesmos e do sindicato. Não tinha outro povo no meio não. Nessa época nem existia MST, esses que tem hoje não. Apareceram muitos né? Mesma coisa de política né? Vai aumentando os movimentos né? Vai mudando nome né? (ENTREVISTADO 5).

Como o interlocutor acima relata, existem “vários movimentos” (sindicais ou não) nesta luta e vários outros realizaram ocupações nesta microrregião, pois, das sessenta e oito ocupações mencionadas anteriormente, três foram realizadas pela FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, duas pela CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, onze pelo MTL – Movimento Terra, Trabalho e

²³Mesmo com a imissão de posse, o Projeto de Assentamento ainda não está constituído, pelo fato de que existem trabalhadores rurais sindicalizados pela FETAEG – Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de Goiás e do MST no mesmo espaço. A constituição do P.A. está inviabilizada pelo fato de que a FETAEG alega ter entrado com o pedido de desapropriação da área primeiro e o MST alega ter ocupado a área primeiro.

Este conflito está sendo mediado pelo INCRA, que prometeu desapropriar outra área no município de Jataí para assentar os trabalhadores rurais sem terra ligados aos MST e, assim, constituir o P.A., o que, até o momento da realização desta pesquisa, não havia ocorrido.

Liberdade e uma pelo MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra²⁴ (DATA LUTA, 2008).

Em Jataí, como demonstrado no Quadro 2, foram realizadas vinte e quatro ocupações de terra, destas, três foram organizadas pelo MST, nove pelo MTL e nove pelo STR-Jataí, sendo que as outras três não possuem registros de quais movimentos as realizaram²⁵.

As ocupações realizadas com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais -Jataí²⁶ deram origem, dentre outros, ao Projeto de Assentamento Rio Claro e teve influência marcante nas trajetórias socioespaciais dos sujeitos pesquisados e no movimento de luta pela terra²⁷ no município de Jataí, como será analisado a seguir.

2.1.2 O papel do STR de Jataí na organização dos trabalhadores sem-terra

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí foi fundado no dia 24 de abril de 1983, com a presença de um dirigente da FETAEG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás e trezentos e setenta e cinco trabalhadores rurais, todos residentes no município de Jataí²⁸.

Este Sindicato atuou em vários municípios da Microrregião Sudoeste de Goiás, tais como Aparecida do Rio Doce, Chapadão do Céu, Perolândia e Jataí. Atualmente, sua base territorial abrange o município de Jataí com extensão territorial em Aparecida do Rio Doce.

O STR “[...] é um órgão classista de massas, autônomo, democrático, sem fins lucrativos,”

²⁴No banco de dados pesquisado, as outras ocupações não possuem registros de quais movimentos as realizaram.

²⁵No Banco de dados utilizado, DATA LUTA (2008), não consta o nome do STR, no entanto, estas ocupações foram atribuídas a este sindicato pelo reconhecimento das fazendas ocupadas: fazenda 3T, Cambauvinha e Campos Elísios, as quais foram ocupadas pelos sujeitos que (re)contam suas trajetórias de luta neste trabalho e que formaram o MTRST, mais precisamente com o apoio do STR de Jataí.

²⁶Trabalha-se com o termo “luta pela terra” neste trabalho, pelo fato de que no município de Jataí, não houve a permanência de Movimentos Sociais, como Leal (2006) aponta em seu trabalho, existindo apenas ações coletivas que se dão em determinados momentos, com finalidades específicas e que, alcançadas tais finalidades estas ações se findam, como será demonstrado adiante.

²⁷Utiliza-se a expressão “movimentos de luta pela terra” neste trabalho, pelo fato de que, estes não podem ser caracterizados enquanto movimentos sociais de luta pela terra, devido às suas especificidades, que serão destacadas ao longo da análise que segue.

²⁸Livro de Atas do STR-Jataí.

[...] constituído para fins de defesa dos interesses individuais e coletivos, inclusive em questões judiciais ou administrativas, que representa os trabalhadores e trabalhadoras rurais ativos e inativos, compreendendo: assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo vegetal, e os agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas[...]”²⁹.

Os representantes do Sindicato são eleitos por voto secreto, para um mandato de quatro anos, por meio de Assembléia Geral, órgão máximo onde são tomadas as decisões inerentes ao Sindicato e aos Trabalhadores rurais, em que todos associados, que se encontram em dias com suas obrigações, têm o direito de votar.

Uma das finalidades do STR é promover a organização e dar apoio aos trabalhadores na luta pela terra e isto faz com que o discurso da reforma agrária seja recorrente nas Assembléias Gerais e nas falas dos dirigentes do STR, como veremos no decorrer desta análise. No entanto, o STR não pode ser considerado como um Movimento Social de Luta pela Terra, pois é um sindicato que tem o papel de auxiliar os trabalhadores rurais, incluindo aí o auxílio na luta pela terra.

Logo após a fundação do STR, no ano de 1983, houve uma Assembléia Geral no município de Aparecida do Rio Doce com a participação de 243 trabalhadores e o assunto principal era a necessidade da reforma agrária. As dificuldades que mais afligiam os trabalhadores rurais sem-terra, neste período, eram: “salário baixo e falta de assistência médica e jurídica, todavia, com a criação do Sindicato, os trabalhadores mostraram-se animados e confortados para os dias futuros³⁰”.

No dia 13 de julho de 1984, houve uma reunião no pátio da prefeitura municipal de Jataí da qual participaram cerca de 1500 trabalhadores, membros da FETAEG e presidentes dos sindicatos dos municípios de Mineiros e Santa Helena, quando novamente foi lembrada “[...] a necessidade do trabalhador adquirir seu pedaço de chão”, da instalação da Reforma Agrária e a importância da união dos trabalhadores.

A latência destes discursos era embalada pelo contexto do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária, no ano de 1985, que, de certo modo, gerou expectativas em relação à efetivação da proposta de Reforma Agrária e provocou uma série de ocupações no

²⁹ Estatuto do STR-Jataí, ano de 2010.

³⁰ Livro de atas do STR-Jataí.

país. Isto porque esta reforma agrária havia sido preconizada 20 anos antes, quando se aprovou o Estatuto da Terra e somente no ano de 1985 é que houve a possibilidade de que ela saísse do papel e se concretizasse.

Em Jataí não foi diferente, Katzer (2005) relata que o primeiro movimento de luta pela terra em Jataí se deu no ano de 1985, quando os camponeses filiados ao STR se mobilizaram e partiram para uma ocupação que originou o primeiro assentamento do município, o Projeto de Assentamento Íris Rezende Machado, mais conhecido como Rio Paraíso³¹.

O fato de ter “saído” esta terra (que constituiu o P.A. Íris Rezende Machado) foi um incentivo aos demais trabalhadores rurais sem terra da região, tanto aos que trabalhavam no campo, quanto àqueles que se encontravam na posição de assalariados temporários na cidade, levando-os a se filiarem no STR - Jataí, na esperança de que novas terras “saíssem”, como relatam os Entrevistados 5 e 6:

sabia que ganhava terra. Já tinha saído aquela Rio Paraíso. Naquelas épocas né? Uns parentes da N.[sua esposa] foram para lá nesse Rio Paraíso, num ficaram lá nada. Aí eu filiei lá e fiquei lá, desde 1982. Aí arrumaram essa área aqui perto para nós. O sindicato descobriu esta terra aqui e aí nós filiamos.

De acordo com os relatos dos entrevistados, houve uma intensa divulgação na cidade por meio do STR, para que os trabalhadores interessados se filiassem. O Entrevistado 7 relata que ele e mais alguns colegas trabalhavam numa cerealista e que “o pessoal do Sindicato ia lá pra falar sobre a Reforma Agrária” para que eles se filiassem e que quando houvesse oportunidade e terras improdutivas eles iriam se organizar.

Aí foi logo eles me convidaram e eu filiei no sindicato. Eu achei que a gente demorava a subir, viver de salário e tal, é bom que todo mês tem, todo mês tem, mas a gente naquela expectativa, quem sabe a gente melhora, a gente tem uma renda melhor para frente (ENTREVISTADO 7).

O Entrevistado 11 diz que trabalhava numa secadora de grãos e que aí “correu o boato lá”, por meio de mais quatro colegas de trabalho que eram filiados e levavam as

³¹ Para verificar a história mais aprofundada sobre a constituição do Assentamento Rio Paraíso e suas peculiaridades, ver o trabalho de Katzer (2005).

notícias do STR. Desse modo, as trajetórias socioespaciais dos sujeitos pesquisados têm início na luta pela terra ao se filiarem no STR em busca de um pedaço de chão.

Das dezenove pessoas pesquisadas (que representam as dezessete famílias do P.A. Rio Claro), todos entraram no movimento de luta pela terra por meio do STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí. Ao recorrer às fichas de filiação do STR de Jataí, observa-se que as datas em que os sujeitos se filiaram foram as mais diversas:

QUADRO 3 – DATA DE FILIAÇÃO – P. A. RIO CLARO

ANO	1983	1986	1992	1997	1998	2000	2002	2005	TOTAL
Nº DE FILIADOS	1	1	2	7	1	2	1	1	16

Fonte: dados organizados pela autora com base no banco de dados do STR-Jataí.

Uma família não possui filiação no STR-Jataí, mas observando o quadro acima, percebe-se que das dezesseis famílias filiadas, quatro delas já eram filiadas antes do ano da primeira ocupação, que se deu no ano de 1996, pela influência de ter “saído a Rio Paraíso” e pelo desejo de voltarem à terra.

Os demais ficaram sabendo do movimento de luta pela terra por meios diversos, tais como: anúncios pelas rádios, por amigos e familiares que já estavam acampados e nos locais onde trabalhavam (como demonstrado anteriormente), o que fez com que o ano de 1997 apresentasse o maior número de filiações, pois os sujeitos souberam do movimento e se filiaram posteriormente para adentrar na luta pela terra.

O Entrevistado 2 relata que foi um dos fundadores do movimento

Entrevistado 2: eu mesmo fui um dos fundadores do movimento. Por que reunimos a turma e viemos.

Pesquisadora: o senhor já era filiado ao sindicato?

Entrevistado 2: era. Eu fui um da turma que veio primeiro, foi eu. Veio para beira da estrada aí na Cambauvinha.

Cambauvinha foi à fazenda ocupada pelas famílias camponesas no ano de 1996, originando o segundo movimento de luta pela terra no município de Jataí, sendo que o

primeiro deu origem ao P. A. Rio Paraíso. Desta ocupação, foi criado o MTRST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Município de Jataí – GO.

O MTRST foi criado no dia 20 de dezembro de 1996, no Acampamento Cambauvinha, por meio de uma Assembléia Geral, elegendo uma diretoria responsável por reger os destinos da entidade pelo período de dois anos e por tudo que viesse a acontecer neste movimento³². No entanto, como se pode perceber, este movimento não é caracterizado como movimento social, nem mesmo no nome, pois foi criado especificamente para gerir a luta pela terra apenas no período em que estavam acampados, não tendo continuidade após este período.

O Entrevistado 7 relata que foi “um dos primeiros da turma” a se filiar no STR, ou seja, ele já havia se filiado antes mesmo do movimento de luta pela terra ter-se iniciado no ano de 1996, o que fez ser ele um dos primeiros a participar da ocupação de terra que deu origem ao assentamento em que está hoje, e conta como isto ocorreu:

juntamos aquele grupo, aquela fazenda estava parada, a gente ia para lá. Aí foi chegando o conhecimento do sindicato, pelo INCRA, que se havia a possibilidade de alguma fazenda estar à toa, podia dar uma observada nela que podia entrar. [...] Fui um dos primeiros. Ainda lembro quando nós... [pausa e pensa] foi até desse lado mesmo, quando nós, lá na beira do asfalto, na beira da ponte lá, nós começamos lá dia 02 de agosto, entramos oito horas da manhã. Muita turma. De 1996. Oito horas da manhã. Nós éramos muitos (ENTREVISTADO 7).

A Fazenda Cambauvinha, alvo desta ocupação realizada no dia 02 de agosto de 1996, fica situada às margens da BR 158, no sentido Jataí – Caiapônia. No entanto, os sujeitos relatam que após realizarem esta ocupação tiveram que sair das terras, pois o fazendeiro conseguiu expulsá-los com uma liminar judicial, o que os fez montarem o acampamento à beira da BR 158.

Entrou dia dois, quando foi dia quatro a policia baixou lá e mandou nós vazarmos para fora. Lá só tinha umas éguas velhas lá. Aí ficamos no corredor, aí do corredor nós ficamos lá para baixo na fazenda do J. lá berando o córrego (ENTREVISTADO 4).

³² Livro de Atas do MTRST, em posse do P.A. Rio Claro. O MTRST foi um movimento que teve duração, desde a primeira ocupação de terra no ano de 1996 até o momento em que foram efetivados os assentamentos na região, participavam deste movimento as 400 famílias do acampamento.

Nos relatos anteriores, percebe-se que os interlocutores se lembravam do dia exato da primeira ocupação e até mesmo do horário em que ela se deu. Isto revela a importância que este dia teve em suas trajetórias socioespaciais, pois representa o início da luta pela terra que tanto almejavam, tornando-se um ponto marcante e decisivo em seus caminhos.

Ao serem despejados da fazenda Cambauvinha, montaram novo acampamento, ainda na BR 158, no entroncamento para Perolândia, contando com a participação de inúmeras famílias.

Era 592[famílias]. Vinha para cá assim, tinha um forno do lado de cá [dentro da fazenda], vindo, de carvão, nós estávamos até nesse carvão, dos dois lados da estrada até sair no asfalto [BR 158], aí virava para baixo ia até querer subir lá, os dois lados [da BR] e virava para lá, tem uma volta logo ali não tem? Você sai no asfalto tem uma curvinha não tem? Ia muito para frente ainda. Era barraco ali, era gente e era gente... (ENTREVISTADO 4).

Este depoimento dá a noção da dimensão espacial do acampamento e da magnitude da extensão territorial abrangida, pela quantidade de pessoas envolvidas. Conforme o relato acima, identifica-se que o acampamento abarcou cerca de seis quilômetros, se somados os dois lados da BR-158 e o quanto estavam dentro da fazenda Cambauvinha, onde “tinha um forno”.

Como o acampamento era muito extenso, as famílias foram divididas e passaram a ocupar áreas em locais diferentes, pois na área em que estavam não havia condições de desapropriação para que coubessem todas as famílias:

ia dividindo outras áreas né. Aí arrumava uma turma e ia né? Aqui não cabia todo mundo. Tinha aqueles que iam lá ver, já controlava uma turma e levava pra lá, tantas pessoas. [...] Foi que aí o pessoal ia saindo né. Uns foram para o Santa Rita, um punhado, foi outros lá para aquele Chapadão [se refere à cidade de Chapadão do Céu], aquele assentamento que tem lá, Pratinha. Só na beira desse Rio Verde aí tem uns três assentamentos que saíram daqui. Estavam junto com nós. Lá pro Montividiu, lá também foi gente daqui (ENTREVISTADO 5).

Ao fazer esta divisão, o Entrevistado 4 relata que a turma que formou o P. A. Rio Claro ocupou uma área na Fazenda Campos Elísios, próximo à BR 158. Os interlocutores relatam que eram constantes as ocupações: “olha, da beira do São Pedro, até ali, nós pegamos treze liminares, treze ocupações e treze saídas também [risos] (ENTREVISTADO 7)”.

Diante desta situação, foram muitas as estratégias desenvolvidas pelas famílias camponesas na luta pela terra; um dos interlocutores relata que as ocupações eram realizadas sempre às sextas-feiras e, ao indagar-lhe o motivo, ele responde:

na sexta feira era bom porque dava mais tempo para nós. No caso de vir uma liminar na sexta feira, então o fazendeiro só ia correr ela na segunda feira para frente. Aí nos ficávamos mais tempo. E ele conseguia a liminar. Aí dava fé, o papel chegava, e nós ainda tínhamos aquele “rau- rau”, mas era só para firmar! Ah, nós não vamos sair não! Nós não vamos sair não! Nós vamos ficar aqui. Fazia aquele “rau-rau”. Aí conversávamos com o sindicato: “olha vocês falam que não vão sair, deixem para última hora. A hora que eles apertarem mesmo vocês saem”. Aí virou. Eu senti uma rotina naquilo. O sindicato falando: “sai, com 24 horas pode voltar para traz de novo”. E assim nós fomos naquela rotina. Entrava, saía, entrava, saía, foi muito tempo. Aí já foi para [19]97, [19]98 (ENTREVISTADO 7).

Os interlocutores explicam que sempre havia coordenadores do movimento que diziam em que lugar deveriam entrar, onde deveriam se estabelecer nas terras ocupadas, como se daria a organização dos mesmos:

O [senhor] O. [ex-diretor do STR]. Hoje ele não mexe mais com isso [coordenar ocupações]. Ele hoje é corretor de fazenda. Falou: “não, nós temos que fazer o barraco um perto do outro e que seja mais perto de uma aguada”. Aí nos ficamos por ali. Fizemos perto de uma cabeceira lá, e tinha que pegar uma água para beber, uma pirambeira, meio ruim, sempre ia de dois, três, quatro, para pegar água. E tinha um poço mais para baixo que era onde tomava banho. Aí como que vai fazer? Esse povo aí? Banha homem com mulher, e tal? Falou: “não. Vamos marcar um horário dos homens e um horário das mulheres. No horário dos homens as mulheres não podem por a cabeça de fora. E no horário dos homens também. Funcionou, foi quase um ano esse trem. Não tinha banheiro. O banheiro era lá no Corguinho (ENTREVISTADO 7).

Dos treze sujeitos entrevistados, quatro participaram do MTRST desde a primeira ocupação, ou seja, participaram de todo processo de acampamento até a constituição do assentamento, que correspondeu ao período de vigência do MTRST. Os demais sujeitos foram se vinculando aos poucos no movimento, mas todos vivenciaram, em algum momento de suas trajetórias socioespaciais, a fase do acampamento, que perdurou do ano de 1996 até 2005.

No entanto, depois que dividiram “as turmas”, o grupo que constituiu o P. A. Rio Claro ficou acampado no corredor, à margem da BR 158, ao lado da Fazenda Campos Elísios, até o INCRA fazer a vistoria técnica para dizer se a área era ou não improdutiva e entregar o relatório para os acampados. Então,

aos vinte e seis dias do mês de julho de 1997, realizou-se no acampamento dos associados do movimento dos sem terra do município de Jataí, uma reunião para tomar as seguintes decisões: após o cumprimento da ação judicial na qual nos tirou da fazenda Campos Elísios, de propriedade do Senhor Juarez França, nós trouxemos aqui técnicos do INCRA para fazer vistoria no restante das áreas, as quais deram improdutivas. Após a realização das vistorias o INCRA se comprometeu de nos entregar os laudos técnicos das áreas vistoriadas. O nosso líder fez três viagens em Goiânia para pegar o resultado dos laudos, sendo as viagens perdidas, pois o INCRA se comprometeu de nos dar o laudo técnico das áreas e não cumpriu o prometido. Após estas viagens sem fins objetivos, nós tomamos as seguintes decisões: fazer uma ocupação das referidas áreas para pressionar o órgão técnico. Solução favorável a nosso favor³³.

Em meio a esta espera, os interlocutores relatam várias estratégias para ficarem na área:

Entrevistado 4: aqui [local onde situa o assentamento] nós descobrimos isso aqui, aí nós viemos aqui com desculpa para pegar tropa para amansar, mas isso era só para chegar lá na fazenda e conversar com o cara que morava lá. Aí chegou aí, para lá pra cá. Você não conheceu o A. conheceu?

Pesquisadora: não.

Entrevistado 4: ele que era o amansador de burro [risos]. [...] aí nós ficamos até... Ficou lá no homem lá, aqui não tinha tropa, não tinha nada, num sei que, num sei que, num sei que... Foi falando, daí nos estávamos na beira do asfalto.

[...] Nos ligávamos e falávamos com eles [INCRA]. Naquele tempo já tinha era dado vistoria aqui já, já tinha medido tudo em roda, era improdutiva uai. Aí nos viemos para pesquisar se estava pondo aí alguma coisa ou nada [sorrindo]. Aí já estava tudo arrumado, mas aí estava embromando de mais né? Aí nos ficamos naquele trem lá, vai pra cá, vai para lá, vai para cá, vai para lá, aí nós entramos. Aí veio para cá, entramos aí [...] [área desapropriada para criação do P.A. Rio Claro].

Ao serem indagados sobre qual era a maior dificuldade que enfrentavam quando estavam acampados, a resposta era unânime: “água era a mais difícil. Porque sempre fazia [acampamento] lá na beira da estrada, lá não tem água, tinha que buscar longe para beber, lavar roupa, esses trem era custoso (ENTREVISTADO 5)”. Uma das entrevistadas faz o seguinte relato:

nós estávamos perto de uma mina d'água. Perto assim, uns dois quilômetros. Carregava a água em uns carrinhos. A energia era lamparina, a gente amanhecia com

³³ Livro de Atas do MTRST.

o nariz tudo preto de carvão, daqueles trem ali, moço do céu [risos] (ENTREVISTADO 12).

As regras do acampamento também foram relatadas como dificuldades a serem enfrentadas, pois não podiam deixar os barracos sozinhos, não podiam sair por mais que três dias e nem sem a autorização dos dirigentes e deveriam assinar o livro de presença duas vezes por dia, de manhã e a tarde.

Cedo tinha que ir lá assinar o ponto lá, cedo. Voltava, saía para fazer algum serviço, a tarde tinha que voltar lá e assinar, ele [o sujeito que cuidava do livro] colocava uma mesinha assim lá na porta e sentava, se você, era ali né o barraco dele [apontando uma distância próxima], se você apontava ali né, você falava: ou marca eu aqui, aí ele falava: “isso aqui é presença, não é ausência não”. Você tinha que chegar lá e escorar na mesinha. É... nós já sofremos (ENTREVISTADO 4).

Quando indagava qual era a maior dificuldade em relação às regras, a resposta era unânime:

Ah, maior dificuldade que nós achávamos era que não podia sair. Tinha que sempre ficar, sempre vinha aquela conversa. Se sair perde a vez, perde a vaga e tal, a gente ficava assim preso, com coisa que, seria mandado. E outros falavam assim: “você fica tranqüilo, agora você está assim, mas quando sair vai ficar bom” (ENTREVISTADO 7).

Esta era a maior dificuldade enfrentada no acampamento, o fato de não poder trabalhar fora. Estavam acampados à margem da rodovia, no corredor, mas não podiam deixar os barracos sozinhos, pois se houvesse vistoria pelo INCRA e os barracos estivessem vazios, perder-se-ia a vaga. E também não podiam plantar nada no acampamento.

Aqueles acampados que não eram casados, passavam por mais dificuldades, pois não tinham esposa para ficar no barraco enquanto saíam para trabalhar e como, geralmente, não possuíam renda, isto ocasionava outros problemas, como relata uma entrevistada: “tinha época que muita gente passava falta, passava fome” (ENTREVISTADO 12).

Já aqueles acampados que eram casados, viviam um impasse, pois geralmente não queriam que suas esposas ficassem sob a lona na rodovia. Mas, para que eles ficassem, para poupar as esposas, era muito difícil, pois não podiam sair e deixar o barraco sozinho para trabalharem e o fato de ficar sem trabalho fazia com que estes pensassem em desistir, como menciona o Entrevistado 2: “uai por causa que eu sempre gostei de trabalhar e naquela época

era, ficava acampado e os acampados quase não trabalhavam, né? Eu não tenho paciência de ficar quieto”.

As mulheres aparecem como pessoas importantes neste momento que marcou as trajetórias socioespaciais destes sujeitos, pois quando os homens ficavam nos barracos suas esposas trabalhavam na cidade e eram responsáveis por manter os maridos e os filhos (quando os tinham) no acampamento, tendo papel decisivo nos momentos em que os maridos pensaram em desistir da luta.

Realmente eu só estou aqui no sem terra, eu só consegui ficar, por causa dela [esposa], se eu tivesse sozinho eu não ficava. Eu dei muita arrancada de sair e ela me segurava, disse que ia trabalhar para me sustentar. [...] Falava que não, que tinha que aguentar, que já que tinha começado para gente ver o fim né? Ir até no final para ver o quê que iria virar. Aí deu certo né, que saiu esta terrinha aqui para nós. Nessa luta (ENTREVISTADO 2).

Não. é que, falamos, não vamos fazer o seguinte, ela [esposa] falava: “nós temos que tirar uma terra para nós. Eu vou ficar aqui trabalhando, ficar mandando, café, arroz, açúcar, você segura a terra”. Um dia eu falei: vou sair de lá, ela falou: não, não, não! Não sai não! Vamos tirar uma terra para nós. [...] Estava demorando a decidir e a gente não tinha capital e não tinha renda na época, não tinha renda. Aí eu falei não, vou ter que estudar. Aí depois eu pensei, já estou passando da idade, firma não pega a gente mais. Eu vou tentar segurar. Segurei as pontas, até que liberou o lote de seis alqueire para cada um de nós (ENTREVISTADO 7).

O relato de uma entrevistada sobre sua trajetória de luta merece ser destacado, pois ela era casada e tinha três filhos, no entanto seu marido não a ajudava a se manter no acampamento e nem por isso ela desistiu:

[...] a polícia retirava nós de lá e nós ficávamos na beira da BR, aí o A. [marido dela], arrumou uma camionete e foi me buscar lá. Aí eu falei assim: eu correndo, correndo dele, para ele não me levar, aí nós pois o colchão lá e embrulhou, vamos embrulhar e ficar quietinho para o A. não dar fé que nós estamos aqui, amoitados. Aí ele falou assim: “não adianta, eu estou bem aqui olhando”. Aí ele queria me levar eu falei: não vou! Eu estou aqui lutando para nós ganharmos um **pedacinho de terra** para nós trabalharmos, ele falou: “vamos!”. Aí falei eu não vou! [ele] “então você vai ficar aí, mas nossa vida vai virar uma desgraça”. Aí falei que fique, porque estou lutando não é por pouca vergonha, estou lutando para gente ganhar um **pedaço de terra** para mim trabalhar para mim zelar dos meus filhos. Falei desse jeito para ele. Foi embora enfezado. Aí ficou umas duas semanas sem ir onde eu estava, nós ficávamos lá pegando aquelas coisas que eles estavam dando, lá na beira para os povo, dando, algum pedacinho de pele, pedacinho de toucinho, outra ora um litrinho de arroz, outra ora um trenzinho, ele foi embora não quis voltar lá mais. Eu falei mas não saio, com fé em Deus. Ia muita gente lá fazer caridade para nós, lá na beira da estrada no barraco lá, enchia das coisas e chamava nós para ir lá buscar. Cada um buscava um pouquinho de trem. Aí ia vivendo. Meus filhos carregando água para mim ia muito longe, eles não davam conta de pegar o galão de água, eu ia junto,

para lavar roupa lá a maior dificuldade, já sofri muito. Sofri muito. Sofri mas graças a Deus...

Aí eu fiquei mais meus meninos aí, pelejando, trabalhando, lutando, isso já tinha mudado de muitos lugares carregando pau, barraca, arrancava o coró das minhas costas tudo assim, de tanto eu carregar pau para fazer. A gente estava lá no barraquinho quietinho aí, quando vinha as polícias tirar nós de lá. As polícias iam lá, saíamos nós de novo e eu carregando, só com os três filhos pequenos. Eles não davam conta de me ajudar, o pouquinho que dava conta eles me ajudavam, mas era eu que enfrentava, lutava, sofria muito.

Este depoimento expressa a força e a determinação necessárias para enfrentar este longo período em que ficaram acampados. As falas no diminutivo utilizada pela entrevistada denotam, muitas vezes, o pouco que recebiam de ajuda, o tamanho do barraco em que viviam no acampamento em relação às várias dificuldades que enfrentavam com seus filhos na luta pela terra.

Outra questão que merece ser destacada é o modo como os camponeses se referem ao desejo de serem donos da terra, de conseguirem um “pedaço de terra”, “um pedaço de chão”, pois no entender de Bombardi (2004, p. 134), “[...] a possibilidade de poder ter um ‘pedaço de terra’ próprio [...]” não significa “[...] ter uma propriedade privada em si (propriedade privada capitalista), tanto que se fala em ter um ‘pedaço’, mas pela liberdade que ter a própria terra pode significar [...]”.

Nesse sentido, ter a própria terra representa, para as famílias camponesas, não ter que trabalhar para outras pessoas e nem ter que trabalhar em terras alheias, o que lhes garante o controle do processo de trabalho e, principalmente, da autonomia do espaço e do tempo, o que é fundamental para (re)afirmarem seu modo de vida, para a (re)criação do campesinato de modo geral e a permanência no campo.

Por meio dos relatos, percebe-se que o período em que estavam acampados no corredor, na BR-158, foi o mais difícil de ser transposto durante suas trajetórias socioespaciais e que todas as dificuldades enfrentadas, neste período, pelas famílias camponesas vislumbravam a possibilidade de ter seu pedaço de terra, a autonomia e a liberdade.

No entanto, no ano de 1999, os sujeitos pesquisados ocuparam a Fazenda Campos Elísios novamente e, desta vez, montaram o acampamento no local que já iria ser desapropriado para instalar o assentamento, o que amenizou algumas dificuldades enfrentadas na beira da rodovia e lhes deu força e motivação para prosseguirem na luta e brigarem pelos seus pedaços de chão, mas ainda enfrentariam várias dificuldades no período de espera para que a área fosse desapropriada.

Houve um episódio que foi decisivo para que não saíssem da terra e, apesar de ser extenso, merece ser (re)contado. O Entrevistado 2 participou deste episódio e narra com altivez esta história.

Ele conta que souberam que a polícia iria retirá-los de dentro da fazenda, então ligaram para o advogado e contaram o fato. O advogado os orientou que fossem para Jataí e falassem diretamente com o comandante para convencê-lo a não os retirarem de lá, pois já estavam acampados no local, iriam ser assentados e apenas esperavam a chegada da documentação de desapropriação.

Tentariam convencer o comandante de que eles precisavam de 30 dias para resolver o processo, pois dependiam do INCRA para que liberasse a imissão de posse e isto demandava tempo, então foram até o pelotão.

Aí nos entramos lá, estavam lá trezentos e pouco soldados para tirar o povo. Aí nós garrou, falou com comandante lá e tava aquela soldadaiada naquele pátio assim. O comandante falou para nós “estão vendo esta turma que está aí?” Da janela lá né? Aí ele falou: “estão vendo essa turma aí? Vai tudo lá para retirar vocês”. Tinha umas cordas lá, porque qualquer coisa retiravam nós amarrados. “Tem muita gente aí” [comandante].

Aí nós garrou, vai pra qui vai pra li, vai pra qui vai pra li, vai pra qui vai pra li, ele apontou o dedo para nós e falou: “vocês sabem, a idéia de um por um dos companheiros de vocês?”

Entrevistado 2: Não. [O comandante fala]: “pois é eu também não conheço a cabeça aí de ninguém, desses soldados aí ó. Isso aqui tem presidiário, isso aqui tem num sei o quê, tem bandido, tem ladrão, todo mundo que o governo põe para trabalhar” (ENTREVISTADO 2).

Nesse momento o interlocutor relata que o advogado dos acampados ligou para o comandante e que todos foram ao juiz do município tentar resolver este problema, porém o juiz não demonstrou presteza em liberar o tempo de 30 dias necessários, então o interlocutor disse o seguinte:

como que vai fazer, aquele tanto de gente lá, se for para nós sairmos a gente sai, mas o senhor [juiz] tem que ver é o pé que estão os papéis lá [no INCRA]. Aí, o I. [advogado dos acampados] falou: “uai, não tem nada, ninguém aí, que ninguém fala nada aí?”

Aí o nego [um dos acampados] vai: “olha eu não sei se tem um nome que fala para o senhor [juiz], eu não sei, minha língua não dá! O Alicate falando. Vou chamar o senhor de doutor mesmo. Ora, eu vim aqui só para eu vir aqui e não dei nem uma palavrinha assim?”

[Juiz] Aí, se não for para você conversar borracha, se não o senhor vai sair daqui é preso, vamos desembucha!

Entrevistado 2: aí ele falou “uai doutor, nós queremos um pedacinho de terra para nós trabalharmos, para nós podermos viver melhor, se nós não ficarmos alí nós vamos ter que roubar para viver, porque serviço não arrumamos mais, por que isso aqui está tudo ruim, como é que para os bandidos, os ladrões, criminosos barra pesada, tudo o governo dá emprego? Porque que nós não podemos ganhar um pedaço de terra desse?

[juiz] Quem falou isso para você?

O comandante, falou para nós lá! [...]

Entrevistado 2: Aí ele [juiz] só bateu a mão lá, mexeu os trem dele lá: “estão dados os trinta dias e esses papéis de vocês de hoje em diante, não vai ficar um papel aqui, vai tudo para Goiânia, se virem lá, lá tem advogado bom, não sei o que, então vocês correm tudo para Goiânia. Para mim mandar a policia lá, vocês tem que fazer um roubo muito grande, ou matar alguém lá no lote”. Aí o comandante, falou para o Alicate, é Alicate vou ter que dar um diploma para você, porque eu achei que você não iria falar aquilo para o juiz não!

Aí nós nunca mais saímos não. Aí depois até que resolveu, aí até que brigou lá em Goiânia, só que ninguém veio mexer com nós aí não, nós estávamos aí quietos aí. Podia fazer um trem aí, podia fazer nada. Isso aí invernou de braquiária que virou uma coisa. Aí depois a gente tirava semente daí. Vendia a semente. Povo aí em Jataí que comprava a semente. Aí tirava um dinheiro aí.

Este episódio foi decisivo para que continuassem acampados na fazenda, como o interlocutor menciona: “ninguém veio mexer com nós aí não”, o que lhes deu força para prosseguirem na luta.

O último trecho do relato acima também demonstra algumas estratégias que amenizaram as dificuldades enfrentadas, no período em que estiveram acampados dentro da fazenda, pois aproveitaram a semente do capim que se alastrou no local para venderem na cidade e conseguirem dinheiro para as famílias acampadas.

No entanto, a morosidade do processo de desapropriação fez com que, neste período que esperavam pela imissão de posse, o proprietário arrendasse parte das terras que seriam desapropriadas,

para se ver livre do sem-terra, como se diz a palavra deles, arrendou, para o S., um gaúcho. [...] Aí o INCRA falou: “não, pode ficar tranquilo. É bom que desmata a fazenda para vocês”. Aí nós calamos a boca e ficamos quietos, mastigando. Aí falou: “pode deixar eles plantarem que aí vocês pegam a terra até calcariada. E nós ganhamos! (ENTREVISTADO 7).

Por estes depoimentos acima, percebe-se que o processo de tramitação se deu de forma muito lenta por parte dos órgãos governamentais e que isto acarretou vários problemas às famílias, devido à situação incerta que estavam enfrentando.

Somente no ano de 2001 a imissão de posse foi expedida pelo INCRA, uma vitória para as famílias. No entanto, esta euforia durou pouco, pois o proprietário recorreu à justiça e conseguiu a reintegração de posse da fazenda, mas as famílias continuaram a luta junto ao INCRA para a desapropriação e não desistiram, como será demonstrado posteriormente.

O que deve ser ressaltado é que, neste período, fizeram algumas assembléias e decidiram que iriam plantar no acampamento, pois o Ministério da Agricultura fornecia sementes de arroz, que deveriam ser plantadas de forma comunitária e adubo. O relato abaixo demonstra como se dava este plantio e a relação de trabalho entre as famílias no período do acampamento:

todo mundo trabalhava. No dia de plantar, juntava todo mundo e plantava, no dia de carpir aquela roça, vinha todo mundo e carpia, dava certo. Dia de colher, colhia tudo. Sempre tem uns que não vão: “eu não vou trabalhar para o fulano, eu vou trabalhar é para mim, se fulano for eu não vou”, sempre tem essas conversas. Mas com muita ajeitadeira nós vencemos (ENTREVISTADO 7).

Neste depoimento, duas situações merecem ser destacadas. A primeira é a consolidação dos vínculos de solidariedade entre as famílias que se estabeleceram à medida que necessitavam um do outro para realizarem atividades em comum, pois, no caso acima, eles necessitaram fazer um plantio comunitário para serem contemplados com as sementes e o adubo, fornecidos por programas do Governo Federal via Ministério da Agricultura.

No período em que estavam acampados, houve o plantio de duas lavouras comunitárias, no entanto, o relato acima também demonstra que havia dificuldades em plantar desta forma, de modo que alguns dos acampados não participavam “da comunitária” por motivos diversos, o que desestimulou este tipo de atividade.

O ministério da agricultura não fornecia para individual. Tem que ser alguma turma. Inclusive todo ano ainda manda a semente. Só que de uns tempos para cá, para pegar lá, é comunidade, chega aqui nós separamos (ENTREVISTADO 7).

O interlocutor acima menciona que ainda recebem estas sementes e adubo do Ministério da Agricultura para plantarem as lavouras comunitárias no assentamento, no entanto, quando as sementes chegam, o plantio se dá de forma individual.

Percebe-se que, de modo geral, durante a fase em que as famílias estiveram acampadas foram se consolidando os laços de afinidade, seja porque estavam lidando em grupos para negociações, seja por meio dos plantios comunitários que fizeram. Havia união

das famílias em prol de uma causa, de um desejo comum: o retorno à terra e a possibilidade de terem uma vida digna e reproduzirem-se enquanto camponeses.

Isto demonstra que, mesmo após desterrados por diversos motivos, depois de terem deixado suas famílias e seus lares em regiões diferentes do Brasil, suas trajetórias socioespaciais constituem um ponto em comum no município de Jataí, corroborando com a análise de Oliveira (2007, p. 11), de que,

o campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isto tenha que (e) migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e) migrações.

De posse deste entendimento, o próximo capítulo aborda a fase em que os sujeitos pesquisados se estabeleceram na terra conquistada e como se dá a territorialização das famílias camponesas no Projeto de Assentamento Rio Claro.

3 A LUTA NA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO RIO CLARO

A análise desenvolvida neste capítulo corresponde à fase atual da vida dos camponeses pesquisados e, ao mesmo tempo, a terceira fase de suas trajetórias socioespaciais, agora enquanto assentados, à medida que se discute como as relações sociopolíticas entre o grupo no assentamento vão se estabelecendo e como vão imprimindo seus conhecimentos e modos de vida na terra conquistada, tornando o espaço do assentamento um território camponês. A base desta análise é a tríade terra-trabalho-família e a relação destes elementos com o modo de organização do trabalho nos sítios pesquisados.

3.1 A constituição do Projeto de Assentamento Rio Claro e a política de assentamentos

“Alimentos. Antes de tudo a comida que falta. Moradia, terra e trabalho. Educação, cooperativismo. Irrigação, meio ambiente. Cidadania. Justiça e conflito social. Êxodo urbano. Bóia-fria, desemprego, invasão de terra. Esperança e fome... Os assentamentos rurais surgem da luta dos trabalhadores rurais sem terra”.

Bergamasco e Norder

Os Projetos de Assentamento rurais no Brasil são constituídos, legalmente, como política pública, por meio do governo federal via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Após a fase de acampamento, relatada no capítulo anterior, as famílias pesquisadas lutaram para a desapropriação da área ocupada e a liberação da imissão de posse pelo INCRA, para, então, iniciarem a efetivação do Projeto de Assentamento Rio Claro.

A criação de Projetos de Assentamentos (P.A.), especificamente do Rio Claro é possível pelo amparo de alguns instrumentos legais que norteiam o Programa de Reforma Agrária no país, tais como: o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504 de novembro de 1964) e o decreto n. 59.428 de outubro de 1996, relativo à “colonização e outras formas de acesso à propriedade” (MARQUES, 2000).

O P.A. Rio Claro foi efetivado após longos anos de luta pelas famílias, como (re)contado anteriormente que representa, para os camponeses de modo geral e para os

camponeses pesquisados, uma alternativa viável e legítima para dar fim às suas trajetórias errantes, como menciona Marques (2000).

Tal luta é legítima, na medida em que a constituição do P.A. pesquisado se deu pela via da desapropriação, o que quer dizer que, anteriormente, a terra não era utilizada para cumprir com sua função social. Desse modo, representa a materialidade do embate entre os trabalhadores sem-terra e os latifundiários, expressando assim a luta de classes no município de Jataí.

A luta pela terra travada por estas famílias em Jataí não é uma representação isolada, mas guarda relações estreitas com a conjuntura historicamente produzida em relação à questão agrária do país, por meio da criação de vários projetos de assentamentos baseados na desapropriação de áreas improdutivas que serviam à especulação da terra por latifundiários capitalistas.

A este respeito Almeida (2006, p. 127) menciona que,

embora alguns pesquisadores denominem essa política de assentamentos rurais como política de reforma agrária, a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado da luta pela terra. No sentido do reforço dessa concepção, destacamos que parcelas do próprio estado, em especial o Incra, já reconhecem que a propalada reforma agrária ocorre, na verdade, a reboque dos conflitos agrários.

Nesse sentido, a luta pela terra é concretizada sob a constituição de projetos de assentamentos, sendo que parte dos latifúndios improdutivos se tornam parcelas do território capitalista dominadas pelos camponeses que, a partir daí, vão imprimir neste suas marcas.

O processo de efetivação jurídica do P.A. Rio Claro teve início no ano de 2001, quando, pela primeira vez, o INCRA liberou a imissão de posse aos acampados. Este foi o primeiro passo institucional para a efetivação do assentamento e, a partir disto, as parcelas foram “cortadas” para serem ocupadas definitivamente pelos seus donos.

Este período entre a imissão de posse e a demarcação das parcelas é chamado pelo INCRA de pré-assentamento e, é nesta fase que “[...] devem ser realizados estudos sobre as potencialidades da terra, o número de lotes que a área comporta segundo critérios técnicos, que geralmente tomam o módulo rural como referência e questões relacionadas à implantação da infra-estrutura necessária” (MARQUES, 2000).

No entanto, antes mesmo do INCRA iniciar o processo de demarcação, os acampados já tinham a noção espacial de onde seriam demarcadas as parcelas no assentamento, como pode ser percebido pelo depoimento de um dos entrevistados que vivenciou esta situação:

aí naquele curralzinho alí do D. [lote 09], alí desce assim, alí já é do J. [proprietário da fazenda ocupada] né, aí eu cortei daqui aqui na cerca, lá atrás da casa da E. [lote 10], lá tem uma taboca, aí nós medimos de corda, nós sabíamos quantos metros dava dalí [lote 10] no córrego, daqui [lote 09] até chegar lá em baixo do córrego, nós sabíamos tudo, tinha o mapa né. Aí nós fomos né, tirar os 20% da reserva e ver quanto que ia sobrar alí para ver se cabia os três lá. Eu digo não cabe! Vai ter que pegar um pedaço para cima. “Não, não sei o que”, falei não, chega! Pega, eu risquei quantos metros deu dalí [lote 10] até aqui [lote 09] né, que aqui era a parte da reserva, onde que queria que coubesse três, eu digo, aqui da tantos metros ó, agora você leva lá e manda eles fazerem a conta lá no INCRA então. Vocês estão teimando, não sabem nem fazer uma conta dessas, então vocês levam lá. Aí disse, não aqui cabe só um e ponto. Vai sobrar só 10 hectares, que é aquele pedaço que o D. [se refere ao lote 09] tem para lá. Para cá vai sobrar só dez hectares aqui ó. Eu falei para vocês. Vocês sabem de uma coisa? (nisso a gente tava tudo embolado na sede ainda) Eu vou lá pra cabeceira, juntei meu galo de briga lá e vazei para cá. Aí fui fazer uma cerquinha para por uns porquinhos lá, comprei uns porcos, as galinhas já tinha, lá não juntava ovos mesmo, porque o povo tudo junto, o povo comia tudo, os barracos tudo junto alí, entrava um dalí, saía outro dalí, ia botando e negrada ó [faz sinal de que comiam], não chocava, aí eu vim para cá, com pouco tempo deu muita galinha (ENTREVISTADO 4).

Este relato deixa clara a noção espacial do território que ocupavam, chegando a “medir na corda” a divisão das parcelas para saber aonde iriam se estabelecer na terra, quantas parcelas seriam formadas e o local destas, pois daí resulta a configuração de suas vidas e trajetórias nesta fase.

No entanto, este processo de divisão das parcelas deve ser oficializado pelo INCRA, após a imissão de posse. Porém, os camponeses relatam o seguinte:

depois de buscar a legitimação da terra, se fosse para esperar o INCRA aí demorava mais, aí ia enrolando, nós iríamos ficar aí uns pares de anos, até o INCRA dividir, mas aí o INCRA decidiu, falou: “olha, vocês querem partir, medir, vocês tem que arrumar um agrimensor”. Mas teve que pagar, pagar por conta [das famílias]. Aí nós arrumamos, juntou todo mundo aí, controlou o dinheiro, arrumou o dinheiro, pagou 4.200, 4000, aí veio o professor L. que é engenheiro e veio o outro rapaz, que fazia a medição (ENTREVISTADO 5).

Os dois depoimentos anteriores (dos Entrevistados 4 e 5), traduzem, principalmente, a ansiedade e o desejo das famílias em agilizar o processo de efetivação do assentamento, para adentrar às suas parcelas, o que os fez gastar um recurso que poderia ser utilizado em suas parcelas quando da posse da terra adquirida.

Mas isto é justificado pelo fato de estarem há cinco anos na luta pela terra (1996-2001), acampados em condições precárias, em relação à água, à alimentação, à habitação, à higienização e à falta de recursos financeiros.

O Entrevistado 4 relata como se deu o processo de assentamento, quando o INCRA efetuou, formalmente, a divisão das parcelas e assentou as famílias:

Entrevistado 4: depois de muito tempo que o INCRA veio o... Como que fala o trem lá que eles fazem? Eu não sei o nome, eles falam levantamento, mas não é levantamento, é outro nome. Aí lá vai medir esse trem de novo, mas aí dessa vez foi mais fácil, eles tem aquele aparelhinho...

Pesquisadora: GPS?

Entrevistado 4: é! Põe em cima da cerca aqui, ia até no outro lá. “Vambora!” E nós vamos e vamos e vamos. Aí esse mapa ia medindo aqui, já disse que ia saindo esse mapa lá em Goiânia, com esse tal de satélite aí, e a hora que eu vim lá eu trago o mapa. Chegou lá: “tem curva aqui?” Não. Começou lá no canto, “tem curva aqui?” Não. Aqui vai direto na cerca, o trem lá... pi pi pi [arreda o barulho do GPS apitando]. “Vambora”. O “fedaputa” era andador, andava e nós atrás, aí onde tinha cerca tudo bem, só abria para nós passarmos, tudo bem né? O trem acompanhava o arame né? Agora não tinha uma curva aqui, virava o aparelho, outra curva lá, chegava e media de novo, saiu certinho o mapa lá em Goiânia. Aí nós pensamos aqui mais ou menos onde era, nós pensávamos que esse chão ia sair alí assim ó, saia ali, não ia dar essa volta por cima não, aí a hora que eles fizeram o programa deles lá, olha aqui onde é que foi aqui ó, aí virou lá, lá vira para baixo, ali já era a sede, eu que estava aí, já fiquei aí, num vou sair mais não [se refere ao local que já estava quando parcelaram, e que ocupa hoje, lote 1].

Pesquisadora: mas aí o pessoal não foi escolhendo não?

Entrevistado 4: não. Aqui foi um pra cá, outro pra li, outro pra li, foi amontoando gente aí para baixo.

Pesquisadora: e tinha parcela vaga?

Entrevistado 4: não. Aí nós já sabíamos quantas pessoas cabiam né. Aí foi saindo, foi saindo.

Neste momento, o grupo que constituía o pré-assentamento contava com aproximadamente 30 famílias, mas com o parcelamento formal da terra, realizado pelo INCRA, seriam comportadas apenas 17 destas. Houve a desistência de outras, decorrente de uma ação, de má fé, por parte de uma pessoa do grupo, que favoreceu a saída de várias famílias, como continua relatando o entrevistado:

Pesquisadora: e como decidiu quem que iria sair e quem iria ficar?

Entrevistado 4: o povo ia desacoçoando, [inaudível] nós ficamos, uma tal de L., arrumou uma lista falsa. Não sei onde ela fez não, foi para aí a fora.

Pesquisadora: lista de que?

Entrevistado 4: ela fez uma lista falsa como que fosse o INCRA, nós já sabíamos que só cabia 17 né? Aí ela inventou esta lista lá, para tirar o que estava passando. Vazaram. É ela fez sacanagem. Sei que nem ela ficou aí.

Pesquisadora: Como aconteceu isto?

Entrevistado 4: uai, ela aprontou sujeira uai. Aí a turma descobriu e entregou.

Pesquisadora: nisso já tinha ido muita gente embora com essa lista?

Entrevistado 4: Já. Aí nós garrou, aí ela foi acampar lá na beira do rio claro. Ficaram muito tempo lá. Ela aprontou sujeira lá também. Agora não sei nem onde é que ela está. [...] Ela fez esses papéis lá, como se fosse o INCRA, e assinou o nome dos caras uai. Para eles poderem ir embora uai. Aí os cinco que estavam sobrando foram embora. Os que estavam na lista que ela fez foram quase todos embora.

Este caso gerou uma situação de desconforto para o grupo e se constituiu em crime de falsidade ideológica. Mas, não se sabe ao certo as medidas que foram tomadas pelo INCRA a este respeito.

Ocorre que diante deste fato, muitas famílias desistiram da luta e perderam sua “vaga” no processo de assentamento. Mas esta não foi a única situação que contribuiu para a evasão de famílias do grupo, pois, assim que foi liberada a primeira imissão de posse no ano de 2001, o proprietário da fazenda recorreu judicialmente e conseguiu a reintegração de posse, o que desestimulou ainda mais a permanência na luta pela terra.

Diante desta situação, as trajetórias socioespaciais das famílias que permaneceram na luta, foram marcadas por outro longo processo de espera, que perdurou mais quatro anos acampadas, período necessário para que o INCRA conseguisse novamente a liberação da imissão de posse. Uma das interlocutoras (re)conta como se deu este processo:

quando nós mudamos para cá, aqui estava assim, tinha tido a imissão de posse e essa imissão tinha sido suspensa porque o fazendeiro tinha recorrido. Aí então era como se fosse acampamento de novo né? Mas aí já estava todo mundo no seu devido lugar, porque quando saiu a imissão, o pessoal parcelou rápido e quando suspendeu, já tinha parcelado, o pessoal já tinha espalhado na terra e aí todo mundo ficou quieto, do jeito que estava, esperando o INCRA recorrer né, porque o INCRA tinha que recorrer novamente. Aí o INCRA recorreu [...], quando foi em 2006 efetivou o assentamento novamente [...] (ENTREVISTADA 10).

Conforme relatado, somente no ano de 2006, dez anos depois, é que o assentamento foi efetivado oficialmente, mas como a divisão das parcelas já havia sido feita logo após a primeira imissão de posse, as famílias já estavam instaladas em suas devidas parcelas. No entanto, só depois da oficialização, da criação do assentamento, tiveram certeza de que não seriam mais despejadas e nem perderiam a terra novamente.

A partir disto, iniciou-se o processo de formalização das parcelas e a instalação de exigências burocráticas exigidas pelo INCRA, como a numeração dos lotes e a fixação de uma placa obrigatória contendo seu número, que serviria de identificação oficial reconhecida pelos órgãos gestores do assentamento.

Os entrevistados relatam que a entrega das parcelas às famílias foi feita de acordo com a ordem de entrada na luta e algumas por sorteio “na cumbuca”; desta forma, quem era o mais velho no movimento ficou com a parcela 01 e assim sucessivamente.

A parcela de número 02 foi reservada ao líder do movimento, que não permaneceu na mesma, sendo ocupada por uma família que viera transferida de outro assentamento. É importante considerar como se deu o processo de ocupação desta parcela por outra família

para compreender como se estabeleceram as relações de parentesco e de vizinhança no assentamento.

A decisão de qual família entraria na parcela deveria ser uma decisão do grupo que já estava assentado, passando pela aprovação da maioria, em reunião. No entanto, o relato de um dos interlocutores evidencia como se deu a entrada da família que atualmente ocupa o lote 02:

[...] Ele [líder do assentamento, dono do lote 02] tinha arrumado a terra para um tal de A., aí o A. era um cara que trabalhava lá no INCRA também, engenheiro agrônomo, aí ele ficou com essa área aí, o C. [líder] cedeu para ele. Aí depois o N. [atual dono do lote 02] conversou com alguns aí né? Com uns parentes dele. Nessa época o A. era o presidente, aí ajeitou para ele. [...] Porque era, nessa época era o A. que era o presidente aí. Ele é tio dele. Ele é tio do N., por causa da mulher dele, a mulher é sobrinha do A. Aí arrumaram aí, quando viu ele estava aí chegando aí com o N., aí fez uma reunião. Aí todo mundo concordou e ele entrou aí. E ficou (ENTREVISTADO 5).

A partir deste relato percebe-se que a entrada desta família foi “ajeitada” pelo tio que, naquela ocasião, era presidente da associação e “quando viu ele estava aí chegando aí com o N.” e que, só posteriormente, fizeram uma reunião para formalizar a entrada desta família na parcela 02, demonstrando que já havia uma articulação prévia para que isto acontecesse.

O fato de ter havido uma articulação indica o início da formação de grupos distintos dentro do assentamento, mantido por relações políticas e sociais de compadrio e de vizinhança que foram se estabelecendo e se conformando no espaço do assentamento durante o processo de consolidação deste território camponês.

Ainda, é importante (re)contar a história que trata da saída do líder do assentamento, conforme narrada pelo Entrevistado 4:

mas eles [jaguços e o proprietário da fazenda que estava ocupada] estavam ameaçando ele aqui, queriam matar ele, porque se matasse o líder aí acabava o acampamento né? Não tinha jeito de por outro não né?!? [risos] Um dia ele veio aqui [o líder], desembarcou lá no pé de manga no asfalto, teve que entrar no mato três vezes, vinham com carro em cima. Uma vez nós vínhamos vindo daqui, um peão do J. tacou um carro em cima de nós, se não pula para o mato tinha pegado. Ia eu e o C. [líder] (ENTREVISTADO 4).

Este relato é importante porque demonstra as dificuldades enfrentadas durante suas trajetórias no período de luta pela terra e a pressão enfrentada pelas famílias, sofrendo até mesmo atentados contra a vida, o que evidencia a violência e a opressão pelas quais estas pessoas passam, que não são publicizadas e não vêm à tona.

No que tange à divisão das parcelas, até a parcela de número 04, a ordem de distribuição por tempo de participação no movimento foi seguida, outras foram por sorteio e as demais por ordem de prioridade estabelecida entre as famílias, levando-se em conta algumas necessidades do assentamento, como a educação.

Nesse sentido, as parcelas 06 e 13, próximas à sede³⁴, foram entregues a duas camponesas por serem professoras; assim elas poderiam ministrar as aulas na escola criada ainda no acampamento. O relato do Entrevistado 9, marido de uma delas, explica como se deu:

não, foi assim, aqui que descobriu, o líder de lá que descobriu que ela era professora, que nós falamos lá. Aí, lá no INCRA falou: não uai, se ela é professora ela pode ir para lá, para dar aula para os meninos. Já veio com essa proposta lá do INCRA, porque ela dava aula, mas com direito a parcela, aí nos tínhamos o direito de ficar aí (ENTREVISTADO 9).

A escola foi constituída no ano de 1999 e funcionou até o ano de 2002, conforme relato de uma interlocutora, professora: “aqui teve aula na verdade foi três anos. Porque em 2002, ai já não teve mais, porque aí já saiu o transporte, por que aí o povo começou a brigar pelo transporte, para levar para cidade sabe, para levar os meninos para cidade” (ENTREVISTADA, 13).

A parcela de número 09 também não ficou com seu dono original, como pode ser visto no relato a seguir:

Entrevistado 4: era do finado A., primo dele [atual dono do lote 09]. Tava doente, aí ele morreu. Mas ele já tava... o D. [atual dono da parcela] já tava puxando os meninos aí para a Estância. De primeiro tinha a escola aí na sede, aí achou melhor levar os meninos para a estância, aí o D. comprou uma Kombi, e veio puxar esses meninos. E ficava lá no A., aí eles foram tramando, tramando lá e fico para o D.

Pesquisadora: isso sem fazer reunião? Foi acontecendo?

Entrevistado 4: não. Fez uma reuniãozinha aí, e como ele tava puxando os alunos todo mundo tava... Que parente pode por qualquer um. Aí garrou, ficou D. Aí depois o D. vendeu a linha dele e largou mão. Ficou só cuidando dos trem dele aí. Ê mas esse trem vou te falar viu.

Este relato também é importante para entender as teias de relações que foram se constituindo no espaço do assentamento, pois a palavra “tramando” utilizada pelo Entrevistado 4 traduz algo que foi “armado” ou “tecido” por algumas pessoas e demonstra que não foi algo bem aceito pelo grupo, o que é confirmado quando menciona “que parente

³⁴ Ver anexo 2, mapa de localização do P.A. Rio Claro e distribuição das glebas.

pode por qualquer um”, o que quer dizer que mesmo o grupo não consentindo, é possível ocorrer isto, mas relata que, em partes, o novo assentado foi aceito porque transportava as crianças para escola.

Outro caso, em que a parcela também não ficou com seu legítimo dono, foi a de número 10, como relata outra interlocutora:

Entrevistada 11: agora, o que vendeu aqui, que eu sei que vendeu, ele não assinou nada. O filho é que vendeu, o filho é que assinou, mas ele mesmo não assinou nada. Porque ele estava ruim, foi a vez que ele sofreu derrame. [...] Aí ele ficou inválido. Ficou paraplético, quase de tudo. Andava carregado pelas mãos dos outros. Aí ele foi para o Jataí, tratou, sarou, agora ele quer a terra dele de volta, de novo! Falou [ela imita a voz dele]: “eu não assinei nada, não vou vender não, eu não assinei nada”. [...] Até que teve uma reunião para assinar aí para ela entrar aí, eu não assinei não.

Este relato demonstra que a única parcela que foi vendida se deu de forma irregular e não obteve o consentimento de todas as famílias que constituíam o assentamento, gerando, entre alguns, um sentimento de não aceitação da família que ocuparia a parcela 10. A situação desta parcela ainda não está regularizada pelo INCRA.

No total, somente 03 parcelas não ficaram com seus legítimos donos, as de número 02, que era do líder do acampamento, a 09 que ficou com o primo do acampado e a de número 10, que foi vendida pelo filho de um dos fundadores do acampamento, que não havia ficado nas primeiras parcelas porque queria ficar perto do rio, na parte baixa do assentamento.

Esta divisão das parcelas e a instalação das famílias representa o fim da etapa de pré-assentamento e o início da primeira de três etapas que são planejadas e coordenadas pelo INCRA para a consolidação do assentamento: a implantação, a consolidação e a emancipação (MARQUES, 2000).

O termo “assentamento”, surge no vocabulário jurídico e sociológico, no contexto da reforma agrária venezuelana, por volta da década de 1960 e, a partir daí, se difunde para outros países (BERGAMASCO e NORDER, 1996). Os assentamentos podem ser classificados de várias formas, desde que foram instituídos no Brasil, tais como:

a) Projetos de colonização, formados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; b) reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; c) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; **d) programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra (de 1964), parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no governo Sarney;** e) a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis (BERGAMASCO e NORDER, 1996, p.9).

A criação do P.A. Rio Claro corresponde ao item “d”, uma das formas mais comuns de constituição de projetos de assentamentos no Brasil (MARQUES, 2000). Geralmente, o ato da criação de assentamentos é tido como fruto de programas de reforma agrária, como mencionado na citação acima, mas existem divergências a este respeito³⁵.

No entender de Coca e Fernandes (2008), existem três tipos de reforma agrária: uma que é denominada de clássica, outra que é a política de assentamentos e a reforma agrária dos movimentos sociais. A primeira visa ao fortalecimento do capitalismo, onde já se encontra instalado e a inserção dos pequenos produtores neste sistema; a segunda refere-se às políticas governamentais de contenção de conflitos por terra, que não visa à desconcentração fundiária; e a terceira se refere àquela preconizada pelos movimentos sociais como MST, CONTAG e Via Campesina.

Nesse sentido, ao analisar a retórica da questão agrária no país e a constituição de assentamentos, percebe-se que, no âmbito governamental, existe apenas a proposição de uma (re)distribuição de terras e que, na prática, existe uma política pontual de contenção dos conflitos por terra no campo, atendendo às demandas de milhares de camponeses que promovem diferentes movimentos, messiânicos ou não, no devir da história da luta pela terra, como foi analisado em momentos anteriores deste trabalho.

No entender de Aly Junior (2005, p. 177), isto ocorre pelo fato de que “as relações históricas do Estado brasileiro com o latifúndio produziram a falta de iniciativas da parte do Estado como a regulação da posse e uso do solo” e, assim, a política de criação de assentamentos passa a ser o símbolo da reforma agrária vigente. No entanto, o P.A. Rio Claro, assim como inúmeros no país, é fruto deste contexto de demandas de trabalhadores sem terra em luta pela efetivação de seus direitos enquanto cidadãos.

De acordo com dados do DATALUTA (2008) (que foram atualizados no ano de 2009), desde 1984 foram criados no país 8.366 assentamentos, todos como fruto do processo da luta dos camponeses contra a injusta distribuição de terras no Brasil, uma luta direta contra os latifundiários.

Tais dados demonstram que, destes 8.366 assentamentos criados no país, 1.863 estão situados na Região Norte; 3.848 na Região Nordeste; 788 na Região Sul; 733 na Região Sudeste e 1.134 na Região Centro-Oeste; sendo que destes, 370 foram criados no Estado de Goiás.

³⁵ Consultar as obras de Bergamasco e Norder (1996), Oliveira (2004), Fernandes (1999; 2001), Ferrante e Aly Junior (2005), dentre outras.

Dos 370 projetos de assentamento do Estado de Goiás, 58 foram criados na Microrregião Sudoeste de Goiás³⁶, como pode ser visualizado no quadro abaixo:

QUADRO 4 – N. DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NA MICRORREGIÃO SUDOESTE DE GOIÁS

MUN. ANO	Caiapônia	Chap. do Céu	Doverlândia	Jataí	Mineiros	Perolândia	Rio Verde	St. Helena	St. Rita Do Araguaia	TOTAL
1989				01						01
1991			01							01
1995			01							01
1996			02							02
1997			03				01			04
1998		02	04	01	01	01	03	02		14
1999	02		01				02	01		06
2000		01				01	01			03
2001			01	01						02
2002	03						02			05
2004			01							01
2005	01				02					03
2006	06				01				02	09
2007	01		01	03					01	06
TOTAL	13	03	15	06	04	02	09	03	03	58

Fonte: dados organizados pela autora com base no banco de dados DATALUTA (2008).

Como pode ser observado, no município de Jataí foram constituídos 6 projetos de assentamentos: o P.A. Íris Rezende Machado no ano de 1989, com 176 famílias, numa área de 5.562 m²; o P.A. Santa Rita em 1998, com 23 famílias e área de 961 m² e o P.A. Rio Claro no ano de 2001, com 17 famílias e 639 m²; já os demais projetos de assentamentos foram constituídos todos no ano de 2007: o P.A. Nossa Senhora de Guadalupe, com 1.367 m², e capacidade para 85 famílias; o P.A. Rômulo Souza Pereira, com 90 famílias numa área de 2.041 m² e, por fim, o P.A. Terra e Liberdade, com o total de 162 famílias e área de 2.927 m². Ao todo foram assentadas neste município 553 famílias no total de 13.500 m².

É válido ressaltar que os P.A.s podem ser constituídos segundo alguns modelos estabelecidos no momento da sua criação. Podem ser coletivos, semi-coletivos ou individualizados. Aqueles que são constituídos de modo coletivo não possuem áreas de plantio individuais.

Já os semi-coletivos, possuem uma área de plantio coletiva para as famílias e uma individual. No modelo individualizado, tudo é feito no âmbito do lote de cada família. Estes modelos coletivo e semi-coletivo, geralmente, são preconizados pelos Movimentos Sociais e o

³⁶ Cabe ressaltar que o banco de dados do DATALUTA só possui registros de nove dos dezesseis municípios da microrregião sudoeste de Goiás, como pode ser visto no Quadro 4.

modelo individualizado é o que prevalece na lógica da política de assentamentos do INCRA, como no P.A. Rio Claro.

Existem também diferentes modelos de projetos de assentamentos classificados quanto à sua estruturação física, que revelam a disposição dos lotes. Um destes é o modelo quadrado, que “como o próprio nome já evidencia, os lotes são cortados, quanto a topografia em grandes quadrados margeados por travessões” (ALMEIDA, 2006, p. 260).

O assentamento pesquisado, como a maioria dos assentamentos no país, foi concebido segundo este modelo, pois acompanha o modelo individualizado preconizado pelo INCRA.

Outro modelo citado por Almeida (2006, p. 262) é o “raio de sol”, pois é concebido sob a forma circular, radial, preconizado pelo MST. Este modelo busca “[...] convergir os lotes em direção ao núcleo de moradia e é visto como um fator decisivo, na avaliação do movimento, para a organização das famílias”, pois, as casas ficam mais próximas umas das outras e convergem para a sede do assentamento, que fica no núcleo central.

Decidida a forma e o modelo de como os assentamentos serão constituídos, inicia-se a fase de implementação propriamente dita dos assentamentos.

3.1.1 A etapa de implementação do Projeto de Assentamento Rio Claro e o estabelecimento das famílias na terra

Após a criação dos assentamentos, a primeira etapa a ser consolidada, de acordo com o INCRA, é a *etapa de implementação*. Conforme Marques (2000, p. 107), nesta etapa

[...] é prevista a realização de obras de engenharia como a construção de estradas, armazéns, núcleo comunitário etc. também são previstos os trabalhos de preparação da terra para a exploração agrícola e qualificação do agricultor para administrar o lote, além de discussões sobre alternativas de produção para definição do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento.

Esta etapa corresponde à fase inicial do processo de efetivação do assentamento, pois é a partir daí que os recursos são liberados para as famílias iniciarem a construção de suas casas e investirem na infra-estrutura de seus sítios. No entanto, deve-se ressaltar que o crédito para tais finalidades só é liberado a partir do momento em que formalizam, legalmente, uma associação.

Desse modo, a associação é criada por uma exigência burocrática dos órgãos executores da política de assentamentos, pois sem isto as famílias camponesas não conseguem liberação de crédito e aquisição de energia elétrica, dentre outros benefícios. Como relata uma entrevistada:

nenhuma comunidade sobrevive sem associação. É, uma comunidade tem que ter uma pessoa jurídica para estar buscando as coisas, as informações, os recursos, é através desta pessoa jurídica. Então sem uma associação formalizada às vezes muita coisa você não consegue, não tem jeito de conseguir. Nem na prefeitura, tem muitas coisas que você vai pedir na prefeitura, que se eu for lá pedir para mim, eu não consigo, agora se eu for lá pedir para a associação, aí é diferente. Estou pedindo para uma pessoa jurídica que é uma pessoa jurídica. Então a associação, ela é um bem necessário. Não é fácil? Não, não é fácil, mas a associação ela precisa permanecer, ela precisa ser mantida para poder as pessoas conseguir recursos, tanto na linha de governo né? Governamental, quanto em outras linhas. É mais fácil negociar via associação. Sempre (ENTREVISTADA 10).

A associação é uma entidade jurídica, sem fins lucrativos e a sua constituição é imprescindível devido ao poder de representatividade política ante as esferas governamentais em nível nacional, estadual e municipal. A princípio, ela é constituída pela necessidade legal de adquirir esta representatividade e para aquisição de recursos demandados pelas famílias e não devido à organização política do grupo.

A constituição da associação passou por fases diferentes no assentamento pesquisado, como pode ser visto na fala a seguir:

aí as pessoas no primeiro período depois que formalizou, que foi para vim energia, que foi para vim as coisas, então são coisas mais palpáveis né? Que você busca e aquilo vai vir, aquilo de qualquer jeito ela vai vir, aí você busca, busca, busca e aquilo vem. Aí de repente quando você começa a buscar os projetos sociais que você depende de outra coisa, aí você tem um limite. [...] Eu acho que foi desestimulando, porque é natural esse desestímulo, porque a pessoa pensa assim que ela precisa da associação enquanto ela não tem a terra, depois que ela já tiver a terra ela não precisa, ela vai fazer o que na reunião? Tudo o que ela queria ela já tem. Ela já tem a terra, ela já tem a casa, ela já tem energia, então ela já pegou o PRONAF dela, vai fazer o que lá? Tudo o que eu preciso eu já tenho, eles não vão pagar as minhas contas, alguns ainda falam assim. Então é do processo mesmo, não é assim fulano é melhor, ciclano é mais, não é isso não, é o processo mesmo, em todo lugar que você vai, você pergunta como funciona, quando é recém, todo mundo contribui com a taxa, todo mundo vai na reunião, todo mundo participa, vai estruturando, o povo vai, até o povo do INCRA vai fala assim “oh, no começo é assim, agora é um por todos, todos por um. Quando for oficializado, eles ficam assim mais ou menos, quando passar um tempinho, aí é assim, é ninguém para ninguém e Deus por ninguém, porque ninguém vai”. Então o pessoal começa aí a achar o que vai mudar, vai ser o mesmo falatório de sempre, é diferente. Você vai na reunião do acampamento, o pessoal tem até palavra de guerra, “quem quer terra?” E todo mundo: “eu, eu, eu”. Agora aqui não, você vai oferecer o que para ele? Para estimular ele. Ele já tem terra, casa já tem, PRONAF A ele já recebeu, já está pagando a conta, se pagou a conta e conseguiu tirar um recurso e dobrou e fez com que aquele recurso fosse bem

administrado ele ainda tem um resultado, se não conseguiu, ele tem a conta para pagar e nem resultado ele não tem. É apertado o processo (ENTREVISTADA 10).

A fala desta entrevistada é esclarecedora para o entendimento de como se dá a relação da associação/famílias do ponto de vista de uma pessoa que já foi presidente da associação durante alguns anos e que a acompanha desde sua fundação. No seu relato é possível perceber que os sujeitos esperam que a associação resolva tudo que necessitam para sua consolidação no lote.

É perceptível, ainda, que o que motiva a ida às reuniões é a oferta de realizações materiais e concretas, sendo que no momento inicial, quando a liberação da energia e de recursos iniciais é concedida, a expectativa aumenta e, posteriormente, quando isto se finda, a participação declina em favor de um individualismo, pois entendem que a participação não é mais necessária.

O Entrevistado 8 dá o seguinte relato ao falar da frequência com que as reuniões da associação acontecem:

aí varia muito. Porque se for fazer assim, meio direto, aí eles ficam repetindo a mesma coisa. Então não adianta, você tem que fazer a reunião, mas você tem que ter uma novidade para entrar em composição da reunião, porque aí nós falamos uma coisa, aí semana que vem nós falamos a mesma coisa, aí não vai resolver nada.

Outro entrevistado expressa sua opinião em relação à mesma:

nós fundamos essa associação, eles [pessoas ligadas ao INCRA] falando que, com a associação, é melhor para adquirir alguns objetos, alguns recursos e nós viemos mantendo ela. Mas, no futuro eu posso dizer que, vale nada, isso aí não vale nada. Nós não temos benefício nenhum. [...] Isso lá vem de longos prazos. Desde o início nosso. Tem que ter um coordenador, tem que ter um líder, para, mesmo para ir em Goiânia, em Brasília, mesmo o caso do C. aí que está liderando aí, vai ter que ir. Só para esse sentido. Aqui dentro mesmo... [balança a cabeça dizendo que não faz nada] (ENTREVISTADO 7).

A fala deste entrevistado é contraditória. Ao mesmo tempo em que diz que a associação “vale nada”, diz que ela é importante, “mesmo para ir em Goiânia, em Brasília”, ou seja, a visão que a maioria das famílias assentadas possui sobre a associação é de que esta deve trazer benefícios diversos para o assentamento, “conseguir as coisas” para as famílias.

Isto faz com que as famílias não participem constantemente das reuniões da associação, não a vejam como um lugar de articulação política entre o grupo, participando apenas em momentos nos quais existe alguma “novidade”.

De acordo com os depoimentos, após a criação da associação, a energia elétrica demorou cerca de três anos para ser instalada no assentamento, pouco depois que já haviam construído suas casas. A construção destas também não foi um processo rápido, a liberação do crédito demorou cerca de dois anos.

A construção das casas se deu após a liberação da verba no valor de cinco mil para cada família, sendo enviada uma planta/modelo a ser construída com a mesma.

Desta maneira, ao receberem a verba e a planta, iniciaram suas casas:

Lá foi eu e minha esposa e o menino. Nós três. Tudo do começo ao fim! Por que nós não tínhamos capital para pagar o pedreiro, mas eu já trabalhei de servente, eu vou fazer. E mandamos para cima! Graças a Deus está lá, feitinha, foi aprovada pelo engenheiro que o INCRA mandou para aprovar as casas, se não nós não recebemos. Só porque eu não tinha condições de aumentar nada, aí eu fiz ela, mas se Deus quiser eu vou aumentar ela, mais pra frente agora. Pelo menos mais uma área boa (ENTREVISTADO 9).

A casa desta família foi uma das poucas dentro do assentamento que não foi ampliada no processo de construção, ela é uma casa bem pequena e ainda não está concluída. Como ele menciona, pretende aumentá-la assim que puder e dispor de condições financeiras.

Na época, o INCRA liberou um capital para nós de 5 mil reais, para nós comprarmos o material. A mão-de-obra é por nossa conta. Aí nós pegamos esses cinco e fomos fazer um orçamento. Esses cinco mil dava uma casa muito pequenininha e de fato é pequena mesmo! Aí a do S. [casa do Entrevistado 9] ele fez com cinco mil, dá para morar, mas é pequeno. Eu digo, aí eu vou conversar na loja, ver se eles me adiantam um material para eu ir pagando os poucos e aí vou aumentar essa casa. Não lembro, parece que foi mais dois mil reais, para deixar ela nesse ponto (ENTREVISTADO 7).

Este camponês, como a maioria dos outros, empregou dinheiro para aumentar a casa, mais não conseguiu terminá-la completamente, sua casa está apenas rebocada e o piso está no chão batido, “chão grosso”.

A verba para construção das casas não inclui a mão-de-obra, o que fez com que as famílias se envolvessem no processo de construção. Aqueles que pagaram por este serviço o fizeram porque não dispunham de mão-de-obra familiar ou não sabiam fazer este tipo de serviço.

A maioria dos camponeses que construíram suas próprias casas representa aqueles que passaram algum tempo nas cidades e experienciaram o trabalho de servente e ajudante de pedreiro, pois tiveram que aprender esta profissão para manterem a família, às vezes porque não possuíam qualificação para trabalharem de assalariados ou pela falta de emprego.

A maioria dos entrevistados relata que aumentou a casa; uns relatam que negociaram nas lojas para pagarem a prazo, outros que tiveram que dispor de economias:

O INCRA mandou o dinheiro, pouquinho né, não dava, aí nós tínhamos um gado, vendeu o gado, interou o dinheiro e comprou os materiais, porque para fazer meus

meninos que fez. Por que arrumou o pedreiro, aí no fim o serviço não tava prestando aí antes do pedreiro vir nós dispensamos. Essa vez o A. tava aqui ainda, o A. mais meus meninos [inaudível] ele faz serviço de encanador de pedreiro (ENTREVISTADA 1).

Por que hora que nós entramos para cá, que o ramo dele é mexer com hortaliça, já entrou trabalhando, plantando, aí a gente ía vendendo e já tinha um dinheirinho para a hora que saísse o do INCRA a gente já sabia que ía ser pouco, nós queríamos uma casa maior né? Aí foi onde que ele conseguiu (ENTREVISTADA 3).

Estas duas interlocutoras acima revelam algumas das estratégias das famílias para ampliarem suas casas, uma relatando que vendia o gado, e outra que ia poupando o dinheiro antecipadamente, mas em todos os casos percebe-se que a ampliação da casa está diretamente ligada à condição financeira anterior à chegada da verba e à poupança feita, seja em dinheiro ou com o “gado”, que sempre é tido com uma poupança pelas famílias camponesas.

Marques (2000, p. 175) menciona que “o gado é um elemento de fundamental importância por constituir uma poupança garantida pela sua liquidez”, o que é constatado no assentamento pesquisado.

De modo geral as casas do P.A. Rio Claro estão, em sua maioria, por terminar. Todas possuem banheiros internos, são cobertas por telhas e tem apenas áreas externas cobertas por zinco ou amianto; todas possuem iluminação com energia elétrica, fogão a gás e em alguns casos fogões a lenha, possuem geladeiras (e algumas freezer) e televisões.

Em relação às condições de saúde, nota-se que não há atendimento médico no assentamento, sendo que para terem acesso a medicamentos e tratamento médico as famílias têm que se deslocarem até a cidade de Jataí, distante cerca de 50 quilômetros.

Em relação à água que utilizam para beber, esta provém de nascentes dentro do assentamento, de poços artesianos e ainda, retirada por rodas d'água, instaladas às margens do rio que passa próximo à reserva legal do assentamento. No entanto, não se sabe a qualidade desta água, se ela é própria ou não ao consumo e à utilização doméstica. Estas informações traduzem em certa medida a condição de vida das famílias assentadas.

Leite (2005, p. 136) afirma que “[...] é justamente a partir da condição de assentado que este segmento específico de trabalhadores rurais passa a ter acesso aos mecanismos do crédito rural, ainda que esse processo esteja pontuado por enormes dificuldades”.

Estas dificuldades a que o autor se refere são próprias dos assentamentos recém implantados, que vão desde a precariedade da situação familiar no lote à inexistência de associações ou outras formas de organização política e econômica que mediam as relações com os diferentes agentes financeiros.

De acordo com Aly Júnior (2005), os recursos totais liberados pelo Governo para os assentamentos recém criados são: os créditos de instalação no valor de 2,4 mil reais, de habitação no valor de 5 mil reais, o PRONAF A no valor de 18 mil reais e, para além destes, foi criada, como pressão dos movimentos sociais, mais uma linha de instalação no valor de 2,4 mil reais, prevista para o segundo ano do assentamento.

Ao se referir ao PRONAF, Paulino (2006), ressalta que ele

[...] nasceu de um estudo publicado em 1996 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em parceria com a FAO, o qual comprovou a extrema desigualdade no acesso às políticas públicas pelos diferentes extratos de produtores brasileiros, bem como a necessidade de uma política de crédito exclusiva aos produtores familiares, que vinha se beneficiando com cerca de apenas 11% dos financiamentos destinados a agricultura (p. 294).

Paulino evidencia ainda que

[...] a liberação de crédito do Pronaf aos pequenos produtores implica um trâmite moroso e burocrático, o qual prevê a elaboração de projetos que evidenciem claramente o enquadramento das famílias nas regras e explicitem como se dará a aplicação de eventuais recursos. Além disso, é necessário anexar uma série de papéis e certidões que somente quem conhece as estruturas burocráticas poderia saber como e onde obtê-los (2006, p. 290).

Desse modo, o projeto de assentamento vai se tornando um território em construção, que conta não apenas com as famílias camponesas recém assentadas, mas também com a presença de pessoas que vão ser mediadoras neste processo, como agentes externos e técnicos, geralmente de órgãos públicos que vão auxiliar na constituição da associação e na elaboração de projetos para acessarem tais créditos.

Como foi ressaltado por Paulino (2006), os camponeses precisam, antes de entrar com o pedido do financiamento, de elaborarem um projeto demonstrando onde vão ser implementados os recursos adquiridos, algo que, usualmente, não fazem sozinhos, sem a ajuda de agentes externos, como os técnicos do INCRA.

É também neste momento que as famílias entram em contato com agências bancárias, que vão liberar o crédito concedido, pois, após todas as exigências formais realizadas pelas famílias assentadas, o governo federal tem que liberar o recurso e o banco credenciado liberar o financiamento.

No caso pesquisado, os camponeses acessaram o crédito do PRONAF na modalidade A, de custeio; há aqueles que receberam a liberação do crédito em momentos diferentes, aqueles que já recebem há dois anos e aqueles que no momento da pesquisa (agosto de 2010) haviam recebido a menos de um semestre.

De todas as dezessete famílias, apenas duas não haviam acessado o recurso do PRONAF. Uma delas é da parcela de número 10, vendida de forma irregular e a outra foi a da parcela 09. Para esta, o projeto elaborado não era para a compra de gado, como dos demais, por isso é a única a ter negado o pedido de liberação do crédito.

Um dos entrevistados dá o seguinte relato sobre o que comprou com a verba do PRONAF: “peguei. PRONAF investimento. PRONAF nós compramos madeira para cercar, arame, vaca, triturador, mangueira, para puxar água, tela para cercar as galinhas, o investimento foi esse (ENTREVISTADO 7).

No geral, os relatos sobre o que compraram com a verba do PRONAF apresentam semelhanças, como menciona o Entrevistado 2: “veio o dinheiro propriamente para comprar o gado. Realmente todo mundo comprou o gado. E estão pagando ele né?”. Para além do gado, o dinheiro também foi empregado, por todos, na compra de madeira e arame para fecharem suas parcelas e, ainda, para a compra de utensílios que viriam a suprir suas necessidades iniciais nos sítios.

Comprei vaca. É porque, a vontade da gente é... Tem que ter um trem para ver se mantém uma renda, então se você for investir em outra coisa, então o certo é o gado, porque aí você tem o leitinho e o bezerro. Mas o leitinho que dá alí. Vamos supor, mais o leitinho que dá alí, vai mantendo aí, vivendo né. Um bezerrinho alí, volta e meia você vende um, você pensa que não, você compra dois e lá vai assim. [...] Só que eu era meio gambireirinho né, os outros aí meteu o pau comprando vaca de 1.200 conto, porque o plano foi feito para 1.200 conto, cada vaca na época, e eu fazia umas gambirinha aí, eu andava aí, aí eu descobri um gado bom e paguei 800 conto e comprei gado a mais para mim e pus na nota só o total da outra (ENTREVISTADO 8).

Nesta fala, o entrevistado ressalta vários elementos importantes no processo de recriação do campesinato. Um deles é o valor estipulado para compra de cada vaca que gira em torno de mil e duzentos reais; o segundo é que ele revela uma estratégia de driblar as exigências oficiais para conseguir fazer um negócio mais vantajoso para família, pois conseguiu um número maior de vacas do que aquele estipulado, o que irá influenciar na sua renda. Revela ainda, como os bezerros servem para eventualmente serem vendidos, pois como foi destacado anteriormente, o gado, de modo geral, é tido como uma poupança.

A escolha dos animais a serem comprados, bem como a quantidade, são essenciais neste momento, pois este é, via de regra, o primeiro investimento realizado pelas famílias assentadas e deste investimento decorre o sucesso ou o insucesso de um planejamento inicial nesta nova etapa de suas trajetórias socioespaciais. O relato abaixo expressa a situação oposta a do Entrevistado 8, que havia feito uma excelente aquisição:

[...] foi um homem lá junto com o A., coitado, escolheu umas vacas que num... [faz sinal que não prestava]. Teve uma que nós precisamos de vender porque até o bezerrinho dela tava morrendo de fome, não dava leite nem para o bezerrinho. A outra só com inseminação, mas nós não sabemos mexer com isso! (ENTREVISTADO 12).

Casos como este ocorrem com alguns camponeses, pelo fato de que anteriormente não tiveram experiência com gado leiteiro e quando pegam o dinheiro do PRONAF, destinado comumente a este fim, tem dificuldades desde a escolha do animal para compra, até a própria atividade de tirar o leite. No caso do entrevistado acima mencionado, havia menos de dois anos que tinha feito aquisição das vacas e teve que dispor de todas elas.

Nos dias decorrentes da pesquisa de campo no assentamento, entre conversas informais com as famílias, um deles relatou que tinha vendido as vacas que comprou com a verba do PRONAF porque não tinha experiência com o trabalho de tirar leite.

Uma das entrevistadas expressa seu ponto vista sobre o PRONAF:

o PRONAF para mim é uma faca de dois rumos. Porque se você pegar o PRONAF com a carência menor e conseguir pagar ele direitinho, você pode continuar trabalhando com o PRONAF e investir, fazendo novos investimentos, fazendo custeio de alguma coisa. Se você pegar ele, principalmente de carência longo, enquanto você está no período de carência, você não pode pegar nada na linha do PRONAF, custeio e tal. Você só pode pegar a partir do momento que você começar a pagar pelo menos a primeira parcela, já é norma isso né? E se você também pega ele assim e não conseguir pagar, aí vira uma bola de neve. Se você deixar de pagar uma parcela, ela vira uma bola de neve, principalmente o custeio, o custeio é o que o pessoal mais reclama. Por exemplo, nós aqui em casa, nós pegamos o PRONAF A, agora em outubro que vamos pagar a primeira parcela, só a partir desta data que podemos fazer outro investimento na área do PRONAF, antes não pode. Igual por exemplo, eu tenho intenção de trabalhar com PRONAF mulher, mas eu, ainda é intenção depois que eu terminar o meu curso, não agora. Então eu acho que o PRONAF ele é bom, mas tem que ter muito cuidado, muito critério. E aí nessa hora que é a questão do projeto, se você fizer um projeto desajustado com a sua aptidão profissional e a sua aptidão de terra. Por exemplo, a sua terra não produz certa coisa e você acha que ela vai produzir, você faz um PRONAF em cima aí o trem não da certo, como que você vai pagar? E aí que, como diz o povo daqui, a vaca vai para o brejo com corda e tudo né? Sobra nem a corda (ENTREVISTADA 10).

Por meio deste relato observa-se as múltiplas formas de pagamento que podem ser escolhidas pelos camponeses ao pegarem o PRONAF e as consequências de cada uma delas, principalmente quando menciona que “se você também pega ele assim e não conseguir pagar, aí vira uma bola de neve”. A interlocutora cita este fato porque esta é uma situação à qual estão sujeitos e porque, provavelmente, já soube de casos assim, por serem comuns nos assentamentos.

Esta situação de acessar o PRONAF e não conseguir pagá-lo nas datas previstas é comum, porque o recurso recebido entra como parte da renda da família, o que faz com que

ele seja utilizado segundo a lógica camponesa³⁷, que se difere da lógica capitalista sob a qual estas linhas de financiamento são criadas (MARQUES, 2000).

Todas estas questões que foram abordadas em relação à fase de implementação do assentamento, como a criação da associação, a liberação de recursos para construção de casas, a elaboração de projetos para terem acesso ao PRONAF, são fatos novos para as famílias, tudo isto provoca mudanças e faz com que experienciem realidades antes desconhecidas e que agora são desafiadoras, sob diversos pontos de vista.

Isto traduz em parte a dimensão social do início de suas trajetórias enquanto famílias assentadas e as novas situações as quais estão submetidos neste novo espaço que estão vivendo e aos poucos construindo de forma coletiva e individual.

Estas novas possibilidades trazem riscos, mas também trazem sonhos e muita esperança às famílias, pois o fato de terem lutado e conseguido um pedaço de chão para trabalhar e viver com suas famílias é motivo de orgulho, a luta pela terra passou. Agora tem início outra luta, que é cotidiana, a luta para se estabelecerem e ficarem na terra.

3.1.2 A etapa de consolidação do P.A. Rio Claro: a apropriação camponesa do território

Em relação a esta etapa, Marques (2000, p. 107) descreve que ela abrange cerca de três anos e meio e “corresponde ao período de implantação do projeto técnico responsável pela estruturação do sistema produtivo do assentamento”. É difícil precisar o tempo cronológico em que se dá a passagem de uma fase à outra, no entanto, esta fase representa o período de fixação das famílias na terra, a (re)construção de seus modos de vida e a estruturação econômica/produziva dos sítios.

Nesse sentido, ao imprimir as suas novas vidas nesta terra conquistada, as famílias camponesas vão transformando este espaço, que antes servia ao latifúndio, em um território camponês produtivo, que alimenta não só os camponeses e suas famílias, como também ajuda a abastecer a mesa de muitas famílias que residem na cidade.

³⁷ Este assunto foi tratado no primeiro capítulo do trabalho, no entanto será mais aprofundado adiante.

A estruturação social das famílias pesquisadas e a terra

Como foi analisado no primeiro capítulo, a tríade terra-trabalho-família é indissociável no universo camponês e é com base nesta que, aos poucos, eles vão (re)construindo seu modo de vida na terra conquistada. O entendimento de como as famílias pesquisadas se caracterizam e se estruturam internamente é primordial para compreender como se dá a (re) significação de suas vidas e a apropriação da terra conquistada, que representa o espaço sob o qual suas trajetórias são estruturadas nesta fase.

As famílias pesquisadas trazem em si algumas especificidades em relação à composição dos membros da família, pois, diferentemente de quando moravam com seus pais, as famílias dos camponeses pesquisados são compostas atualmente, em sua maioria, apenas pelo casal (marido e mulher); há casos no assentamento em que os homens vivem solteiros e sem filhos, além de uma entrevistada que mora com três filhos jovens e não tem marido.

Isto quer dizer, que as famílias dos camponeses do P.A. Rio Claro não são constituídas essencialmente pela família conjugal³⁸, composta por todos os membros, como o casal e os filhos, tendo em vista que no assentamento como um todo residem aproximadamente 09 jovens.

Não há no assentamento casos de ascendentes, mas há dois casos de descendência, em que a mãe reside em um lote dividindo-o com um de seus filhos (que se casou recentemente) e ainda tem um filho e uma filha que possuem lotes no assentamento. Os filhos dos entrevistados, em sua maioria, trabalham e residem no município de Jataí e em outros municípios.

Ao analisar o motivo pelo qual os filhos não residem com seus pais na terra, percebe-se que isto está relacionado às fases iniciais das trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados, tendo em vista que, a maioria destes entrou no movimento de luta pela terra com idade avançada, entre os 40 e 50 anos de idade, sendo que a minoria já possuía mais de 30 anos³⁹, naquela ocasião.

Isto significa que, quando adentraram o movimento, vários de seus filhos já haviam se casado e se estabelecido com suas famílias em outros lugares. Por meio das trajetórias socioespaciais (re)contadas pelos entrevistados, nota-se que aqueles, cujos filhos residem no

³⁸ Termo utilizado por Tavares dos Santos para se referir à estrutura da família tradicional, composta por pai, mãe e filhos.

³⁹ Para obter esta aproximação da idade que entraram na luta pela terra diminuiu-se o ano do nascimento dos sujeitos do ano de 1996, em que o movimento teve início. Mas deve-se levar em consideração que alguns adentraram o movimento a partir do ano de 1996, o que elevaria ainda mais esta média de idade.

assentamento, são camponeses mais jovens, que tiveram seus filhos depois da entrada na luta pela terra ou pouco antes disto.

No entanto, há casos recentes de jovens que deixaram seus pais e foram morar na cidade, sendo a continuidade dos estudos o motivo alegado, mesmo sabendo que a escola rural próxima do assentamento oferece todos os níveis de ensino. Os pais pesquisados disseram enviar seus filhos para cidade para que tivessem um futuro escolar diferente dos seus, querem que os filhos não parem de estudar, fazendo questão de enviá-los a escolas urbanas.

Mas há, também, alguns jovens que estudam nesta escola rural próxima do assentamento, a Escola Municipal Romualda de Barros, localizada no povoado da Estância, distante a 42 km da cidade de Jataí e, aproximadamente, 20 km do assentamento Rio Claro, tendo transporte que os leva e traz diariamente.

Esta pesquisa não tem, enquanto objetivo, investigar a escolaridade das pessoas do assentamento, no entanto, por meio da coleta de dados, pode-se apreender que a maioria dos camponeses pesquisados tem baixa escolaridade.

Outro fator a ser analisado é como estes camponeses constituíram suas famílias, ou seja, como se conheceram e se casaram. Ao indagá-los sobre isso, há diferentes relatos dos encontros de suas trajetórias socioespaciais, no entanto, as duas falas que seguem representam de modo geral como se dava a união entre eles:

Eu conheci ele numa festa, na verdade nós conhecemos numa festa, foi, ele contou a vida dele para mim, eu contei a minha para ele, aí que ele falou para mim que ele estava nesse movimento né? Aí fiquei curiosa, quis conhecer lá, eles me levaram lá no barraco dele, aí eu gostei também e a gente gostou um do outro e fomos vivendo, aí logo casamos (ENTREVISTADA 3).

Ele morava no Chapadão do Sul e eu morava na cidade e trabalhava no hotel. E ele na roça. Aí ele vinha e ficava no hotel, aí meu menino foi arrumar o casamento, foi meu menino. Aí nós amigamos. Mas eu não gostava dele. Amigui porque ele chegou de supetão “olha eu vim te buscar para você morar comigo na fazenda. Para arranjar um serviço precisava de uma mulher” [risos]. Aí eu fui fazer, ah então vamos. Mas foi assim sem eu pensar, então vamos. Mas eu não gostava dele nem um pouquinho. [...] Nessa época eu trabalhava de empregada em um hotel, aí eu ganhava 50 reais por mês. Aí nós ficamos lá, meu menino já era casado tinha dois filhos, a minha menina já era casada, ela nunca criou não. Aí meu menino falou: “mãe a senhora arranja um marido! Mãe arranja um marido”. [...] Aí falou assim: “a senhora vai ficando doente mãe, aí a senhora não agüenta, arranja um marido” (ENTREVISTADA 12).

Estes relatos representam, de modo geral, como a união/casamento dos camponeses ocorreu, sendo que para a efetivação do matrimônio bastava que se conhecessem (às vezes

nem se conheciam como relatou a interlocutora acima) e se entendessem para “juntar”. O fato de como se davam estas uniões não é uma peculiaridade dos camponeses pesquisados, a união ou casamento no universo camponês é o meio essencial de reprodução de um modo de vida, em que, nem sempre, o amor assume o primeiro plano.

Thomas e Znaniecki ressaltam que, de modo geral,

[...] la norma del matrimonio no es el amor, sino el “respeto”, como relación que puede ser controlada y reforzada por la familia y corresponde también exactamente a la situación de la otra parte como miembro de un grupo y representativo de la dignidad de esse grupo. [...] O afeto no está incluido explícitamente en la norma del respeto, pero es deseable (1979, p. 19).

No segundo relato a interlocutora retrata bem esta situação em que se casa pelo fato de que, para arrumar o emprego em uma fazenda, o companheiro “precisava de uma mulher”, pois ela mesma menciona que não gostava dele, que não havia se casado por afeto, o casamento havia sido “arranjado” por seu filho.

Percebe-se que o casamento é fundado em uma lógica de valores tradicionais que integram uma ordem moral e ética da vida camponesa, pois o filho vendo a mãe solteira, arranjou o casamento para que ela não ficasse sozinha.

Thomas e Znaniecki (1979, p. 19) mencionam que nas famílias camponesas

la norma del respeto de la esposa hacia el esposo incluye la obediencia, la fidelidad, y el cuidado de la comodidad y la salud del esposo; la del respeto del esposo hacia la esposa incluye el buen trato, la fidelidad, y el impedir que la esposa trabaje por un salario si elle no es indispensable.

Não é difícil encontrar no universo camponês e nas trajetórias pesquisadas, relações de matrimônio vinculadas às de parentesco, onde nem sempre o relacionamento é baseado no amor, mas sim, privilegia-se o modo de dar continuidade à existência camponesa, em que a vida e a terra assumem o primeiro lugar.

Desse modo, a família camponesa é uma unidade complexa e repleta de hierarquias entre o casal e entre estes e os filhos, quando estes integram a família. As relações entre os membros da família são determinadas sempre pela organização interna familiar. Neste contexto, a autoridade paterna é algo inquestionável, pois passa pelo pai as condições necessárias para o provimento da família, sendo esta também uma característica geral do campesinato.

Shanin (1979) menciona que,

por regla general el jefe de la familia era el padre o el miembro más viejo de la familia. Su autoridad sobre otros miembros y sobre los asuntos familiares de acuerdo con la costumbre campesina implicaba derechos autocráticos y deberes amplios de cuidado y protección (p. 26).

O entendimento destes elementos sobre a constituição interna das famílias é indispensável pelo fato de que a constituição da relação dos camponeses com a terra e o trabalho depende desta estruturação que, por sua vez, influencia na organização produtiva dos sítios e na renda obtida para manutenção e recriação do modo de vida camponês.

A relação terra-família-trabalho no processo de recriação camponesa no P.A. Rio Claro

Tavares dos Santos (1978, p. 27) ao analisar os elementos da produção camponesa, aponta que esta discussão “deve-se iniciar pela observação do processo de trabalho: quem o move é a força de trabalho familiar”. Desta forma, o núcleo familiar é fundamental para a organização do trabalho, principalmente se levado em consideração que o trabalho é desenvolvido para a manutenção e a recriação da família.

De acordo com Chayanov (1974), o trabalho desenvolvido pela família camponesa está diretamente vinculado à satisfação das necessidades de consumo de seus membros, fazendo com que trabalhem em maior ou menor proporção para atingir um grau de estabilidade entre trabalho e consumo.

Nesse sentido, Chayanov (1974, p. 47) considera que “cualquiera sea el factor determinante de la organización de la unidad económica campesina que consideremos dominante [...] la mano de obra es el elemento técnicamente organizativo de cualquier proceso de producción”.

Como já apontado, no assentamento pesquisado, o núcleo das famílias se caracteriza em sua maioria por duas pessoas, ou seja, o casal. Das dez famílias pesquisadas, seis são compostas pelo casal, três⁴⁰ pelo casal mais filho(s) e um camponês que vivia sozinho⁴¹.

De acordo com Chayanov (1974, p. 55), para relacionar a família à quantidade de trabalho a ser desenvolvido é necessário considerá-la em suas diferentes fases. Quanto às famílias recém formadas ele menciona que “[...] en los primeros años, al ir creciendo, la

⁴⁰ Três famílias possuem filhos, no entanto apenas duas são consideradas no estudo, pois uma das famílias tem um filho que possui problemas de saúde e não auxilia nas atividades produtivas, portanto, não entra na divisão do trabalho familiar que ajudaria os pais.

⁴¹ A constituição das famílias é baseada no período em que se realizou a entrevista: agosto de 2010 e deve ser levado em consideração que, deste período em diante pode ter havido modificações nos núcleos familiares.

familia se va cargando de hijos que aún no pueden trabajar, y notamos um rápido aumento en la proporción de consumidores em relación con los trabajadores”.

Uma família que se encontra neste estágio vai exigir que o pai e a mãe trabalhem de forma acentuada para manterem a si mesmos e aos filhos, até que estes cresçam e comecem a participar da divisão interna do trabalho, o que, conseqüentemente, vai diminuir a carga de trabalho dos pais, que se dá de forma gradual “[...] porque cada año los hijos van tomando mayor parte en el trabajo” (CHAYANOV, 1974, p. 55).

Doas famílias pesquisadas possuem filhos que já participam com os pais nos trabalhos cotidianos. No trabalho de campo tivemos a oportunidade de observar a rotina destas famílias e como é feita a divisão do trabalho, ou seja, como se organizam diariamente, tanto em relação às atividades produtivas, quanto domésticas.

Cada um, ao amanhecer, já sabe previamente o que vai fazer, pois todos têm claras as tarefas que lhes pertencem. Como evidencia Tavares dos Santos (1978, p. 31) “os homens tem a responsabilidade de todas as tarefas produtivas, da direção do processo de trabalho e do contato com a cidade, aonde vão fazer ‘negócios’. O chefe de família é a maior autoridade da unidade produtiva camponesa”.

No caso pesquisado, o pai levanta por volta das seis horas da manhã e cuida da atividade que garante parte do sustento da família que, de modo geral, se refere a “tirar o leite” e entregá-lo ao leiteiro que vem buscá-lo. Como nas famílias pesquisadas o número de gado leiteiro é baixo, os pais fazem isto sozinhos, mas ensinam a seus filhos como fazer.

Vale ressaltar que isto se dá nas famílias em que o pai está presente, como no lote 06 em que a família é constituída por pais e filhos. No entanto, onde o pai não está presente, como no caso da família do lote 16, que a mãe reside apenas com os três filhos, há uma reorganização destas tarefas, pois o filho mais velho assume esta condição de “tirar o leite” e levá-lo até “o ponto” para ser apanhado pelo leiteiro e levado ao seu destino.

Ao perguntar como é dividido o trabalho nesta família que não possui o pai, a mãe responde da seguinte maneira: “ah, cada qual vê o que tem de fazer e cada qual vai fazendo, eu falo ó, quando um está desocupado, aí quando um está ocupado aqui aí eu falo: vai fazer esse outro aqui que o outro já está fazendo aquele ali. Aí um faz um e outro faz outro e vai” (ENTREVISTADA 1).

O trabalho é decidido desta maneira pelo fato de que, quando os filhos são incorporados no trabalho, passa a existir o que Chayanov (1974, p. 57) chama de “princípios de la cooperación compleja”, tornando a família camponesa um trabalhador coletivo, fazendo

com que as decisões sobre o que fazer, onde fazer e como fazer, sejam tomadas de modo coletivo ou como expressa Tavares dos Santos (1978) de forma grupal.

Este sentido de coletividade é presente o tempo todo na família e representa uma característica do campesinato de modo geral, pois nas falas, percebe-se que raramente utilizam a primeira pessoa do singular. Bombardi (2004) retrata este fato em seu trabalho dizendo que,

sempre, quando falam da vivência pessoal, principalmente com relação ao trabalho e ao correr do tempo, utilizam a primeira pessoa do plural, nunca 'eu', mas sempre nós, a família é um 'eu' (em alguns aspectos) coletivo. No seio do campesinato ela aparece como um trabalhador coletivo (p. 138).

O depoimento da entrevistada anterior evidencia, também, como a mulher assume a condição de chefe da família e reorganiza o trabalho com os filhos em função das diversas atividades a serem desenvolvidas, para o que, a participação de todos é indispensável. Em relação a isto, Tavares dos Santos (1978) diz que,

na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família [...].

Pergunto à entrevistada 1 o que ela faz, quais as tarefas que desempenha no sítio ao longo do dia e prontamente ela responde:

Eu cuido de tudo. Eu levanto, tempo da seca agora, eu levanto vou cuidar da horta, levanto de madrugada para mim aguar minhas hortas, minhas plantas, jardim [...]. Quando é tempo das águas, levanto cedo, só faço minha oração, pego minha enxada e vou para roça. Trabalhar. Até ali na hora do almoço, aí eu venho para fazer almoço. Quando eu estou fazendo almoço aí já eu ponho a água no tanquinho, vou pondo roupa, já vou lavando, termino tudo junto, num quieto não, é o dia inteirinho. Já estou com setenta e seis anos (ENTREVISTADA 1).

Um elemento a ser destacado, que não fica explícito no depoimento acima, é o fato de que, por não possuir filha mulher, a mãe, além de fazer tarefas que no universo camponês são desempenhadas pelo chefe da família, como "ir pra roça", carpir e plantar, ela ainda desempenhe as tarefas que são próprias do universo feminino, como cuidar da horta, do jardim, fazer almoço e lavar roupas.

Tavares dos Santos (1978, p. 32) ressalta que, “embora se prefira que as mulheres não executem tarefas pesadas, como lavrar a terra ou colocar postes, quando os braços masculinos não são suficientes abandona-se esse padrão de divisão sexual do trabalho e a mulher trabalha”.

No lote 06, segue-se a regra da divisão sexual do trabalho, própria do modo de vida camponês, principalmente pelo fato de que na família existem dois filhos, uma menina e um menino, o que faz com que a mãe levante, faça o café para família e vá cuidar da horta, do jardim, enquanto a filha organiza a casa. O filho geralmente acompanha o pai e cuida das criações que exigem trabalho mais pesado como carregar “lavagem” e dar aos porcos.

No entanto, a família que reside no lote 06, tinha no momento da pesquisa, um plantio de maracujá, o qual necessitava de cuidados regularmente, pois estava no período da seca (agosto) e era necessário regar toda plantação de três a quatro vezes na semana, sendo que, nestes dias, toda a família se unia para desempenhar esta tarefa.

Esta união para o trabalho se dava em função de que a água precisava ser levada até o local do plantio de maracujá, pois não havia sistema de irrigação:

Ah, aqui o dia que tem que molhar o maracujá junta todo mundo né, porque a água vem lá de baixo, da roda, então precisa pegar e molhar, aí vem todo mundo né, porque se não fica difícil, dá muito trabalho, aí quando dá de tardezinha, assim, cinco seis horas, aí vem e água tudo (ENTREVISTADA 13).

Tavares dos Santos (1978, p. 33) afirma, que “se a mulher participa das decisões, isso significa, também que participa tanto das tarefas domésticas como das tarefas produtivas. Sua jornada de trabalho se caracteriza pela junção dessas atividades”.

Em relação aos casais que não têm filhos morando no lote, a divisão do trabalho também se dá em função da divisão sexual do trabalho, pois o homem é responsável pelas atividades produtivas que provêm a família e as mulheres responsáveis pelos cuidados da casa, das criações e da horta que se encontram nas imediações da casa. O relato de uma interlocutora exemplifica isto: “não, geralmente cada qual tem sua luta, né? Aí não divide não, tem que fazer, pega e faz” (ENTREVISTADA 3).

Nesta fala percebe-se que, apesar da esposa dizer que não se dividem as tarefas, ela mesma menciona que cada qual tem sua luta, ou seja, ela menciona que cada um já sabe o que fazer e tem suas responsabilidades. Este casal que reside no Sítio Santo Antônio, relata como trabalham no lote:

Entrevistada 3: de manhã vou para escola fazer merenda depois, vou cuidar da casa e ajudar na horta.

Entrevistado 2: umas seis horas, né? [se refere à hora em que levanta]. Agora eu vou triturar cana, eu vou para minha horta, é isso aí. Tratar das minhas vacas, né? Quieta um pouco [depois do almoço], descansa e vou embora trabalhar de novo, aí chega! [relata que pára ao escurecer, pois não dá mais para enxergar].

Este casal não possui filhos, a esposa é concursada no Estado de Goiás e trabalha na escola rural estadual da estância, já o marido trabalha com hortaliça e faz feira na cidade de Jataí. No entanto, mesmo a esposa trabalhando “fora” ela tem suas responsabilidades, pois chega em casa, organiza a mesma e faz o almoço, seu marido trabalha na horta até por volta de uma hora da tarde e só depois vem almoçar.

Percebe-se a partir do exposto, que a organização do trabalho nestas famílias camponesas possuem especificidades que variam de uma a outra, principalmente em relação à composição familiar. As famílias formadas por casais e filhos têm o trabalho melhor distribuído entre seus membros, estabelecendo o equilíbrio entre consumidores-trabalhadores.

Em relação às famílias que não possuem filhos para cooperar na divisão do trabalho, nota-se um desequilíbrio na relação consumidores-trabalhadores, havendo uma sobrecarga de trabalho, pois cabe ao casal desenvolver todas as atividades produtivas e domésticas, sendo esta relação mais acentuada quando se trata de uma pessoa que vive sozinha no sítio, como é o caso do Entrevistado 7.

Entrevistado 7: a minha rotina aqui é mexer com vaca, bezerro, arrumar cerca, e sempre mexer com uma hortinha ou que seja uma lavourinha, a rotina de sempre. Eu levanto seis horas. Vou tirar leite.

Pesquisadora: e depois?

Entrevistado 7: agora nesse período, é preparar cana para ração e não tá sobrando outro tempo nesse período. Para fazer outra coisa. E vem fazer o almoço, eu descanso um pouco, continuo na lida das canas, para fazer ração.

Pesquisadora: e no outro período?

Entrevistado 7: aí é a época de plantar, aí esse período é um pouco mais favorável, pelo um lado. Não precisa você tratar das vacas. Você tirou o leite, solta para lá, vai para roça. A tarde eu, tô tirando leite duas vezes ao dia, tiro cedo e a tarde, não sei até quando. Tá me dando preguiça já, tô cansando. Então, sempre dessa maneira. Sempre arrumando cerca, quase tudo elétrica, mas sempre tem que estar corrigindo. Uma parte, outra, tem que estar corrigindo.

Nota-se que este camponês desempenha todas as atividades do lote sozinho, o que torna muito difícil atingir o equilíbrio entre trabalho e consumo, pois deve prover a casa,

organizar todo trabalho: tirar o leite, cuidar da horta, da lavoura e das tarefas domésticas, como lavar roupa e fazer comida.

Na época da seca, o trabalho é ainda mais acentuado, por ter que cortar cana e triturar para alimentar o gado, garantindo o leite e parte do seu sustento. Em sua fala, menciona que está “dando preguiça” de tirar o leite duas vezes ao dia, mas pela quantidade de trabalho desempenhado, nota-se que isto não é preguiça, e sim cansaço de uma rotina árdua deste camponês para manter o sítio e dele viver.

Tudo isto corrobora com a teoria de Chayanov (1974), quando este afirma que

la composición y el tamaño de la familia determinan íntegramente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina. De hecho, la composición familiar define ante todo los límites máximo y mínimo del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros en la familia (p. 47).

O fato já mencionado, de que os camponeses pesquisados já se encontram em uma faixa etária elevada é demonstrado no quadro abaixo e tem peso substancial na relação entre consumidores-trabalhadores, pois além de estarem sobrecarregados de trabalho em função da família ser pequena, não conseguem executar algumas atividades pela limitação ocasionada pelo processo de envelhecimento.

QUADRO 5 - FAIXA ETÁRIA DOS CAMPONESES ENTREVISTADOS

Faixa etária	30-45 anos	46-57 anos	61-70
Nº de pessoas	1	7	5

Fonte: dados organizados pela autora com base na pesquisa de campo (entrevista), 2010.

Como demonstrado no quadro 5, dos treze camponeses entrevistados, sete deles tem mais que 46 anos e cinco, mais de sessenta anos, ou seja, são pessoas idosas, o que restringe algumas capacidades físicas e fisiológicas, dificultando atividades como carpir, plantar, colher, tirar leite, o que pode ser uma complicação para manterem o sítio e permanecerem na terra.

Estes problemas e complicações constituem uma especificidade do assentamento pesquisado, demonstra a realidade destas famílias no atual processo de constituição de suas trajetórias na terra. Porém, não se sabe se isto pode ser generalizado a outros assentamentos na microrregião estudada e no país, pois para isto seria necessário pesquisá-los.

A partir disto, percebe-se ainda o quanto ter a família reduzida torna difícil o processo de socialização com o grupo do assentamento, pelo fato de que todo o tempo que dispõem é direcionado às atividades produtivas que garantem a sobrevivência da família e a manutenção do sítio.

No P.A. Rio Claro percebe-se que a ausência de jovens, que seriam os filhos dos camponeses, se configura em um problema que pode influenciar a permanência destes na terra e a sucessão destas famílias no assentamento, o que também merece ser investigado.

Cabe ressaltar em meio a estas questões que o movimento dinâmico de mudanças pelas quais passam a sociedade, influencia significativamente a vida destas famílias camponesas, o que contribui para que a busca do equilíbrio entre consumo-trabalho seja alterado, exigindo que as famílias camponesas trabalhem mais para satisfazerem novas necessidades de consumo impostas por tais mudanças.

Isto se dá, pelo fato de que, em períodos anteriores, as famílias camponesas viviam para produzir o necessário para suprir suas condições básicas de vestimentas, calçados, materiais de trabalho e alimentos, pois moravam em casas rústicas e se organizavam com base nos “mínimos vitais” e “mínimos sociais”, como mostra o estudo de Cândido (1979),

Nesse sentido, o trabalho despendido variava em função das condições necessárias para a subsistência camponesa, sendo que, se houvesse produtos excedentes, estes eram comercializados ou trocados nas cidades próximas por aqueles que não eram produzidos, como açúcar e sal.

No entanto, com o avanço e a reestruturação mundial das relações socioeconômicas capitalistas, instala-se no ideário social uma nova ordem de consumo, baseada em padrões ditos “modernos”, ocasionando mudanças profundas na sociedade, alterando a vida do camponês e a relação com os “mínimos vitais e sociais” (CÂNDIDO, 1979).

Nesta perspectiva, o camponês passa a depender em maior frequência de artigos industrializados e materiais produzidos nos centros urbanos; passa a ter contato com os bancos em função das linhas de crédito e programas que o beneficia e isto faz com que adote o ideário social vigente e passe a almejar este novo padrão de vida dito “moderno”, principalmente com a chegada da energia elétrica e a possibilidade de adquirir novos meios de trabalho e conforto.

Estas mudanças promovem alterações na vida do camponês e na relação consumidores-trabalhadores, tendo em vista que para atender as novas necessidades da família, dos consumidores, a carga de trabalho a ser desempenhada deverá ser maior, o que

está diretamente relacionado à mão-de-obra disponível, à composição do núcleo familiar e à idade dos membros da família, como se demonstrou ao longo deste trabalho.

Isto evidencia os problemas enfrentados pelas famílias pesquisadas em relação à situação em que vivem atualmente no assentamento; no entanto, no universo camponês estas condições objetivas como a terra/trabalho/família determinam outras relações de trabalho que podem complementar a mão-de-obra familiar, como o trabalho acessório e/ou assalariado.

Mas estas formas de trabalho complementar só são agregadas à mão-de-obra familiar caso não tenham ajuda mútua dos vizinhos, como o mutirão e a troca de dias, que representam relações típicas da cultura camponesa e se constituem em formas importantes no processo de recriação camponesa no mundo contemporâneo.

O mutirão acontece quando alguém da comunidade necessita de ajuda, seja por algum infortúnio em relação à saúde de algum membro da família ou pela urgência em fazer algumas atividades como colheita ou preparação de terras para plantio (TAVARES DOS SANTOS, 1978; CÂNDIDO, 1979). Já a troca de dias funciona segundo uma lógica própria, em que o pagamento pelo dia trabalhado é realizado mediante o recebimento de outro dia de trabalho para quem dispôs da ajuda.

Estes dois mecanismos fortalecem a solidariedade entre as famílias camponesas e são tidos como benefícios, por não precisarem efetuar gastos em dinheiro, o que contribui para reforçar a economia camponesa.

Ao rememorem suas trajetórias socioespaciais, os entrevistados contam que o mutirão e a troca de dias faziam parte de suas vidas, quando moravam com suas famílias “na roça”. Os relatos destes camponeses representam histórias em comum de quando eram crianças:

Eu lembro! Eles juntavam aquele pessoalzão, pegavam os cavalos e ía para todo mundo, nas fazendas, chegavam lá, pegavam numa roçona de arroz e as mulheres na panela, aí terminava o mutirão as festonas eram boas! Estavam feitas! (ENTREVISTADO 9).

Fazia, fazia. Principalmente na época de bater os pastos. De limpar os pastos. Olha, nós vamos fazer um mutirãozinho tal dia, aí ia todo mundo. [...] Na minha época só teve, que eu lembre só teve duas tração. No mais era tudo falado. Combinava e... [fazia] (ENTREVISTADO 7).

O mutirão era uma prática comum no tempo em que moravam com suas famílias e era feito, principalmente, quando havia um trabalho pesado, longo, para uma família

desempenhar sozinha. Como relatado, é comum que após o mutirão aquele que foi ajudado pelos vizinhos e amigos ofereça uma festa a todos, como retribuição.

O momento das festas era lembrado pelos entrevistados com alegria e representava um momento de socialização e estreitamento das relações de vizinhança e amizade entre as famílias, principalmente quando era feito sob a forma de “traição”⁴².

Estes relatos se referem ao período em que moravam com os pais, a primeira fase de suas trajetórias socioespaciais, mas estas lembranças ainda ressoam e estão presentes em suas vidas. Pelas entrevistas, percebe-se que até o momento houve poucos mutirões no assentamento, como demonstra a fala do casal que mora no sítio Santa Luzia:

Faz. Fazia. Nós mesmos quando tinha o barraquinho aqui , fez só para limpar o arroz nosso. Lá em cima, que foi da vez que estava chovendo bom né. Teve que limpar ele tudo de uma vez (ENTREVISTADO 11).

Aí ó o compadre A., nesse tempo ele que saiu ai ó [imita a voz dele] “aí ó compadre, nós vamos dar um jeito aí”, e ajeitou um, ajeitou outro, falou com um falou com outro, “comadre você faz o almoço?” , falei, faço. “quantas galinhas a senhora vai matar?”, eu falei, até cinco. Nesse tempo eu criava muita né. Aí eu matei três galinhas, eles fizeram, e comeram ai ó. O povo do assentamento veio tudo (ENTREVISTADA 12).

Um interlocutor relata que a última vez que se lembra de um mutirão no assentamento “já está com seis anos” (ENTREVISTADO 11) e, que depois disto, não há lembranças de mais algum mutirão realizado por este grupo. Outros interlocutores afirmam que não realizam mais tantos mutirões no assentamento e fornecem possíveis explicações para isto:

De primeiro aqui, é o tal negócio, é a união que parece que não está tendo mais, de primeiro juntava a turma aí, um arrocava lá, nós íamos a turma lá, fazíamos o serviço, vinha cá fazia o outro. Hoje em dia parece que o povo não vai fazer isso mais. Eu, toda vida eu falo, qualquer um, eu estou pronto! Só se for por causa de não der ir mesmo. Eu ajudo (ENTREVISTADO 8).

Não, aqui, eu acho que mutirão aqui, cada um faz para si. Teve uma comunitária aí, mas faz muito tempo né (ENTREVISTADA 1).

Quando o interlocutor menciona que “não está tendo mais” união, isto quer dizer que já houve momentos em que o grupo era mais unido, como na fala em que um deles menciona que houve mutirões há uns seis anos. Ao situar esta fala no contexto de suas trajetórias

⁴² A “traição” ocorre quando um camponês necessita de ajuda para realizar rapidamente uma determinada tarefa, mas não tem condições de retribuir com a festa ao final do trabalho, como de costume, fazendo com que os vizinhos ao perceberem esta situação organizem uma “surpresa” àquele que necessitava de ajuda, sem avisá-lo previamente (CÂNDIDO, 1979).

socioespaciais, este período coincide com o tempo anterior ao período em que foram assentados definitivamente no ano de 2006, ou seja, ele se refere ao período em que estavam acampados.

Marques (2004, p. 150) explica que isto ocorre porque “[...] no acampamento prevalece um movimento de identificação entre os companheiros de luta, apoiado num sentimento de cumplicidade que se origina da partilha das dificuldades do dia-a-dia [...]”, o que tende a mudar a partir do momento em que as famílias são assentadas, pois é normal o fato de que “o grupo vai se desmobilizando, com o passar do tempo: o trabalho no lote e o fato de agora estarem morando um longe do outro são fatores que contribuem para isso”.

Deste modo, a falta de união constatada no P.A. Rio Claro não representa uma situação singular, específica do grupo pesquisado e sim uma situação comum a todos os assentamentos recém constituídos, como o pesquisado, que só tem cinco anos de existência.

Marques (2004, p. 149) retrata que

durante a fase de assentamento, o interesse particular de cada família tende a ganhar maior importância em relação à comunidade do que no período de luta pela terra. Enquanto as identidades de sem-terra e acampado se reportam a uma comunidade de iguais, a identidade de assentado comporta a diferenciação social interna, de acordo com os atributos apresentados por cada produtor juntamente com a sua família.

Este fato pode explicar também a falta da troca de dias entre os camponeses, principalmente porque este tipo de relação passou por algumas reconfigurações, pois um dia de serviço não é mais pago com outro dia de serviço e sim em dinheiro, o que só será possível se a renda da família permitir este gasto. Por outro lado, o trabalho realizado em um dia para outro camponês, hoje, se configura em trabalho acessório para aquelas famílias que dispõem de mão-de-obra para servir os vizinhos.

No assentamento pesquisado, este tipo de trabalho acessório, para os vizinhos, se dá em poucas famílias, apenas entre três pesquisadas, que são aquelas que possuem o núcleo familiar composto pelo casal e filhos, pois conforme explica Tavares dos Santos (1978, p. 38) “[...] o trabalho acessório do camponês ocorre quando o número de membros da família é suficiente para a realização das tarefas da unidade produtiva, liberando um de seus membros para trabalhar ‘fora’”.

Quando existe a possibilidade do trabalho acessório, este se dá entre as famílias camponesas assentadas e raramente fora do assentamento, como explica uma interlocutora: “quando precisa, aqui no assentamento sempre um precisa para fazer um serviçinho, né? Mas

é só um pouquinho. Vai e volta [falando da liberação de seus filhos para estes trabalhos]” (ENTREVISTADA 1).

Uma destas três famílias é formada apenas pelo casal, mas relata que recorre ao trabalho acessório quando um de seus filhos vem para ajudar na propriedade, liberando assim o pai para este tipo de trabalho: “mas esses dias ele [seu filho] estava aqui comigo, eu peguei uns biquinhos fora aí, aí trouxe ele para trabalhar mais eu” (ENTREVISTADO 8).

Em relação a outros tipos de trabalho, como o assalariado, no assentamento, só há o relato de uma camponesa que se submete a esta condição, pois é servidora pública e trabalha em uma escola estadual. Entre os demais, esta situação inexistente, ou seja, não há o trabalho assalariado. Também é incomum a contratação de pessoas de fora do assentamento para trabalharem nos sítios pesquisados, tanto da forma de diarista, quanto de trabalhadores permanentes, só há relatos da contratação temporária por motivos de saúde, ou seja, em casos de extrema necessidade.

Um dos motivos pelos quais não há contratações de pessoas para trabalharem nos sítios e a saída para trabalharem de forma assalariada neste assentamento, está relacionada às condições financeiras das famílias pesquisadas, principalmente no que diz respeito à proporção da renda auferida pelas famílias camponesas.

3.2 O processo de trabalho e a renda camponesa no P.A. Rio Claro

É necessário ressaltar que as famílias camponesas do P.A. Rio Claro tendem, em primeiro lugar, a direcionar suas atividades produtivas em prol de um projeto de vida próprio, um projeto camponês, que visa “[...] sobretudo assegurar uma vida digna para toda a família por meio do trabalho autônomo em sua própria terra, o que, num primeiro momento, corresponde ao atendimento de necessidades básicas como casa e comida”, conforme explicado por Marques (2000, p. 166).

O trabalho desenvolvido para manutenção de suas necessidades básicas também envolve a compra de materiais diversos, que em sua maior parte adquirem a forma de mercadorias, como enxadas, bombas de combate utilizadas na lavoura, carrinho de mão, triturador, ou seja, todos os instrumentos úteis ao trabalho no sítio.

Eis aí uma generalização própria do campesinato e da especificidade do seu modo de vida, pois o camponês é um trabalhador e ao mesmo tempo dono dos meios de produção e,

além disto, detém o controle total deste, “[...] desde sua concepção, o planejamento e a execução” (BOMBARDI, 2004, p. 158).

No diálogo a seguir, um dos interlocutores corrobora esta afirmação ao demonstrar a autonomia que ele [dono do sítio] tem para tomar as decisões de quais atividades quer seguir:

Entrevistado 7: agora o planejamento, agora tem que fazer alguma coisa.

Pesquisadora: que planejamento?

Entrevistado 7: ah, eu não sei se eu vou voltar numa criação de porco, não sei se eu vou comprar uns bezerros para revender, estou olhando, estou só olhando ainda.

Como menciona Bombardi (2004, p. 150), o sítio e, pode-se acrescentar o assentamento, não é uma fração do território “neutra”, pois as famílias vão se apropriando deste espaço e imprimindo ali seus conhecimentos, elaborando assim sua própria unidade territorial, de diferentes maneiras, reafirmando o modo de vida camponês, sobretudo, por meio do trabalho.

O trabalho desenvolvido por estas famílias é prioritariamente humano, não é mecanizado, pois não possuem tratores individuais, nem colheitadeiras, enfim nenhuma família possui maquinário próprio para desenvolver o plantio nos sítios, no máximo, algumas possuem um triturador de cana, que as auxilia no trato do gado leiteiro.

Os interlocutores relatam que no assentamento há apenas um trator de uso coletivo e a falta de maquinários os deixam insatisfeitos:

nos falta um maquinário aqui, para quem quer mexer com horta, quem quer trabalhar. Maquinário, trator. O trator foi feito pelo S. M. [político que doou], pela prefeitura. Daí foi uma coisa muito boa, mas nós não temos uma niveladora boa, uma grade boa, e uma carreta, nós não temos. Muita coisa a gente precisa, muita coisa a gente quer plantar, mas você planta arroz, igual eu plantei o ano passado, plantei quase dois hectares de arroz para colher na mão, dá o maior trabalho do mundo! E, se não tiver um maquinário para colher, não adianta plantar! (SUJEITO 5).

O fato de não terem acesso ao maquinário apropriado para desenvolverem as atividades produtivas é uma queixa de várias famílias, pois impede a praticidade das atividades a partir da utilização das máquinas, tendo em vista que as máquinas agilizariam a produção nos sítios, que, atualmente, ocupa muito tempo para ser realizada manualmente e com pouca mão-de-obra.

Por outro lado, o fato de que são trabalhadores e ao mesmo tempo donos dos meios de produção é considerado uma vantagem para as famílias, principalmente por terem o

controle sobre todo processo de trabalho, o que lhes garante a autonomia de suas jornadas de trabalho em relação ao espaço e ao tempo, fator de muita importância para a recriação camponesa.

Nos sítios pesquisados, a diversificação das atividades produtivas traduz a autonomia em relação ao processo de trabalho, pois os sujeitos decidem quais culturas irão “formar”, quais serão privilegiadas para o consumo da família e como serão distribuídas espacialmente na formação do sítio.

Percebe-se, por meio das entrevistas e visitas a campo, que os alimentos básicos que compõem a alimentação das famílias, como arroz e feijão raramente são cultivados, segundo os entrevistados pelo fato de que, para eles, compensa comprá-los na cidade. Isto pode estar relacionado ao fato de que estas culturas exigem muita mão-de-obra. Nesse sentido, o maquinário apropriado, os ajudaria a compensar a falta de “braços” na família para o cultivo destes alimentos.

Mesmo assim houve relatos de dois camponeses que fizeram o plantio de arroz e feijão em seus sítios. Já as culturas como mandioca e milho estão presentes em todos eles. É comum também a presença de uma pequena horta próxima da casa, onde, geralmente, se planta alface, couve, cheiro verde, pimenta, abobrinha verde, abóbora Cabutiá, machiche, pepino, sempre para o consumo da família, mas que podem ser vendidos eventualmente.

A criação de galinhas para consumo próprio também é comum em todos os sítios, já a criação de porcos tem menor proporção, tanto para consumo próprio quanto para a comercialização. Identificou-se, também, o plantio de pomares pelos sítios, com diferentes espécies de frutas, demonstrando que a diversificação produtiva é significativa no assentamento, de modo geral.

Uma interlocutora demonstra isto por meio de sua fala:

Entrevistada 1: aí, planta muita coisa, tem de tudo aí plantado, fruta de tudo que é qualidade, mexerica de todas qualidades, laranja também, laranja ainda tem muitas boas, tem pêsego, tem até genipapo! Até genipapo tem! É, mexerica de toda qualidade, manga de toda qualidade, jaboticaba, tem acerola, tem pé de coco da Bahia, fruta tem muita. Tamarindo, caju, cajá, jaboticaba, tem lá na beira da represa. Ameixa tem também, abacate... Tem de tudo!

Pesquisadora: a senhora planta horta?

Entrevistada 1: planto horta. Tem verdura lá direto, tem verdura fresquinha. Planta alface, couve, cebola, alho todo ano, é rabanete, beterraba, é cenoura. Lá em cima planta milho, milho de pipoca, é café, que nós queremos formar um cafezal. Aqui no fundo do quintal tem aquele mundo de muda, nós vamos plantar acácia, muda de acácia, tem muita muda de acácia.

É interessante ressaltar a utilização das palavras utilizadas pelos camponeses como “fazer” e “formar” o sítio, pois estas palavras definem como se dá o processo de trabalho no interior da propriedade camponesa.

Bombardi (2004, p. 157) diz que a palavra “fazer” incorpora o sentido do trabalho que se faz na terra, que “[...] fazer é construir, é dar uma configuração previamente elaborada no plano abstrato e depois concretizá-la”. Já a palavra “formar” representa o sentido de formar o sítio, “[...] formar é dar forma, é modelar, é imprimir pelas mãos da família um trabalho previamente concebido”, o que, com o tempo vai transformando o assentamento em um território dominado pelos camponeses.

“Formar” o sítio é imprescindível para as famílias, pois é do sítio, da terra conquistada, que depende o sustento destas, mas para formar o sítio, plantar, comer, viver e se manterem na terra, é necessário dispor de “renda”, tanto para adquirir mercadorias para o plantio dos alimentos que vão à mesa, quanto das ferramentas que possibilitem o processo de trabalho.

Desse modo, as famílias camponesas têm que auferir renda para suprir todas as necessidades de consumo pessoais e produtivas. É possível auferir renda a partir do sítio porque estas famílias são donas da terra em que vivem, sendo a terra o meio de produção fundamental para a reprodução da unidade camponesa.

Oliveira (2007, p. 42) diz que, “em geral, o processo da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva”.

Nesse sentido, a satisfação de suas necessidades básicas de consumo, ou seja, o equilíbrio entre consumidores-trabalhadores é o limite para a produção camponesa no campo e não o lucro médio; por isto, no entender de Oliveira é mister distinguir a produção camponesa da produção capitalista. O autor afirma que,

na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula: $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois um movimento de vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, P. 40).

Este movimento de vender para comprar, ao qual Oliveira se refere, faz parte de uma lógica interna de reprodução do campesinato de modo geral e é esta lógica que rege a

reprodução das famílias camponesas no assentamento pesquisado. Por meio de suas falas é possível identificar isto:

Entrevistado 4: esse ano eu plantei só milho e esse trem que não cozinha aí [aponta para mandioca].

Pesquisadora: a mandioca e o milho o senhor plantou para vender?

Entrevistado 4: não. Para as vacas.

Pesquisadora: O senhor não vende nada aí?

Entrevistado 4: não! **Se vender depois tem que comprar uai** [risos].

Entrevistado 7: meu sonho é dar uma melhorada na casa, dar uma melhorada no gado e sempre plantar a rocinha da despesa. Para mim mesmo. **Mas sempre, sobra pouca coisa para investir em outra coisa.** Mas é investido, é lojas veterinárias, sal, ração, principalmente agora na seca, sobra pouca coisa. Agora durante as águas sobra mais.

Pesquisadora: e o que faz quando sobra mais?

Entrevistado 7: a gente guarda ele [dinheiro] e como é pouca coisa, quando da fé ele já desaparece e quase não dá para comprar nada.

Estas falas elucidam como é a dinâmica da produção e da integração no interior do sítio, demonstrando que se planta o milho e a mandioca para alimentar as vacas, assim como é comum no assentamento o plantio da cana, também para esta finalidade. As falas demonstram que a prioridade é auferir renda para investir nos sítios e não acumular dinheiro, lógica própria do capitalismo.

Paulino (2006, p. 197) diz que,

com efeito, uma das marcas da parcela do território dominado pelos camponeses é a combinação de diversas modalidades de emprego da força de trabalho familiar, sendo essa uma das explicações para sua sustentação. Nesse sentido, os critérios de diversificação não são aleatórios, mas definidos com base em uma análise criteriosa da conjuntura que os envolve. Distingue-se, nesse ponto, da lógica capitalista, por subordinar a avaliação do que é mais rentável não à situação de mercado, mas às próprias condições produtivas internas.

Isto fica explícito na fala do Entrevistado 7 quando diz que “sempre sobra pouca coisa para investir em outra coisa”, demonstrando que a lógica das relações camponesas se diferem das relações capitalistas, no entanto isto não quer dizer que o campesinato seja algo estranho ao capitalismo, este é sim fruto do seu desenvolvimento contraditório, que cria e recria relações não-capitalistas de produção.

Nesse sentido, Oliveira (2007, p. 11) ressalta que “[...] é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo intrínseco a esse desenvolvimento”.

A produção camponesa é considerada não-capitalista porque “para que a produção capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção” (OLIVEIRA, 2007, p. 11), por isto deve-se entender o campesinato como classe social que ele é⁴³, com todas suas especificidades, sendo a principal delas o fato de ser constituído por trabalhadores que são, ao mesmo tempo, donos dos meios de produção, sendo a terra o mais importante deles.

Para compreender a presença do campesinato nas sociedades capitalistas vigentes é preciso entender que se está diante de um novo processo na agricultura: “é o processo de sujeição da renda da terra ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” (OLIVEIRA, 2007, P. 12).

Esta sujeição só é possível quando as famílias camponesas são donas da terra em que vivem e trabalham, isto porque “na medida em que a propriedade privada da terra constitui um dos elementos da produção camponesa, resulta daí a possibilidade de haver a geração de uma renda da terra” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 49).

Esta renda da terra é gerada no processo de trabalho no sítio, em que a família camponesa emprega sua mão-de-obra em todo processo de produção, sendo que uma parte da renda supre suas necessidades básicas e o restante é produzido para comercialização sob a forma de produtos especializados.

No P.A. Rio Claro identifica-se vários produtos cultivados e extraídos para comercialização, pois só assim é possível auferir renda e continuar a (re)produção da família no sítio. No caso em questão, a atividade produtiva com maior incidência é a venda do leite, pois todos em alguma medida o comercializam, tendo em vista que a compra de vacas leiteiras foi o investimento inicial nos sítios quando “pegaram o PRONAF”.

No entanto, as dez famílias pesquisadas mencionam em seus relatos que o leite é uma atividade que possibilita auferir pouca renda:

vende o leite para o laticínio. O laticínio vem pegar aí. Lá da Perolândia. Agora você vê, está pagando cinquenta e quatro centavos o litro! Olha aí para você ver, o quê que dá? Não dá nada! Aí é o dinheiro da ração que vai, que fica lá também, é 400, 300, 400 [reais] todo mês de ração. E agora? E o sal? Três, quatro sacos, ainda mais no tempo da seca, né? Não dá! (ENTREVISTADA 12).

⁴³ Oliveira (2004, p. 35) diz que alguns autores se esquecem de que o próprio Marx em “O Capital” admitia três grandes classes na sociedade capitalista: ‘os **proprietários de mera força de trabalho**, os **proprietários de capital** e os **proprietários da terra**, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária’.

nós tiramos leite só para dizer que tiramos, porque tem que tratar das vacas, tem que tirar o leite das vacas, não tem jeito, mas não está dando renda, né? E a época que podia ganhar dinheiro [inaudível] outra coisa, você tem que comprar ração e o sal tudo, o remédio para o gado tudo é caro, o leite não dá para comprar os trem... não está dando nem para comprar o conforto para as vacas! (ENTREVISTADO 2).

Paulino (2006, p. 110), ao fazer a análise da sujeição da renda da terra camponesa ao capital, menciona que

[...] a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. [...] Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nela contido.

Oliveira (2007, p. 40) menciona que isto ocorre pelo fato de que,

na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropriou-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital.

A produção camponesa, não é capitalista, à medida que a produção do capital em si não é capitalista e, só se torna, quando o dinheiro e a riqueza são agregados ao processo e promovem a reprodução capitalista do capital, tida como reprodução ampliada, baseada na exploração direta dos trabalhadores, sob a forma do assalariamento, que gera trabalho social não pago aos trabalhadores, permitindo a acumulação ao dono dos meios de produção.

Os camponeses não são trabalhadores assalariados, mas na medida em que inserem o seu produto no mercado, nele está embutida a sua força de trabalho empregada no momento da produção destas mercadorias, ocorrendo aí a cessão gratuita de seu trabalho ao capital, principalmente por meio da venda de produtos que correspondem à alimentação básica.

É importante ressaltar que a renda camponesa também é apropriada pelo capital industrial, à medida em que “aí é o dinheiro da ração que vai, que fica lá também, é 400, 300, 400 [reais] todo mês de ração. E agora? E o sal? Três, quatro sacos” e porque necessitam comprar insumos, adubo, instrumentos de trabalho, etc.

A este respeito Bombardi (2004, p. 253) conclui que

a renda da terra camponesa é ‘sugada’ nas duas pontas do processo de trabalho: a primeira delas é através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens, e a segunda ponta é aquela das formas de comercialização. Na primeira etapa a renda da terra camponesa é apropriada pelo capital industrial. E, na segunda, pelo capital comercial.

Paulino (2006, p. 35) complementa este raciocínio e explica que,

[...] o excedente de renda gerado é passível de ser apropriado pelo capital sob duas formas: direta, ao ocorrer a intermediação entre os produtores e os consumidores finais num circuito que passa pelo rebaixamento do preço inicial do produto à sua supervalorização nas etapas subsequentes; indireta, ao serem despendidos menos recursos com o pagamento de salários, visto que a reprodução da força de trabalho tem o custo reduzido quando parte dos alimentos é produzida sem que a remuneração dos produtores seja mediada pela extração do lucro médio.

Os relatos anteriores são exemplos deste processo, pois as famílias camponesas têm que comprar as mercadorias necessárias para “alimentar e tratar do gado” e, posteriormente, mencionam que entregam o leite para um laticínio que “está pagando cinquenta e quatro centavos o litro”, pois não entregam diretamente ao laticínio, entregam a intermediadores, que depois entregam ao laticínio.

Isto ocorre porque as famílias não dispõem de resfriador no assentamento, que os permitiria reunir todo o leite e eles mesmos entregarem-no ao laticínio. Aqui percebe-se que a falta de união, citada pelos interlocutores, própria deste período que foram assentados, aponta a desarticulação para comprarem este equipamento necessário.

Mesmo nestas condições, o leite é a fonte de renda principal de oito das dez famílias pesquisadas e reflete a realidade do assentamento pesquisado. As famílias também produzem frutas e verduras para serem vendidas no comércio local.

Um dos entrevistados é produtor de hortaliças, de onde extrai a maior parte da renda para manter a família: “é mas nós vivemos mais com o dinheiro da horta [...]. Faço [feira] no domingo e agora tem a lavoura do, como que é? Do... A feira do agricultor familiar. Só a de domingo e essa” (ENTREVISTADO 2).

Outro interlocutor faz o plantio específico do maracujá e, ao ser questionado como vende seu produto, ele responde: “entreguei muito na merenda, pela DAP, pena que foi pouco, rapidinho eu fechei a minha. Pena que não podia mais” (ENTREVISTADO 8).

A DAP a que o interlocutor se refere é a Declaração de Aptidão ao PRONAF, que funciona como uma identidade comercial das famílias para participarem de diferentes Políticas Públicas. Ela está vinculada ao PRONAF, isto quer dizer que se as famílias camponesas estiverem inadimplentes ou irregulares com o PRONAF, não têm acesso a tais políticas e que qualquer irregularidade ou pendência em relação ao PRONAF extingue a possibilidade de participarem destas.

Outra questão que deve ser ressaltada é o fato de que, se as famílias pagarem o PRONAF adiantado e quitarem suas dívidas de forma antecipada, não se inserindo em outra

linha do PRONAF, estas deixam de ter acesso a DAP, ou seja, não podem mais comercializar suas mercadorias neste programa, o que de certa forma funciona como um mecanismo governamental de integrar os camponeses ao sistema capitalista, baseando-se na reforma agrária clássica, pressionando os camponeses assentados.

No P.A Rio Claro a DAP favorece a participação em um projeto elaborado pelo MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e prefeituras municipais, denominado de PAA – Programa de Aquisição de Alimentos⁴⁴, como explica uma interlocutora:

A Conab que é a gestora, né? Vamos falar assim, que a Conab é a gestora. Só que dessas várias modalidades existe uma modalidade que a gente chama compra direta local da agricultura familiar, essa modalidade é gerida pela prefeitura, a prefeitura que recebe os recursos, que toma conta, a prefeitura que paga o agricultor familiar que entregou o produto. Então o que acontece, o MDS manda o dinheiro para a prefeitura, a prefeitura compra do agricultor e doa para as entidades sociais que tem lá na cidade, por exemplo, para a creche, para o asilo, para as escolas, via assistência social. Tem que ter um conselho, né funcionando, tem que ter tudo certinho, para isso dar certo. A entidade tem que ter CNPJ, tem que ter uma entidade para formalizar, para qual vai receber a que recebe a doação e aí tem um termo, que é um documento de recebimento do produto e esse termo de recebimento, a entidade recebedora, ela dá ali tipo um comprovante né, um documento que atesta a qualidade do produto. Então por exemplo, você é dona lá do lar do idoso, você está lá, você é gestora lá, aí você recebe lá abobrinha, aí se você pegou a abobrinha, aí se você pegou a abobrinha, ela está estragada a mandioca está com cara de que não cozinha, o jiló, o quiabo está duro, você olhou no produto, você achou que ele não está boa qualidade, você não aceita o termo, você não assina o termo de aceitabilidade. Porque se você assinar, você recebeu, se você recebeu, aí você já recebeu, então o interessante que o agricultor seja fiscalizado, o produto dele seja de qualidade, que ele tem que ter responsabilidade com o que está fazendo, assim como quem está entregando o produto. Por exemplo, a prefeitura ela tem que comprar direitinho tudo dentro das normas, tem prestação de contas mensal, prestação trimestral, porque aí presta conta do recurso e presta conta do que vem do agricultor, do que vai para as entidades tem que fazer um cruzamento de dados, tem que dar certo (ENTREVISTADA 10).

Todas as famílias entrevistadas entregam seus produtos, comumente sob a forma de hortaliças, neste projeto. Atualmente a DAP permite que as famílias camponesas entreguem o total de quatro mil e quinhentos reais em produtos (só é possível obter uma DAP por família).

Este mecanismo governamental é uma forma de pressionar as famílias a estarem integradas ao PRONAF pelo fato de que, neste assentamento especificamente, esta é a principal via de escoação da produção camponesa e representa uma fonte de renda segura.

⁴⁴ Sobre este programa Aly Junior (2005, p. 186) menciona que “o governo Lula, através do Fome Zero, criou o Programa de Compras da Agricultura Familiar, produto da parceria entre os Ministérios de Desenvolvimento Social (MDS), MDA, Agricultura (MAPA). Este programa é operado pela Companhia Nacional Abastecimento (Conab), que antecipa o pagamento da produção a ser saldada com a entrega da safra e também adquire produtos dos assentados, agricultores familiares e quilombolas destinados ao abastecimento de programas de segurança alimentar”.

Isto adquire importância diante da necessidade de garantir a renda. Porém, este projeto funciona por ciclos semestrais, em um semestre os agricultores entregam os produtos e recebem por eles, no outro semestre não se faz entregas, pois é utilizado pela prefeitura para fazer a prestação de contas ao MDS e se reorganizar.

O Estado é um componente fundamental no processo da reprodução camponesa, pois atua enquanto agente promotor de Políticas Públicas e projetos que contemplem os camponeses e/ou agricultores familiares e/ou pequenos produtores. No entanto, poderia atuar de forma mais incisiva quanto à distribuição dos recursos públicos para a agricultura, que não tem privilegiado os camponeses, tanto quanto os latifundiários.

Carmo (2005, p. 229) diz que

para se olhar o rural, com as suas especificidades, e integrar as comunidades brasileiras num processo de fortalecimento do local, é necessário ainda uma revitalização do campo para além do projeto modernizador das elites. É preciso pensar num revigoramento do meio rural, para além dos desígnios tecnológicos pressupostos do desenvolvimento rural enquanto “milhões de toneladas de grãos”.

Para termos uma noção de como os recursos públicos destinados à agricultura são distribuídos de forma desigual entre os camponeses e latifundiários, basta analisar a quantidade de linhas de financiamento e crédito acessíveis a uma parcela e outra nos bancos conveniados com o Estado, como no caso do Banco do Brasil na Microrregião Sudoeste de Goiás, uma das grandes produtoras de commodities do país.

Paulino (2006, p. 273) analisa que “embora a face mais perceptível da intervenção do Estado no campo seja a política de crédito e de preços mínimos dos produtos agrícolas (ou a ausência dela), a interferência das políticas públicas no processo de recriação camponesa é por demais significativa”, pois tem papel decisivo na constituição dos assentamentos, por exemplo. Por isso o Estado deveria atuar de forma mais justa em relação aos programas e políticas que beneficiem o campesinato.

A fala de uma interlocutora expressa o quanto a atuação do Estado interfere na vida destas famílias camponesas nesta fase de suas trajetórias como assentadas:

então é muito interessante, eu achei extremamente interessante, foi gratificante para mim, muito mais gratificante quando eu vi assim os meu companheiros, eu falo assim, o meu povo, eles pegando e recebendo o seu primeiro dinheirinho daquele que era um dinheiro que ele não tinha. Então a pessoa, não tinha aquela expectativa de ter aquele dinheiro, ele só tinha expectativa de vender ovo, vender leite, alguma coisa assim, mas tinha que sair na rua, bater de porta em porta. Aí de repente um mercado garantido ali, claro que não era assim em uma grande escala né? Quando começou, começou com três mil e quinhentos, então eu poderia vender três mil e quinhentos por ano, cada agricultor era assim por ano. Aí a pessoa tinha essa

expectativa né, então muito interessante, muito mesmo [se refere ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos] (ENTREVISTADA 10).

No entanto, o PAA é um dos únicos programas acessíveis às famílias pesquisadas, e isto quer dizer que o Estado poderia atuar de forma incisiva na melhoria das condições de venda dos produtos camponeses, implementando uma política de preços mínimos e ampliando a fatia dos recursos destinados à agricultura camponesa, que tem sido relegada ante os recursos despendidos ao agronegócio.

Aly Junior (2005, p. 177) ressalta que “esta ação de inclusão traz como resultado a possibilidade de acesso a cidadania para um contingente significativo de trabalhadores que têm poucas chances de obter uma inserção produtiva na sociedade urbana moderna”.

Esta falta de atenção do Estado às famílias camponesas assentadas reflete em suas vidas de maneira contundente, principalmente na falta de apoio depois que estão assentados na terra, o que provoca várias queixas, como um interlocutor relata a seguir:

nós precisamos de uma ajuda do INCRA, de quem que fosse, ao menos de uma colheadeira, colheadeira pequena, uma ajuda para comprar uma colheadeira, mesmo uma pequena, tem muita colheadeira pequena aí, compra ela, não precisa de uma colheadeira grandona. Para nós aqui uma colheadeira pequena quebrava um galho, para colher arroz, colher milho, esses trem, é tudo trem que precisava né? Agora sem maquinário não tem jeito de trabalhar, né? Os pastos aí, não tem condições de formar os pastos direito. Só trem fica aí seco, vaca comendo aí até dar o final e não sai, o capim não sai, porque não tem força. Porque não tem ajuda! Dinheiro para gente comprar, calcário, nós não tem! Tinha que ter uma ajuda do INCRA para isso, quem que fosse. Nós não temos uma ajuda. Precisa de poço artesiano aqui, já fizemos um punhado de ofício, manda pra aqui, manda pra li, nunca resolve e agora tem o eixão, nós temos que dar uma reformada nele também. Já fizemos ofício pedindo muitas coisas e nada sai! Dinheiro é um trem difícil de mais para a gente aqui. Tinha que ter uma ajuda do governo, para os assentados trabalhar. **Ganhar terra é bom, mas se não tiver condições de trabalhar não adianta!** Não adianta ter a terra, ter a terra e aí chegar aqui plantar uns pés de mandioca, fica a mesma coisa, as vezes pior. Tem que ter uma ajuda as vezes para começar a trabalhar e aí aumentar sua renda, agora fica aí dez anos aí, a renda é a mesma coisa! Uma só, uma só, uma só. Nunca aumenta nada né? Tinha que aumentar todo ano, se apura dez mil reais hoje, ano que vem tinha que apurar vinte. Que aí você via o lucro, mas aqui não ta tendo esse lucro. Aqui tem, faz é gastar de mais, se tem umas vaquinhas igual eu tenho aí, se eu for comprar ração para elas, dá dez litros de leite cada uma, no fim do mês o dinheiro do leite não dá para pagar a ração. O leite não tem preço, nessa época o leite só vai baixando. Que jeito que você faz com um trem desses? E a ração só encarece. Remédio, você vai comprar, aqui, esses dois vidros aqui, vinte e oito reais. O trem não é fácil. Tem que ter uma renda boa para você tocar um movimentinho da sua terra. Passa até fome. Passa até fome se deixar por conta, se não tiver uma ajuda de fora, ta difícil isso aqui! (ENTREVISTADO 5).

Aly Junior (2005), ao criticar a política de reforma agrária vigente no país, diz que os assentamentos não são uma ação resolutiva ou um ponto de chegada, representam sim uma ação legal do Estado que gera outros confrontos, como a pressão por crédito, estradas, luz,

àgua, escolas, transporte, assistência técnica, entre outros fatores. O Entrevistado 5, que participa ativamente da associação do assentamento e é atual presidente, faz um relato que demonstra o descaso do Estado depois que os assentaram:

Tinha que colocar a placa também lá na entrada, aí eu pelejei, pelejei, essa placa era para vir desde quando eu comandava aí, mas aí era para vir lá do INCRA, mas eles ficam enrolando, e não vem. Agora que eu estou aí de novo, vou falar, vou lutar com o INCRA para vir de novo, é muito importante. Tem gente que vem para cá e vai parar lá na Perolândia. Gente do INCRA mesmo! Esse povo do INCRA veio aí esses dias, a S. lá da Fetaeg, veio, veio aí até no meio da estrada aí e voltou para traz! Aí perdeu aí, não deu conta de chegar aqui. Essa placa tem que vir, essa placa esta feita lá no INCRA, só que ela é grande, grandona né? Tem que trazer de caminhão e são duas placas, três placas que eu quero e até hoje esse povo não enviou essas placas para mim e agora eu vou cobrar essas placas da M. agora (ENTREVISTADO 5).

Outra fala de uma interlocutora também demonstra esta situação:

[...] mas aqui no assentamento, está precisando muito aqui no assentamento os eixão, fazer as estradas boas né? A estrada está esburacada e eu aqui também é arrumar minha estrada, queria minha estrada aqui arrumada também, por que meus meninos estudam né? Agora que eles pararam de estudar, mas eu tenho fé em deus que eles vão querer continuar!

Aly Junior (2005, p. 181) afirma que “ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo e o desempenho do assentamento retrata o desempenho da ação do Estado”. Porém, o que é perceptível é que o Estado não possui uma política efetiva que prevê o acompanhamento às famílias assentadas, políticas a médio e longo prazo que favoreçam o êxito dos assentamentos, o que é um tanto quanto desanimador para as famílias, que se vêem desamparadas.

Ao implementar os assentamentos o Estado age com a intenção de integrar os camponeses no mercado, esperando que estes se tornem pequenos proprietários capitalistas e, na maioria das vezes, elabora programas com lógicas contraditórias ao modo de vida e produção camponesa, o que provoca desencontros entre as metas a serem atingidas e aquelas realmente alcançadas, como ocorre com o PRONAF, por exemplo.

O PRONAF possui diferentes linhas de crédito a serem acessadas pelas famílias camponesas, que vão desde a linha “A” até a linha “E”. A linha “A” é a primeira que pode ser acessada, no valor de dezoito mil reais, sendo que ao pagar esta linha estão aptas a acessarem a próxima linha: “B”, que possui valor mais alto e, assim, sucessivamente, até chegar à Linha “E”, no valor de cem mil reais.

No entanto, a lógica da reprodução camponesa transcende este aspecto meramente mercadológico, que visa cada vez mais ao lucro e à acumulação de capital, principalmente pelo fato de que as famílias camponesas ao satisfazerem suas necessidades de consumo tendem a não trabalharem mais do que o necessário, pois buscam o equilíbrio entre consumo-trabalho na família (CHAYANOV, 1974).

Paulino (2006, p. 285) afirma que “trata-se de uma resposta simples para um problema complexo: o encontro de duas lógicas contraditórias. Dentro do paradigma tecnicista, a tônica é o mercado, cuja fruição das supostas benesses se daria através da eficiência em produzir mercadorias”.

De acordo com esta autora acima, estes programas são contraditórios, pois refletem a história daqueles que os idealizam e os instituem, não levando em consideração a lógica do modo de vida e produção camponesa, o que reflete, por exemplo, no local onde os assentamentos são constituídos, e desconsideram dificuldades enfrentadas pelas famílias camponesas, como a distância da cidade, lugares de difícil acesso, o que implica ainda na dificuldade de escoar a produção.

No caso pesquisado, o P.A Rio Claro foi criado a cinquenta quilômetros da cidade de Jataí, no centro da fazenda em que a terra foi desapropriada, em meio a um vasto território dominado pelo capital e que serve ao agronegócio em função da produção em larga escala de grãos, principalmente da soja, o que acarreta uma série de problemas às famílias assentadas.

Os problemas enfrentados pelas famílias são de diversas ordens, que vão desde questões ambientais a questões econômicas.

Os ambientais dizem respeito, principalmente, à contaminação das nascentes de água e rios que passam pelo assentamento, pela exposição aos agrotóxicos, que são lançados no ar com aeroplanos e podem ser levados também pelas chuvas, para os rios e lençóis freáticos, contaminando a água utilizada no assentamento, tanto para o plantio, quanto consumo doméstico.

Outro problema em relação à localização do assentamento é que, quando as famílias camponesas não plantam milho híbrido e decidem plantar o milho crioulo, por exemplo, sofrem com muitos problemas, como pragas e insetos que invadem suas plantações vindos das plantações comerciais vizinhas.

Em relação à distância do assentamento até a cidade, esta interfere de modo significativo no processo de comercialização e obtenção da renda da terra, pois, quanto mais distante da cidade, mais as famílias dispendem recursos ou deixam de comercializar alguns produtos. Isto tem influência direta nas questões econômicas das famílias.

Esta distância da cidade dificulta, ainda, o acesso das famílias assentadas a hospitais e, conseqüentemente, a todas as questões pertinentes a saúde, pois no assentamento não há posto médico e o hospital mais próximo se encontra na cidade de Jataí e também não há a assistência de agentes comunitários de saúde que visitam o assentamento com a devida frequência. Isto é grave se levarmos em consideração que são poucas famílias que possuem meios de transporte, o que em casos de emergência pode ser fatal.

O fato de que muitas famílias não possuem meios de transporte é significativo, pois dificulta a ida à cidade, já que se encontram a uma distância de cinquenta quilômetros da mesma. Isto interfere, diretamente, no processo de comercialização dos seus produtos, comprometendo a renda destas famílias.

A participação nas feiras municipais, por exemplo, que seria o momento de comercialização dos produtos, como leite, ovos, galinha, hortaliças, se torna inviável para muitos, pelo fato de não possuírem um meio de locomoção que possibilitaria transportar seus produtos. Um dos interlocutores relata que,

muitas vezes quando não tem o projeto, fica difícil de você enquadrar [seus produtos], você não tem lugar de enquadrar aquela coisa, e também você não tem transporte. Pega mais o transporte. Agora levantou aí uma feira da agricultura familiar, hoje é dia, e hoje nós não vamos. Eu fiz uma parceria numas três viagens, com o N. e o genro do P. Nós fizemos isso aí, foi, duas viagens deu certo (ENTREVISTADO 7).

Este entrevistado não possui carro e menciona que agora tem uma nova possibilidade de comercializar seus produtos numa feira local, mas de acordo com ele, “pega mais o transporte”, “pega” no sentido que dificulta sua participação. Este entrevistado relata que fez uma parceria com outro camponês que possui carro, mas que a parceria não deu tão certo, tendo em vista que nem sempre o outro participava da feira, o que acabou por inviabilizar também a sua ida.

3.3 Os meios de sociabilização entre os camponeses do P.A Rio Claro

Nesta etapa de suas trajetórias, a sociabilização é algo fundamental no processo de recriação camponesa e no reestabelecimento de antigas relações sociais, econômicas e

políticas, fundamentais nesta fase de consolidação na terra conquistada, que representa também o redimensionamento deste espaço do assentamento em um território camponês.

Esta sociabilização ocorre, na maioria das vezes, nas reuniões da associação realizadas na sede do assentamento ou nos momentos quando há visitas de pessoas externas ao assentamento, como uma das interlocutoras retrata: “teve a festa aí da pamonha, você mesmo lembra né? Teve a outra aí quando vem o povo lá do INCRA, então reúne todo mundo lá na sede, cada um dá uma coisa, faz aquele almoço” (ENTREVISTADA 12).

Por meio dos relatos, não se obteve registros de festas ou almoço coletivo organizados pelo grupo e para o grupo, ocorrendo apenas quando se tratava da presença de pessoas externas ao assentamento, demonstrando que a falta do sentido de coletividade no grupo ainda permanece, o que pode estar relacionado ao pouco tempo em que convivem enquanto famílias assentadas da reforma agrária e a outros fatores destacados anteriormente.

Em relação à religiosidade, os camponeses relatam que no tempo em que eram crianças havia várias festas em função de suas crenças:

festa tinha todo ano assim, uma, em setembro, janeiro e junho. Tinha essas três festas. Lá [Bahia, Barreiras] tinha uma tradição. Mês de junho era festa de Santo Reis. Folia de Santo Reis. Mas era bom! Saia andando igual essa aí. E no mês de janeiro, tinha folia também, festa de São Sebastião. Aí mês de junho tinha também (ENTREVISTADO 7).

A religiosidade é algo fundamental na vida dos camponeses e faz parte do universo simbólico e cultural dos seus modos de vida (BOMBARDI, 2004; CÂNDIDO, 1979; MOURA, 1988), o que pode ser percebido na fala do interlocutor acima, pois todas as festas as quais rememora, na primeira fase de sua trajetória socioespacial, eram de cunho religioso.

No entanto, no assentamento, percebe-se que a falta de um local apropriado para se reunirem, como uma capela ou uma igreja, é algo que contribui para que as famílias não tenham tantos momentos de socialização, aliado ao fato de que não existem momentos destinados a esta finalidade do encontro para a “reza”, pois no assentamento não há, frequentemente, a visita de padres e pastores.

Um dos interlocutores faz o seguinte reclame sobre a vida enquanto assentado: “você não quieta, você não tem lazer, então a minha maior preocupação aqui, a maior contrariedade é o tempo de lazer que não tem” (ENTREVISTADO 7).

Outro fator que interfere e influencia o nível de sociabilização entre os camponeses é que não existe, no assentamento, um local específico para que estes se reúnam para praticar atividades, como por exemplo, jogar futebol, que é um momento propício a uma convivência

entre o grupo, aos homens por jogar e às mulheres por acompanhá-los, pois como menciona Paulino (2010), o campo de futebol é um ponto primordial do lazer nas comunidades rurais.

Tudo isto quer dizer que no assentamento em questão, até o momento da pesquisa, não existem lugares que privilegiem o estreitamento das relações sociais entre as famílias, relações estas que dão sustentação à vida camponesa, o que contribui, dentre outros fatores, para que impere entre o grupo certo individualismo e desunião que, talvez, poderia ser superada se houvessem locais privilegiados a estas formas de sociabilização entre o grupo.

Ao longo da análise desenvolvida neste capítulo, demonstrou-se como se dá a vida das famílias pesquisadas nesta fase de suas trajetórias socioespaciais em que se encontram assentadas, fase esta que fecha um ciclo em suas vidas, tendo em vista que agora retornaram à terra e, o que é mais importante, enquanto “donos” desta, tornando possível a recriação dos seus modos de vida, mesmo que de forma diferente daquele em que viveram com seus pais outrora.

A partir do momento em que as famílias são assentadas, estas passam a imprimir suas marcas neste território, que antes era dominado pelo latifúndio e que nada produzia e que agora provê o sustento de várias famílias e as possibilita ter uma vida digna.

Isto é por demais significativo, pois demonstra que a via da luta pela terra é legítima, na medida em que proporciona aos camponeses meios de retornarem à terra e se reproduzirem enquanto classe e que, mesmo em meio às sociedades capitalistas contemporâneas, continuam a existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória socioespacial dos camponeses pesquisados tem início em um contexto social marcado por relações tradicionais que permeavam o campo brasileiro, relações que acompanhavam um movimento geral daquele período histórico, anterior a década de 1940.

Naquela ocasião inicial de suas trajetórias, dez, dos dezenove sujeitos pesquisados, moravam com seus pais em terras próprias, ou seja, eram “donos” das terras. No entanto, percebeu-se que seus pais obtiveram acesso à terra não pela compra, mas pelo meio da sucessão entre herdeiros familiares.

Dos nove demais, seis relataram que viveram em terras alheias, sob a condição de agregados/meeiros; dois afirmam que seus pais eram arrendatários; e um que sua família vivia sob a condição de posseiro.

Em relação aos camponeses cujos pais eram “donos” das terras, constatou-se que pelo fato de estas serem pequenas e as famílias numerosas, não havia condições de trabalho para todos na terra, não satisfazendo assim, as necessidades básicas de consumo de todos os membros da família, o que provocou um desequilíbrio na relação consumidores-trabalhadores, estabelecida por Chayanov (1974) e fez com que os camponeses tivessem que emigrar.

Quanto aos camponeses cujos pais não eram “donos” da terra, verificou-se que estes também tiveram que emigrar, no entanto, emigraram em função das mudanças sociais ocorridas no setor agrícola após a década de 1940, que afetaram diretamente a permanência dos camponeses na terra.

Estas mudanças ocorridas no setor agrícola, dizem respeito a mudanças gerais pela qual a sociedade passava naquele período em função do avanço das relações capitalistas em vários setores e que atingiu e modificou profundamente as relações de trabalho no campo, como as relações existentes entre os fazendeiros e agregados/parceiros/meeiros, as relações de arrendo da terra, enfim, mudanças em larga escala que preconizavam a utilização extensiva da terra, conforme destaca Moura (1988).

Assim, as trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados se traduzem em uma história de migrações em meio ao avanço do capitalismo no campo e das novas relações de trabalho e uso da terra. Mas, percebe-se que esta não é uma realidade somente dos sujeitos

pesquisados, é uma situação vivenciada pelo campesinato na sociedade brasileira de modo geral, após a década de 1940.

A origem geográfica dos camponeses pesquisados demonstra que esta mudança ocorria de forma ampla no Brasil, pois são oriundos de diversos estados do país, como Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia e diferentes cidades do Estado de Goiás.

Analisando o contexto de formação do espaço agrário do país, percebeu-se que a falta de acesso à terra é um problema nacional e que as migrações camponesas que ocorrem em todo país são decorrentes da má distribuição de terras que envolve de modo marcante a questão agrária no Brasil.

Assim, demonstrou-se como estas questões foram afunilando as possibilidades dos camponeses terem acesso à terra e o quanto dificultou a permanência daqueles que já estavam nela. Neste contexto, situou-se o impacto provocado pelas mudanças técnicas nas regiões cerradeiras e na Microrregião Sudoeste de Goiás, demonstrando, dentre outros, a eclosão dos conflitos na luta pela terra e como esta emerge em Jataí, luta que se constitui em ponto comum na segunda fase das trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados.

Analisa-se, ainda, como emergiu o acampamento Cambauvinha, que deu origem a vários assentamentos nesta microrregião, demonstrando como se dava a organização das famílias acampadas neste período, resgatando um pouco desta história, que até então, não havia sido (re)contada.

Identifica-se que a questão da luta pela terra no município de Jataí e na microrregião Sudoeste de Goiás tem sido abafada teórica e politicamente, pois não há registros de momentos de luta anteriores aos recontados pelos sujeitos pesquisados, que remete a criação do P.A Íris Rezende Machado e dos P.A.s criados a partir do movimento de luta pela terra originado no ano de 1996, talvez pelo fato deste município ser considerado um expoente produtor de grãos, do agronegócio, no cenário nacional e mundial.

Por fim, averigua-se como o P.A. Rio Claro foi criado e analisa-se a terceira fase das trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados, que fecham um ciclo em suas vidas, representado pela vida na terra/sem-terra/com-terra. Destaca-se neste momento do trabalho, como as famílias vão estabelecendo diferentes relações entre si, enquanto grupo e se estabelecendo na terra.

Para isto, considerou-se como as famílias assentadas estão constituídas e qual a influência disto na relação com a terra e o trabalho, na busca pelo equilíbrio entre consumidores-trabalhadores, fundamentado na teoria de Chayanov (1974), pois entende-se

que é essencialmente este equilíbrio que possibilita a reprodução do modo de vida camponês e a sua permanência na terra.

Constatou-se por meio desta pesquisa, que a estrutura familiar dos camponeses do P.A. Rio Claro é composta, em sua maioria, apenas pelo casal, tendo apenas três famílias que possuem filhos em condições de ajudar nas lidas do sítio e que isto influencia diretamente nas condições de trabalho na terra, sobrecarregando de trabalho o casal.

Outro fator identificado por meio da pesquisa, que influencia no equilíbrio entre consumidores-trabalhadores, é a idade dos camponeses, pelo fato de serem, na maioria, idosos, o que interfere no montante de trabalho que deveria ser empregado no sítio. No entanto, mesmo com todas estas dificuldades, as famílias camponesas vão, aos poucos, imprimindo na terra conquistada os seus saberes, que permitem sua fixação e a (re)criação de seus modos de vida.

Todas as dez famílias entrevistadas conseguiram inclusão em programas como PRONAF e PAA, sendo este último a via principal de escoamento dos seus produtos, que são diversificados: produzem hortaliças de modo geral, mandioca, milho e frutas de diversas qualidades, como maracujá, mexerica, mamão e acerola, tiram leite e criam animais como porcos e galinhas, tanto para o consumo, quanto para a venda.

Toda a produção serve, primeiro, às suas mesas e o restante é comercializado no PAA, devido à necessidade de auferir renda, que lhes permite suprir necessidades diversas de consumo, como roupas, calçados e instrumentos para o trabalho cotidiano. A principal fonte de renda das famílias camponesas é oriunda do leite e do programa citado acima (PAA).

Destaca-se que, pelo fato das famílias serem pequenas, as relações de trabalho no assentamento são constituídas em sua forma mais simplificada, trabalhando no sítio apenas a própria família, não possuindo mão-de-obra assalariada e nem estes camponeses se submetendo à condição de assalariados, com raras exceções. Isto ocorre poucas vezes, quando o trabalho “aperta”, como o pagamento de dias de serviço, em dinheiro, a algum dos vizinhos que tem filhos e que podem ser liberados para este tipo de trabalho.

Os mutirões e a troca de dias entre os camponeses não são práticas comuns na fase atual de suas trajetórias socioespaciais; já houve mutirões entre eles, no entanto, isto se deu quando estavam acampados. O que se percebe por meio da pesquisa é que impera entre as famílias um sentimento de individualismo em oposição às relações coletivas de vizinhança e de trabalho típicas do universo camponês, nesta fase de suas trajetórias socioespaciais enquanto assentadas.

Existem diferentes fatores que caracterizam este individualismo. Um deles é que, antes, no período do acampamento, os camponeses estavam unidos em prol de uma luta comum: o retorno à terra e, quando as famílias são assentadas, esta união tende a diminuir, pelo fato de que agora estão em uma nova luta: a de “formar” o sítio para conseguir produzir e se reproduzir.

Outro fator que culmina neste individualismo, depois que estão assentados, é a relação do comportamento que é próprio a cada fase de suas trajetórias socioespaciais, que se modifica em cada momento, pois, conforme explica Berger (2002), quando se muda a situação social a qual o indivíduo está exposto, este modificará também o seu comportamento.

Desse modo, para além do sentimento comum que unia os camponeses e suas trajetórias socioespaciais no momento de luta pela terra, o próprio movimento de ocupações engendradas por eles no ano de 1996, reflete um contexto mais amplo deste período, pelo qual passava a sociedade brasileira, devido à territorialização do MST e a conjuntura política estabelecida, o que, de certo modo, desencadeou e influenciou ocupações em vários lugares do país.

No entanto, depois de 1997 houve uma diminuição considerável de ocupações de terras no Brasil, principalmente devido à política compensatória de criação de assentamentos rurais no governo Fernando Henrique Cardoso, mas também “era um refluxo produzido pela judicialização da luta pela terra e criminalização dos movimentos camponeses”, o que contribuiu para um desprestígio aos movimentos de luta pela terra e o retorno a um estado de anomia que se seguiu na sociedade brasileira após o período da ditadura militar (MARTINS, 2000).

É sob este contexto de desmobilização da sociedade que se perfaz a terceira fase das trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados, já no assentamento. Nesta fase, o objetivo comum de luta pela terra se desfaz, modificando também o cenário em que eles passarão a atuar, o que tem influência direta no modo de agir e de se relacionar com as outras pessoas, instaurando-se aí um sentimento maior de individualismo em detrimento da coletividade (BERGER, 2002).

Desse modo, ao longo do trabalho foi se evidenciando a forma como o assentamento foi criado e como as relações sociopolíticas foram se estabelecendo entre as famílias, o que foi fundamental para o entendimento de várias inquietações que emergiram no período em que colaborava com projetos desenvolvidos pelo NEAF e que atuávamos junto às famílias assentadas em alguns projetos ali desenvolvidos.

A compreensão de que muitos têm origem em comum como, por exemplo, os camponeses que vieram da Bahia e que já trabalharam juntos em outros momentos, contribuiu para entender as relações que foram se constituindo no período do acampamento e do assentamento, dando conformação à divisão de grupos neste território.

Da mesma forma, depois da pesquisa de campo, tornou-se perceptível que existe uma divisão entre as famílias assentadas, principalmente entre aquelas que participaram do processo da luta como um todo e daquelas que entraram no assentamento após este ter sido constituído, interferindo no nível de aceitação pelo grupo.

Entender as relações de parentesco e compadrio no interior do assentamento também é importante para compreender como os grupos vão se estabelecendo entre as famílias. Isto porque esta configuração das relações sociais refletia, sobretudo, no desenvolvimento de ações coletivas e nas metodologias participativas, que tínhamos enquanto proposta de trabalho.

A desarticulação e a indisposição para atividades coletivas eram questões que nos inquietavam constantemente, as quais se elucidaram após a pesquisa de campo e as leituras desenvolvidas para elaboração deste trabalho, pois foram identificados vários fatores que contribuem para que ocorra este individualismo entre as famílias pesquisadas.

Enquanto pesquisadora, não entendia porque havia indisposição do grupo em desenvolver metodologias de trabalho coletivo, como plantar juntos uma área determinada, colher sob a forma de mutirão, fazer um almoço coletivo no assentamento, pois isto tudo faz parte do universo camponês, o que, contraditoriamente, ali era difícil de ser promovido.

No entanto, após desenvolver esta pesquisa, vários elementos se fizeram claros para o entendimento destas questões, que têm a ver com o movimento dinâmico das trajetórias socioespaciais dos camponeses, o comportamento destes diante de cada uma das três fases elucidadas.

Nesse sentido, há que se ressaltar que este individualismo presente principalmente na atual fase de suas trajetórias, tem a ver também com o movimento geral e dinâmico da sociedade em seu atual estágio, devido ao contexto de desmobilização social que influencia o comportamento das pessoas, por isso tínhamos a expectativa de que o grupo tivesse disposição para atividades coletivas e por vezes isto não era correspondido.

Esperava-se que por serem camponeses, seus hábitos e costumes prevalecessem nesta fase, em que deixam de ser identificados como sem-terra e tem a possibilidade de retomarem seus modos de vida e costumes, no entanto, Berger (2002, p. 120) menciona que

um indivíduo se habitua a tal ponto com certas identidades que, mesmo quando sua situação social muda, ele encontra dificuldade para acompanhar as novas expectativas. [...] A capacidade de transformação da personalidade depende não só de seu contexto social, como também do grau de seu hábito a identidades anteriores [...].

Isto contribui para o entendimento de que, à medida que se consolidarem enquanto grupo, constituírem relações de parentesco, amizade, solidariedade, há a possibilidade de que se consolidem, aos poucos, o modo de vida próprio do campesinato e assim, reativem tradições e costumes próprios deste universo.

Acredita-se, após o desenvolvimento desta pesquisa, que a consolidação deste modo de vida camponês poderia ocorrer de forma mais efetiva se houvessem condições concretas para isto, como momentos e locais propícios para expressarem a religiosidade do grupo, realizar festas e resgatar valores e costumes próprios de sua cultura.

Entende-se também que a chance de superar este individualismo poderia ocorrer se os camponeses tivessem a liberação de tempo diante das atividades produtivas, que envolve vários fatores como terem maquinários que agilizariam a produção nos sítios, se suas famílias não fossem demasiadamente pequenas e se não tivessem a idade tão avançada.

Outro fator elucidado por meio da pesquisa, que contribui para este individualismo na fase atual de suas trajetórias, diz respeito ao pouco tempo que as famílias foram assentadas, apenas cinco anos, o que leva a crer que estão em um período de (re)organização de suas vidas na terra.

No entanto, acredita-se que, devido à homogeneidade da origem camponesa que possuem, a consolidação de laços de amizade, parentesco, compadrio ou mesmo relações de trabalho coletivo como os mutirões, poderão ser (re) estabelecidos entre o grupo, o que pode vir a ser objeto de pesquisas futuras.

A pesquisa abarcando as trajetórias socioespaciais dos camponeses foi fundamental, para entender o grupo que constitui o assentamento e compreender suas relações, a partir do entendimento de como era a relação destes com a terra, porque tiveram que deixar seus lares, como foram expropriados, como entraram no movimento de luta pela terra, quais as relações que estabeleceram enquanto acampados, as dificuldades pelas quais passaram, a consolidação dos grupos que se formaram nesta fase e como organizam suas vidas na terra após receberem a posse da mesma.

Nesse sentido, entendemos que é de fundamental importância, conhecer a realidade com a qual se trabalha e entender as diversas relações estabelecidas nos assentamentos rurais, principalmente quando se pretende atuar nestes espaços de forma diferenciada dos modelos

extensionistas tradicionais, por isso sugere-se que este processo de (re)conhecimento seja desenvolvido, mesmo que de maneira sucinta, antes de nos propormos a trabalhar com famílias assentadas e assentamentos.

Entendemos que as dificuldades encontradas na universidade para atuarmos de maneira diferenciada nestes espaços são muitas, principalmente quando se tratam de projetos aprovados por órgãos de fomento a pesquisa e extensão, pois estes já são aprovados com um tempo limite para serem executados, o que de certa maneira torna difícil programar nos cronogramas destas pesquisas o tempo necessário para o (re)conhecimento dos grupos e espaços com os quais pretende-se trabalhar.

Apesar destas dificuldades postas, devemos buscar sempre novas formas de trabalhar e atuar, questionando modelos de extensão convencionais, sob os quais somos formados e conformados, pois um modelo de extensão que não leva em consideração o saber das pessoas com as quais se trabalha e que em nada contribui para a emancipação destes sujeitos, não serve à mediação do conhecimento produzido na universidade, serve à manutenção do *status quo* e à condição de estagnação de todos envolvidos neste processo.

REFERÊNCIAS

- ALY JUNIOR, Osvaldo. Políticas públicas e sustentabilidade no desenvolvimento dos assentamentos do estado de São Paulo: um balanço dos anos 2003-2005. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY JUNIOR, Osvaldo (Orgs). **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo, INCRA, Superintendência Regional de São Paulo: Copyright, 2005. p. 175-198.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERGER, Peter Ludwig. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Petrópoles: Vozes, 2002.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- CARMO, Maristela Simões do. Desenvolvimento territorializado: assentamentos rurais e agroecologia. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY JUNIOR, Osvaldo (Orgs). **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo, INCRA, Superintendência Regional de São Paulo: Copyright, 2005. p. 175-198.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, 1999. Disponível em: http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_15.pdf. Acesso em out. 2010.
- CHAYANOV, Alexander Vasilievich. **La organización de la unidad campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. Traduzido por Rosa María Rússovich.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos**. Goiânia: s.n., 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2010.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A atualidade da questão agrária brasileira: uma discussão sobre os conceitos de reforma agrária e sobre a tipologia de assentamentos rurais**. IN: Revista ABRA, Vol. 35, jan./dez. 2008, p. 21 – 40.
- DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório 2008**. Presidente Prudente: FCT/ UNESP, São Paulo, 2008.

DIAS, Mariza Souza. **Pequenos produtores rurais de Jataí**: caracterização e relevância. Jataí: s.n., 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí, Jataí (GO), 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista Cultura Vozes**, nº 2, 1999.

____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

____. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: AGB, 2002.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY JUNIOR, Osvaldo (Orgs). **Assentamentos Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo, INCRA, Superintendência Regional de São Paulo: Copyright, 2005.

FERREIRA, Débora Ferguson. **Análise das transformações recentes na atividade agrícola da região sudoeste de Goiás. 1970/1995-6**. 2001. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

GANCHO, Cândida Vilares; LOPES, Helena de Queiróz Ferreira; TOLEDO, Vera Vilhena de. **A posse da terra**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (Tradução: Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho)

KATZER, Rosália Teresinha. **Da labuta para a conquista da terra aos labirintos da sojicultura**: um olhar sobre o Assentamento Rio Paraíso, em Jataí (GO). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2005.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. PORTO: Portucalense Editora, 1972. Tradução de João Antunes.

LEAL, Cátia Regina Assis Almeida. **Arapuca armada**: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do sudoeste goiano. 2006. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

LEITE, Sérgio. Dinâmica econômica, assentamentos rurais e desenvolvimento regional: evidências a partir de seis estados brasileiros (p. 117-174). In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY JUNIOR, Osvaldo (Orgs). **Assentamentos Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo, INCRA, Superintendência Regional de São Paulo: Copyright, 2005.

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Tradução de José de Paulo Netto.

LOPES, Raquel Miranda. Socialização e organização familiar rural. In: **CEDES, Educação: a encruzilhada do ensino rural, Caderno CEDES n. 11**. Campinas: CEDES PAPIRUS, 1991.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**. 2000. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARTINS, José de Souza. **As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 14 (38), p. 268-278, 2000.

MAZZETTO-SILVA, Carlos Eduardo. **O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais**. Brasília: Confea, 2009.

MELO, Nágela Aparecida de. **Interação campo-cidade: a (re)organização sócio-espacial de Jataí no período de 1970 a 2000**. Uberlândia: s.n., 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2003.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. São Paulo: s.n., 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2004.

MESQUITA, Helena Angélica de. Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social. In: **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./jun. 2008.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: Oliveira, Ariovaldo Umbelino de; MARQUEZ, Marta Inez Medeiros (Orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Dinalva. Donizete. **Agricultura “caificada” no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental**. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979. Traduzido de Eduardo L. Suárez.

____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 5, p. 1-21, jul/dez 2005.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Editora Gaia, 2003. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

THOMAS, William Isaac; ZNANIECKI, Florian. Una familia campesina polaca. In: SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 19 - 24. Traduzido de Eduardo L. Suárez.

UDERMAN, Simone. O Estado e a política de desenvolvimento regional. In: **XII Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Planejamento Urbano E Regional**. Belém - PA, 2007.

WOORTMANN, Ellen F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

OUTRAS FONTES

Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí, 2010.

Fichas de Filiação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jataí-GO.

Livros de atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí-GO.

Livros de atas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Município de Jataí-GO.

Livros de atas do Projeto de Assentamento Rio Claro, Jataí-GO.

ANEXOS

ANEXO A

ANEXO B